

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

FABIANE MEDINA DA CRUZ

**POLÍTICA PARA AS MULHERES OU FEMINISMO DE ESTADO?
A CONFERÊNCIA DA MULHER NO MATO GROSSO DO SUL**

DOURADOS – MS

2015

FABIANE MEDINA DA CRUZ

**POLÍTICA PARA AS MULHERES OU FEMINISMO DE ESTADO?
A CONFERÊNCIA DA MULHER NO MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados para obtenção do Título de Mestre em Sociologia. Área de Concentração: Sociologia.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas, Teoria Social e Ação Coletiva

Orientador: Cláudio Reis

**DOURADOS – MS
2015**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

C957p	<p>Cruz, Fabiane Medina. Políticas para as mulheres ou feminismo de estado? A conferência da mulher no Mato Grosso do Sul. / Fabiane Medina Cruz. – Dourados, MS : UFGD, 2015. 158f.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Claudio Reis. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Grande Dourados.</p> <p>1. Movimento feminista. 2. Sociedade civil. 3. Classes subalternas.I. Título.</p> <p>CDD –301.412</p>
-------	--

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.



UFGD

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA PELA ALUNA FABIANE MEDINA DA CRUZ, DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM SOCIOLOGIA, ÁREA DE CONCENTRAÇÃO "SOCIOLOGIA".

Aos oito dias do mês de setembro de dois mil e quinze, às 08h30min, em sessão pública, realizou-se, na Sala de Aula da Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, a Defesa de Dissertação de Mestrado intitulada "POLÍTICA PARA AS MULHERES OU FEMINISMO DE ESTADO? A CONFERÊNCIA DA MULHER NO MATO GROSSO DO SUL", apresentada pela mestranda **FABIANE MEDINA DA CRUZ**, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, à Banca Examinadora constituída pelos professores Dr. Claudio Reis / UFGD (presidente/orientador), Dr. Daniel Estevão de Miranda / UFMS (membro titular) e Dra. Maria Gabriela Guillén Carías / UFGD (membro titular). Iniciados os trabalhos, a presidência deu a conhecer a candidata e aos integrantes da Banca as normas a serem observadas na apresentação da Dissertação. Após a candidata ter apresentado a sua Dissertação, os componentes da Banca Examinadora fizeram suas arguições, que foram intercaladas pela defesa da candidata. Terminadas as arguições, a Banca Examinadora, em sessão secreta, passou aos trabalhos de julgamento, tendo sido a candidata considerada Aprovada, fazendo jus ao título de **MESTRE EM SOCIOLOGIA**. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Dourados, 08 de setembro de 2015.

Dr. Claudio Reis

Dr. Daniel Estevão de Miranda

Dra. Maria Gabriela Guillén Carías

ATA HOMOLOGADA EM: ___/___/___, PELA PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA/UFGD.

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos Luiz Felipe e Beatriz

À FUNDECT (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul)/CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo financiamento desta pesquisa

SUMÁRIO

RESUMO	I
1.LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	II
2.LISTA DE GRÁFICOS	III
INTRODUÇÃO	4
CAPÍTULO 1 – POLARIZAÇÃO, POLITIZAÇÃO E FEMINISMO	8
1.Metendo a colher	15
2.Liberalismo e Feminismo	16
3.Autonomia, feminismo e sociedade de classes	19
4.A teia do patriarcado.....	24
5.Estimativa sobre a discussão de gênero na política	30
5.1 Síntese da revisão: as Diferenças de interesse	33
5.2 Em termos de ação coletiva	33
6.O imperativo do Estado soberano	35
7.Mistificação realidade – a Conferência da mulher	41
8.Política feminista no MS – Retomando para finalizar.....	42
CAPÍTULO 2 – AS CONTROVÉRSIAS DA POLÍTICA DE GÊNERO E AS CONFERÊNCIAS	46
1.As conferências pelo interior	49
2.O campo de pesquisa	58
2.1 Filtro da participação	65
2.2 Notas sobre os Cargos e Poderes da política de gênero no MS	67
3.A confusão estratégica	70
3.1 Transversalidade	74
3.2 A pertinência com o discurso do Estado.....	74
3.3 Alinhamento local da política global.....	83
3.4 A malograda crença da eficiência	85
4.Bastidores da política de gênero no MS	86
4.1 Embates, insurgências e tensões	87
5.Movimentos Sociais no Estado: como encarar a autonomia?	90
CAPÍTULO 3 – O “OUTRO” DA SOCIEDADE CIVIL: A CLASSE SUBALTERNA .	94
1.a confluência perversa da ideologia - Desenvolvimento e progresso	104
Paradoxos centro-periferia	109
1.2 Cidadania pra quem?	110
1.3 O avanço da mais-valia.....	115
2.A bandeira civilizatória da participação	123
3.Projeto de ontem, conflito de hoje, sonho de futuro	136
4.Não, não podem falar.....	141
5.Antagonismo conclusivo: A classe subalterna e o pacto social brasileiro	143
5.1 História pronta para a classe subalterna.....	146
BIBLIOGRAFIA	155

RESUMO

O objetivo desse trabalho é traçar um panorama da participação nas mobilizações intermunicipais da Conferência Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres ocorrida no Mato Grosso do Sul em 2011. O escopo central do problema é esclarecer os vínculos entre os segmentos sociais da sociedade civil e os espaços de participação política fomentados pelo governo federal, que vem sendo celebrada corriqueiramente sob o tema das “inovações democráticas” que surgiram no Brasil nos últimos anos. Pois que, a principal alegação manifestada por esse discurso é a de que a inserção dos movimentos sociais nas políticas de governo durante esse período procurou apaziguar a relação conflituosa que envolve as políticas administrativas do Estado e os serviços oferecidos à população mais geral. E para que isso seja possível, os movimentos entram no espaço da sociedade política sob o intuito de subsidiar um perfil aos sujeitos e propagar várias metas, capaz de construir uma imagem de mais inclusiva e operante na diminuição das desigualdades historicamente arquitetadas pelo Estado. Porém, notadamente este trabalho quer realçar que, de acordo com o modo pelo qual são retratadas tais composições da participação direta da sociedade civil num ambiente tipicamente relegado à sociedade política, deixa patente há setores da sociedade que estão sendo inseridas no conjunto principal da sociedade civil de maneira subalterna, ou seja, detectamos nesse trabalho que há uma hierarquia determinada na sociedade civil para a participação, bem como, que delimita as pautas de discussão que obterão legitimidade nas discussões sobre o Estado e as políticas sociais que estão sendo pensadas “em conjunto” para o bem da sociedade nacional brasileira. Nesse caso, o que queremos dizer é que as classes subalternas não são fazem parte do pacto político da democratização do Estado cunhado pela sociedade civil no Brasil desde o referenciado processo de abertura democrática que teve os movimentos sociais operando na linha de frente do tal processo de abertura, já que como poderemos observar, as demandas desta classe não são demandas privilegiadas dentre os processos de participação fomentadas no cenário atual da política. Desmistifica-se, desta maneira, a composição desses argumentos da “construção democrática participativa” que inclui e é construída por segmentos sociais da população nacional, esclarecendo que, dado o grau de envolvimento desses governos com a política neoliberal, a gestão de políticas públicas – via movimentos sociais – pouco tem contribuído com a transformação das realidades marginalizadas desde o período imperial neste país. Uma capitular exemplificação originada neste trabalho é assinalar a inserção das mulheres camponesas e indígenas da região nas conferências da mulher. Pois, com o resultado deste levantamento, queremos recobrar um balanço mais fidedigno da situação desse setor da população (rural/subalterno) nas políticas de desenvolvimento nacional-democrático alçados pela presença dos movimentos sociais no governo, incluindo o movimento feminista.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras
BM – Banco Mundial
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPM – Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres
CEPPM – Coordenadoria Especial Políticas Públicas para as Mulheres
CF88 – Constituição Federal 1988
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CNPM – Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
CNDM – Conselho Nacional de Direitos da Mulher
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
ECOSOC – Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
EUA – Estados Unidos da América
DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher
ELZN – Exército de Libertação Nacional Zapatista
FETEMS – Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul
FMI – Fundo Monetário Internacional
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
IBGE – Instituto de Geografia e Estatística
LGBTT – Movimento das pessoas Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMM - Marcha Mundial de Mulheres
MPM – Movimento Popular de Mulheres
MS – Mato Grosso do Sul
MST – Movimento dos Trabalhadores SemTerra
NEG – Núcleo de Estudos de Gênero
ONU – Organizações das Nações Unidas
PEC – Projeto de Emenda Constitucional
PNPM – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PT – Partido dos Trabalhadores
SMPC/MS – Subsecretaria da Mulher e da Promoção da Cidadania
SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
ZAPA – Zapatista

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Participantes conforme idade

Gráfico 2: Situação de residência das participantes

Gráfico 3: Orientação sexual

Gráfico 4: Participantes segundo auto-identificação

Gráfico 5: Religião das entrevistadas

Gráfico 6: Fonte de renda

Gráfico 7: Média salarial

INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado aqui é fruto de uma investigação sobre o movimento feminista em sua atuação tal quanto movimento social oriundo da sociedade civil, portanto, da mobilização política dos interesses sociais das mulheres na esfera pública. A tentativa empreendida é de absorver como esse movimento social consegue, e se consegue, elucidar as metas da gênese de sua formação coletiva, que envolve a busca pela emancipação da mulher arranjado para um cenário extraordinário à participação desse tipo de sujeito. Pois, compreende-se que essa é uma novidade de mobilização que surge do apelo por reivindicações de inclusão de pautas políticas fora dos padrões da organização tradicionalmente já consolidada da política, que excluindo a presença e participação de setores sociais dependentes ou mesmo inexistentes do seu ponto de vista, consistiu-se até então num campo seletivo de ação determinado e fechado entre participantes restritos que exerceram domínio unilateral dos temas e pautas concebidos. Nesse caminho, procuro examinar como o objetivo central da ação coletiva do feminismo tenta se articular na cena política e por quais vias procura fazer fluir as demandas que são próprias de sua natureza política.

Avalio, neste sentido, como esses interesses são traduzidos pela principal meta do movimento feminista de colocar esses “atores sociais”, isto é, as mulheres, entre os espaços válidos de discussão que são especialmente políticos não partidários.

Sendo assim, a reflexão se concentra em examinar a trajetória de colocar o debate da autonomia da mulher na arena conflitiva da política tendo em vista firmar terreno no campo em disputa chamado “sociedade civil”, que, de acordo com o recorte empregado neste trabalho se manifestará por via das mobilizações das “Confêrências da Mulher” especificamente as que ocorreram no Mato Grosso do Sul, no ano de 2011. Onde busquei dar destaque aos eventos que foram realizados pelas cidades do interior do estado.

Dentro dessa finalidade, as motivações especiais da condução da pesquisa corresponde à apreensão da dinâmica das articulações políticas em torno do evento em questão, empregando neste sentido o artifício etnográfico da descrição da trama que se surge e se alimenta do corrente episódio. Além disso, é também importante alertar, para fins de compreensão sobre as escolhas de análise, que a curiosidade sobre o local e tema específico para experimentação do objetivo geral das metas do feminismo, nasceu da observação de

fenômenos controversos que convergentemente à trajetória da institucionalização da disputa política do feminismo no Brasil se manifestam dentro de um processo o qual é nomeado por uma corrente de Ciência Política pela expressão de “participação política cidadã”. Ou seja, o argumento central guarnecido por essa corrente assevera que, há cerca do período de abertura democrática até os últimos 10 anos recentes encetou-se um novo espaço político para tratar de um mecanismo igualmente “novo” de participação política que extrapola os limites da democracia representativa, passando de um mecanismo insuficiente de controle por parte da população, para um modelo eficiente de como tomar parte dos atos administrativos do Estado, prerrogativa relegada unilateralmente à sociedade política de ocupação do interior dos espaços do Estado, até então.

Por razão de contra-argumentar que esta é uma perspectiva acrítica de inclusão da mulher, abertura democrática e participação popular, a pergunta que orienta a investigação da temática, então se relaciona com o questionamento sobre se essa mobilização que apresenta-se hoje nos organismos de políticas públicas se aproxima mais da política para as mulheres (tendo em vista autonomia desses sujeitos banidos), ou por outro lado, se se trata de uma versão de mobilização de tipo partidária e disputa de espaço dentro de uma dinâmica de poder especialmente contestada pela justificativa de criarem-se outros espaços, tratando-se apenas de um Feminismo de Estado. Por razão de não acrescentar exatamente novidades ao ambiente que é dominado por características naturais da disputa dos partidos políticos e, pelo contrário, por assumir essa peculiaridade de comportamento coletivo controverso a existência de novos modelos.

Uma das maneiras que busco para fazer essa reflexão é tentar entender como se formam as corporações entre os movimentos sociais e o Estado, na atual conjuntura, ou melhor dizendo, qual a relação entre sociedade civil e sociedade política no controle pelo aparelho estatal. Outra questão que tento também desdobrar tem a ver com a discussão sobre o poder que o Estado moderno representa nos sistemas políticos e por que ele passa ser uma meta de organismos que têm compromisso com a emancipação de sujeitos reprimidos por esse organismo central. Descobriremos com isso que o movimento feminista não apenas se institucionalizou como movimento social, mas que galgou um espaço excepcional na sua história.

Espaço esse, que do meu modo de ver, se converteu de impulso para a transformação do quadro de descenso da experiência feminina no ambiente social, que nos trouxe à tona apontamentos inéditos de combate a dominação, empregnada na cultura de privilégios do desenvolvimento social de um tipo de astúcia que se alimenta da subjugação de outros seres sociais no cometimento da hegemonia das maneiras de agir, pensar e sentir do ente social. Legado este, que de num modo geral, é fenômeno emérito da conquista da evolução das demandas feministas por reivindicação de justiça sobre a importância da presença das mulheres (e demais sujeitos excluídos), na construção histórica do mundo. Para tornar-se colaborador desse sistema social colonizador e excludente que exerce domínio sobre outros sujeitos na construção de suas próprias premissas.

É por isso, porém, que na investigação escolhi ponderar se a chegada do feminismo ao poder do Estado significa o encontro com seu ponto chave de mobilização (autonomia, emancipação da mulher), ou se significa que as metas de sua origem crítica foram de alguma forma descuidadas em razão da conquista do espaço como membro dessa comunidade política que foi alvo de sua denúncia.

Em síntese, o trabalho está organizado em três capítulos. No Capítulo um, abro com a discussão das propostas que permeiam o feminismo e tento demonstrar quais foram os argumentos que o conduziram à conjuntura atual, procuro apontar as divergências entre as principais correntes do feminismo, que são também as duas principais correntes que motivaram a disputa política, mas que essas posições fazem parte de um leque de dicotomias que separam as possibilidades de união das visões de mundo que circunscrevem o projeto de emancipação da mulher. Para apontar o quanto essas divergências dissolvem o conteúdo da autonomia da mulher, apresento o pensamento da socióloga feminista Helleith Safiotti que identifica na armadilha da socialização de gêneros o arsenal desarticulador do patriarcado que faz com que a luta das mulheres esteja convulsionada pela noção difusa de ratificação do poder dominante (masculino padrão). Nesse caso, minha noção de, trabalhada a partir de Safiotti, procura tornar perceptível que enquanto os objetivos do feminismo estiver orientando a mobilização política pela disputa por espaços de poder, fatalmente estará compelindo a visão de mundo das agentes tal qual a visão dominante de política, ou seja, a noção imperativa de discriminação de grupos “outros”, em prol de firmar-se como campo dominante da política para as mulheres. Nesse trecho, tento esboçar uma saída, apontada pela própria Safiotti, que só pela obra de reflexão entre patriarcado, racismo e capitalismo que poderemos ter a chance

de recuperar a consciência a respeito da função a qual assume o feminismo em relação a sua meta de emancipação.

O capítulo dois apresenta as observações coletadas na pesquisa de campo, que consistiu em acompanhar as conferências da mulher desde a mobilização dentro do gabinete da coordenadoria estadual, abordando os bastidores desse ambiente onde o feminismo está adaptado sob a forma de política de gênero aplicada ao espaço criado pelo Estado para a política pública para as mulheres. Percorrendo as realizações das conferências nos municípios do interior, onde busco perceber os pormenores da trama entre os agentes políticos que se formam a luz da política de gênero, por via do espaço aberto pelas coordenadorias da mulher nos municípios. Terminando no desfecho que a realização das conferências proporcionam na vida concreta das mulheres que supostamente estão participando dessa construção coletiva do espaço de participação cidadã. Esse exercício nos produzirá um resultado, que como tento apontar, não prevê, nem se preocupa em avaliar se se constitui de fato um espaço de participação de todas as mulheres ou se trabalha com a perspectiva figurativa de participação que pretende apenas confirmar um ideal de inclusão que corrobora os princípios democráticos dos governos que continuam sendo circunscritos às classes legitimadoras de poder, acrescentando um toque de presença popular convenientemente necessária para caracterizá-los dentro de uma democracia. A conclusão dessa parte do trabalho é que as mulheres que fazem parte das classes subalternas não estão previstas no processo de participação, que sua presença se justifica apenas em forma de indicadores sociais, necessários para medir o sucesso dos empreendimentos dos governos que se declaram democráticos. Ou seja, faz parte de sua ideologia de inclusão e capacidade de absorção das causas populares, e assim justifica a permanência da sua autoridade enquanto regime de governo.

Por fim, discuto no capítulo três, que, segundo a lógica da sociedade civil, as classes subalternas participam do debate da política de maneira assimilada, ou seja, como ocupante não reconhecido, por meio de uma integração periférica. Por motivo de os movimentos sociais serem produtos desse ambiente, que por si próprio está formatado de maneira a não considerar as classes populares na sua autoridade de projeto político. Sendo ela importante, do ponto de vista do conteúdo que empresta à ideologia dominante para que os sistemas democráticos atuais funcionem de acordo com suas metas de controle social.

CAPÍTULO 1 – POLARIZAÇÃO, POLITIZAÇÃO E FEMINISMO

Como membro de uma casta hindu, tive acesso à cultura do imperialismo, embora não o melhor acesso, nem o mais privilegiado. [...] Sou também feminista, e uma marxista fora de moda, e alguma coisa disso entrará nessa discussão sobre a política cultural das historiografias alternativas

(SPIVAK, 1994, p. 187).

Apesar de a pluralidade ser a marca vital das lutas sociais contemporâneas, recorreremos à conjectura de que ainda o que substancia as disputas sociais no atual momento que vivenciamos na história, está mais caracterizada pela dicotomia e não exatamente pela alteridade no direito por manifestarem-se os segmentos sociais.

Em decorrência disto, pontuamos nesse capítulo que as divergências entre os debates feministas que assistimos nos dias atuais se relacionam à disputa por legitimidade dentro do discurso feminista e ao fato deste discurso estar em consonância com demais discursos hegemônicos a cerca da democracia e dos modelos de sociedade que temos sobre nosso alcance de visão.

Pois, dada a natureza da proposta feminista de emancipar o sujeito social feminino, alegamos que no percalço entre essas divergências confundem-se e mistificam-se os ideais da proposta de um movimento que se dedica em transformar a infeliz condição da mulher na virada da idade média, o berço da condenação da figura da mulher, para a sociedade moderna, e o cronograma utópico da sua libertação.

Nesta medida tentarei expor a história do feminismo, tomando cuidado em pontuar de maneira crítica, pois entendo assim, condições de alcançar mais sensatez, para que seja possível enxergar onde está o foco da atuação do feminismo no atual momento histórico, e o que avançamos em questão de defesa dos direitos da mulher sob condições controversas, tão próprias da modernidade. Tenho aqui em princípio chamar atenção para esse foco, apontando seus limites quanto à meta de libertar mulheres do patriarcado e preparar melhor o terreno para sua emancipação social e política, assim percorrendo o distanciamento que cada feminismo tem tomado em relação ao seu objetivo principal.

Mannheim (1976) observa o quanto é corriqueiro os acontecimentos parecerem esvaziadamente pontuais, tendo em vista a maneira aparente e superficial com que os fatos se apresentam a nossos olhos, a ponto que estejam sempre impressos pela ideia de singularidade

e razões tão distintivas, que automaticamente deixa-se de considerar que existe uma história de conflitos por trás de cada fato. E isso influencia no modo como os interpretamos, e interpretamos conseqüentemente os acontecimentos no mundo. Sempre de maneira parcializada.

Em vista disso, a perspectiva que tomo neste trabalho de pesquisa considera fundamental conhecer mais a fundo a consagração dos fatos, para entendermos do quê estamos falando, e neste sentido, o quê estamos fazendo. Bem como, saber como as ideias circulam e se difundem pelos lugares de ação, e como são encenados pelos grupos sociais na construção do agir. Ou então, como estão encarnadas em nossas próprias percepções, sem, todavia, que tomemos conhecimento das implicações práticas que são determinadas por isto.

Em virtude desses fatos estarem sempre representados em polarizações e dissonâncias, é importante situar que é parte do estilo de pensamento cartesiano trazer no seu cerne, pares de idéias-elementos opostas, dicotomias correspondentes, e antíteses irreconciliáveis, que são consequência das ambigüidades fundamentais que fazem parte das visões de mundo do ocidente. E que alimentam a compreensão das coisas, não como elas de fato são, mas, assim como ideologicamente precisam ser compreendidas.

Isso passa a se refletir pela disputa sobre a propriedade da ação. Onde atitudes são tomadas, calcado na conveniência da descontinuidade das ideias e concepções, que por se moverem dentro a dinâmica da sociedade moderna, frequentemente são determinadas a cair em desuso sob acusações de fenecerem na empreita de dar sentido ao que vivemos na atualidade. Exemplo que ilustra essa questão, se expressa pelo – *em extinção* – conceito de luta de classes.

Em geral, essa necessidade de *aposentar* certas visões de mundo se vincula à obrigação de produzir uma explicação aceitável para os descompassos sacramentados no duelo característico da sociedade de tal modo que a cada termo uma nova classificação é criada, pois que é necessário reajustar as ambigüidades de maneira que na interpretação da vida, o mundo nos pareça *naturalmente* ambíguo (MARTINS, 1981).

A dicotomia é então, a principal forma de conceber o mundo que o pensamento moderno nos relegou. A separação em oposições obriga que apartemos razão-emoção, autoridade-poder, dos termos que representam sociedade e Estado. Assim, conseqüentemente, afasta-se o conflito entre os segmentos sociais e classes políticas, criando distinções entre militância, alienação e processo de luta. E assim, categorizando coisas em grupos majoritários e minoritários, de acordo com a relação que mantém entre centro e periferia,

destaca-se também, e fundamentalmente, a união entre as partes por um ambiente mais justo a ser vivido. Um exemplo disso está nos pares de dicotomia que separam conhecimento e não conhecimento, processos políticos e econômicos, social e cultural, e o que são temas legítimos e dissidentes. Sendo que determinados temas podem ser discutidos abertamente enquanto outros, nem devem ser mencionados em público.

Assim, da sociedade de classes elabora-se como produto social da dicotomia, e seu conceito principal é o duelo das posições concorrentes.

O debate entre os feminismos expressa bem essa dicotomia. Safiotti (1976) nos mostrará que existem duas formas de interpretação para o pensamento feminista. Uma correspondente ao feminismo de vertente socialista, e outra que reportará à vertente do feminismo liberal.

A autora contra-argumenta que a história do feminismo (embora saibamos que se encontre em germes no período anterior à era vitoriana), se inicia de fato na Revolução Francesa, com a Declaração dos Direitos da Mulher, proposta análoga à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão colocada por Olympe de Gouges (SAFIOTTI, 1976). E versa a cerca de reivindicações de caráter eminentemente políticos, se ancorando dentro do aporte do Estado Moderno. Naquele momento a organização de mulheres detectou que “a palavra de ordem da revolução não era apenas burguesia; mas, *burguesa e masculina* também” (SAFIOTTI, 1976, p. 107).

Nesta ocasião, mulheres francesas se organizaram através de jornais femininos e clubes de mulheres, que mais tarde foram absorvidos pelos clubes masculinos.

Já nos Estados Unidos, o feminismo floresceu entre agitações do movimento antiescravista e culminou entre as esposas dos agremiados do foi e é ainda conhecido como associação de homens da sociedade, o Rotary Clube.

Em seguida, o feminismo silencia-se por cerca de três décadas para ressurgir aliado ao socialismo utópico, de quem Saint-Simon e Fourier, são as principais expressões [...] Em 1832, o Jornal *La Femme Libre* incentiva a mulher a reclamar seus direitos, no bojo da reivindicação pela libertação proletária (SAFIOTTI, 1976, p. 108).

Considera a autora, que o socialismo utópico foi quem desempenhou a função de agitar o problema da mulher. Com especial avanço em direção ao que ficou conhecido como socialismo científico, do qual Flora Tristan se tornou referência na construção do nexo entre

teoria e prática, aliando a libertação da mulher vinculada à causa operária. Entretanto, para Étienne Cabet a igualdade dos direitos do homem e da mulher que pressupõe uma unidade à humanidade, não ofereceria proteção ao proletariado, tão pouco à mulher. Cabet, um dos expoentes do socialismo utópico entendia que a obra de libertação dos trabalhadores e das mulheres deveria ser realizada pelos próprios interessados. Essa perspectiva mudou o foco das concepções de luta.

Moema Viezzer (1989) complementa com as palavras de Safiotti que, as mulheres, na prática, defrontam-se com diversas visões de mundo que são masculinas, como por exemplo, o conservadorismo “que representa a corrente de pensamento o qual as mulheres são naturalmente inferiores aos homens”, assim como o liberalismo formado a partir de “postulados fundamentais na liberdade, igualdade e fraternidade” que situam as pessoas no plano meramente formal do reconhecimento. Não obstante, a desigualdade social estar relacionada unicamente à diferença de acessos às oportunidades, bastará para corrigir o problema “dar facilidade de trabalho às mulheres para eliminar sua inferioridade social”. Todavia esta é a linha de pensamento “que consiste em considerar o capitalismo como regime sócio-político-econômico libertador da mulher¹”.

A bibliografia dos movimentos sociais e do feminismo em Mato Grosso do Sul, assim como no Brasil, é unânime em ponderar que as décadas de 1970 e 1980 foram períodos de democratização política. Momento que teve como resultado, o fortalecimento da sociedade civil, em novos termos de organização, e a construção de uma agenda política a ser perseguida por um regime democrático. Curado (2008), acentua, que em vista disso, entram em cena Novos Movimentos Sociais, organizações diferentes dos movimentos que existiram antes e durante a ditadura militar.

É tema pertinente dessa bibliografia, ressaltar que ocorreram mudanças significativas em questão das definições da ação política que desempenhará a sociedade civil nos novos padrões democráticos de nação que foi evento ocorrido no Brasil e na América Latina depois das intervenções militares. Para essa linha de análise, como a de Curado (Idem), as novas organizações “em rede” substituí as federações e os sindicatos, pois a construção de novas identidades toma o lugar da luta de classes e os “segmentos sociais” multiplicam o antigo proletariado universal.

¹ Idem, Ibidem, p. 72.

Em termos mais cabais, significa dizer que o deslocamento da pauta para a equidade e autonomia (apenas por direitos jurídicos) substitui a necessidade de revolução social, sendo que desse modo, para os movimentos sociais, tal qual o feminismo, não faz mais sentido falar em oposição ao capitalismo. Uma vez que o significado de autonomia desloca-se em sentido de conquistar lugares para as mulheres dentro do capitalismo. Enfim, o lugar desse sujeito se articulará conforme a submissão de classes concentrando forças num sujeito que consente ao poder e articula suas possibilidades em função de interesses pessoais e desejos unilaterais de ascensão.

Dentro do discurso dos movimentos sociais, os atores sociais dão novo sentido ao emprego do termo *classes*, e as análises críticas serão terminantemente renegadas em função da oratória da valorização das conquistas graduais.

A oratória das conquistas são ressalvas frequentes que dão direção (difusa) aos “avanços” da democracia social que corrobora o avanço das formas absurdas do capitalismo, sob o intuito de dissimular erros táticos, quando a ação surte efeito reverso.

Assim como Scott (2005), os paradoxos que adoto neste trabalho “desafiam o que, parece ser uma tendência generalizada de polarizar o debate pela insistência de optar por isso ou aquilo”. Argumentarei, nas palavras da autora, que, tais quais, apesar de serem separados por conveniência, os paradoxos apresentados pelas correntes feministas e reproduzidas aqui para tentar demarcar seu panorama, “não são opostos, mas conceitos interdependentes que estão necessariamente em tensão. As tensões se resolvem de formas historicamente específicas e necessitam ser analisadas nas suas incorporações políticas particulares e não como escolhas morais e éticas intemporais” (SCOTT, 2005, p. 14).

Assim porém, analisando os termos recorrentes do feminismo, chegamos a conclusão que para adaptarem o discurso à representação hegemônica, termos como *transversalidade*, e *empoderamento*, são palavras de ordem dentro do feminismo. Mas transversalidade empoderamento de quem? Que tipo de mulher está encenando a política do empoderamento?

Desde que oposição é mais um termo que deixa o campo do agir político, passa a vigorar a transversalidade. Pois, a palavra-chave agora seria consenso, conselhos deliberativos e dialogia.

Para Safiotti, entretanto, este é um projeto de vida moderna para as mulheres que continuará sendo um projeto mistificado², tanto quanto (e ainda faz jus) a antiga ordem patriarcal pré-moderna.

É sob esse aspecto que apresentaremos o feminismo, que a partir da cisão entre projetos diferentes de humanidade, coloca em duelo seus pontos de vista e embargam os dois a libertação da mulher sob a mesma armadilha, assumindo para si um sujeito feminino cartesiano, trabalha no sentido de eliminar as diversidades, dirimir a alteridade entre as mulheres, e tornam concorrentes metas complementares, distanciando-se cada vez mais do projeto de autonomia.

Neste sentido, uma formação hegemônica e uma formação dissidente concorrem ao status de maior importância na consciência política. Inscrevendo uma dicotomia no projeto de libertação feminista, afastando a vertente *de classe*, do feminismo de gênero. Colocando, de um lado, um tipo de movimento feminista, como portador da consciência política legítima da categoria “gênero”, ou operador válido da formação da consciência da mulher sobre a necessidade de uma revolução cultural, e não mais econômica.

De outro lado, ficariam isolados os movimentos de mulheres, determinados como movimentos pré-político, ou proto-políticos. Como se fosse uma etapa a ser trilhada por mulheres que tem seu despertar nas articulações de classe, mas que logo perceberão os limites da sua categoria, elevando suas pretensões políticas à verdadeira consciência feminista, a consciência de gênero.

Entretanto, como ambos estarão falando a partir de um mesmo contexto sociopolítico, nesse caso estarão apregoados aos mesmos meios para efetivar suas metas.

Portanto, apesar de obterem metas convergentes, tendo em vista da libertação das mulheres. A partir da dessa bifurcação na história *dos meios*, teremos modos diferentes de compreensão sobre o que querem e como planejam as metas para o futuro da mulher moderna. Desse modo, o desacordo entre paradigmas se apresentam em termos de ação.

Movimentos que guardam proximidades com ideais socialistas terão como alvo, atacar o capitalismo, e direcionam a este suas ações coletivas. Veremos que estes ainda guardam alguma autonomia e têm possibilidades de apresentar novidades no debate feminista.

Já aqueles que se identificarão mais com o liberalismo político, caminharão no sentido de institucionalizar sua luta. Direcionando suas estratégias de ação à atuação *no seio*

² Idem

Estado. Chamo esse tipo escolhido de organização política, de *Feminismo de Estado*. Retomarei adiante.

METENDO A COLHER

De todos os aportes que corroboram a importância de enxergar a mulher como gente está entre as principais obras do feminismo, trazer o problema da violência doméstica para um espaço legítimo de discussão: a esfera pública.

Gomes (2008) comenta que quando as feministas denunciam a violência doméstica e sexual, cumprem pelo vários tipos de serviços à sociedade. Arranca a mulher da prisão da família, desarticula a história de que a violência está relacionada à pobreza, desafia a legitimidade das questões que congregam os temas das Ciências Sociais, coloca o movimento de mulheres na arena de luta, rompem com o cerco do medo, denunciam agressores e molestadores sexuais, que em geral, são homens da família ou muito próximos disto, figuras até então de reputação intocável.

O argumento pertinente para resolver a questão, foi atacar contexto recursivo do evolucionismo crônico do qual sofriam os setores socioeconômicos, que via no avanço da sociedade moderna a principal saída para dirimir os ‘barbarismos’, pois, à medida que avançasse a humanidade em direção a uma sociedade mais justa, em matéria de leis, e mais civilizada (ou mais urbana e eurocentrista), diminuiriam os problemas sociais. Entretanto, o quadro que era desenhado, não era bem este, como constata a autora no trecho a seguir:

No Brasil, [seria normal] considerar que somente negros e pobres cometiam violência contra as mulheres, devido ao alcoolismo ou à pobreza. [Sendo assim,] se as desigualdades econômicas e sociais fossem eliminadas, o problema desapareceria. Mas esse panorama vai mudar quando uma mulher de classe média, casada com um professor universitário bastante considerado nos meios intelectuais resolve denunciar o espancamento que sofre (GOMES, 2008, p. 187).

A agitação em relação ao tema tornou notável o sujeito de ação da denúncia e foi responsável por escrever na história a organização política das mulheres em face de suas dificuldades hodiernas. Fato reverberado como extraordinária contribuição do feminismo. Já que todas as contribuições acrescentadas por este, tratar o assunto da violência doméstica, significa evidenciar o problema, e ainda assim, descobrir que existe um fator comum de dominação das mulheres, dispositivo encontrado em todo componente cultural na humanidade.

Entretanto, a necessidade de exploração de um conceito que abordasse o tema que cercasse a violência doméstica, parte do significado *sui generis* de a violência contra a mulher assume em face de outras formas de violência e sacrifício.

Sob esse aspecto, ressalta-se a importância da pluralidade de significados atribuídos ao gênero, pois este foi o ponto de partida para várias instâncias do feminismo, empreender a exploração sobre o tema. Sendo por isso que cada segmento enfatizará determinado aspecto do gênero, formando um campo para delimitar a construção social do masculino e do feminino. Gênero pode, ainda, ser um conjunto de normas modeladoras dos seres humanos. Em vista disto, aproximam, pois, do ponto geográfico da casa, como se ampliam também para o universo simbólico do mundo social e cultural.

Para situar o leitor, talvez convenha tecer algumas considerações sobre gênero. Este conceito não se resume a uma categoria de análise, não obstante apresentar muita utilidade enquanto tal. Gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento (SAFIOTTI, 1999, p. 82).

O ponto em comum e também antagônico que favorece a união por meio da diversidade, ao mesmo tempo transforma-se em principal paradoxo para seus membros, pois dependendo do ponto de partida que assume para o reconhecimento por parte do grupo, acrescentará nova intensidade e ambiguidade para concepções diferentes do mesmo conceito.

LIBERALISMO E FEMINISMO

Chambouleyron (2010) aponta que as ações coletivas do feminismo, associadas à dicotomia, público *versus* privado, foi, e continuam sendo, a principal base que aproxima feminismo e liberalismo político. Esta dicotomia é elementar da origem teórica que deu base para o seu surgimento, e se constitui no pior dano para movimento.

Assinalando ainda que a maior parte das críticas dirigidas ao feminismo está endereçada à utilização desta dicotomia, fato que aproxima o feminismo à burocracia do Estado Nação e o associa ao advento da revolução burguesa, veiculando fortemente a associação da libertação da mulher com o mercado de trabalho, que libertaria da *escravidão doméstica*, deixando-a mais próxima da cidadania.

Fato que se provou o contrário, tendo em vista que o mercado de trabalho absorve a força de trabalho da mulher, sem que isso signifique aliviá-la das obrigações do lar – que continuam sendo exclusividade feminina. Sendo nesse caso, o que acontece de fato é a

atribuição de múltiplas jornadas de trabalho e ocupação em atividades subalternas, mal remuneradas e de sub-aproveitamento das funções (Safiotti, 1976).

À absorção da força de trabalho subalterna feminina acrescenta-se sua integração periférica na *sociedade de classes*, por meio de atividades políticas não reconhecidas, elemento decorrente de sua identidade social de *segunda categoria* mantida e significada pelas representações coletivas da sociedade moderna³.

Nesse caso as dicotomias entre ideal e ilegítimo formam a estrutura fundamental da ambigüidade, pois, o liberalismo político é comum associar o espaço público como o espaço autêntico da sociedade, o espaço privilegiado do pensamento e do comportamento racional. A esfera das articulações políticas verdadeiras e reconhecimento mútuo, como também, o campo das “forças coercitivas, uma vez que as expectativas sociais constroem os sujeitos a representarem papéis. Estando o seu comportamento sob constante vigilância e julgamento moral”. Portanto, privado será um espaço ‘neutro’ dedicado à intimidade (CYFER, 2010, p. 104). O lugar da emoção, dos sentimentos e da privacidade.

Neste caso,

a dicotomia público-privado teria a conseqüência de, a um só tempo, confinar a mulher ao espaço doméstico, subordiná-la economicamente ao homem e/ou empobrecê-la, restringir sua participação política e atribuir tudo isso a razões imutáveis de ordem metafísica (CYFER, 2010, p 139).

Para tornar claro o problema apontado, Ingrid Chambouleyron Cyfer chama atenção que a natureza da intervenção esboçada pela vertente liberal do feminismo se apóia na liberdade individual que é recorrente ao sujeito cartesiano.

Desse modo, assinala a cientista política feminista, que conforme seja o espaço social em que nos constituímos, um ambiente *naturalmente* assimétrico, significará que a identidade individual de cada sujeito implicará inevitavelmente na exclusão do outro. Pois é no reflexo das diferenças que se forma a consciência de si.

O problema da exclusão na teoria das identidades sociais torna-se, assim, um problema insuperável para a teoria feminista. Isso implica dizer que para firmar a identidade de um grupo de mulheres e impor-se no espaço público isso só será possível a partir da

³ Idem.

necessidade de exclusão de outros grupos de mulheres, tecnicamente que deveriam compor seus aliados coletivos (CHAMBOULEYRON, 2010).

Desse modo, o individualismo se coloca como limite para a influência de formação de alianças construtivas para ações aprofundadas de mudança. Pois, impõe ao sujeito a escolha de si próprio. E põe-se como entrave ao ato de agregar ou reunir identificações aderentes entre os sujeitos que são sociais, mas comportam-se de maneiras egoísta, dada a competição, ou disputa, isto é, o duelo que precisam travar em nome de conquistar seu privilégio pessoal.

É, então por isso, que o jargão feminista “o pessoal também é político”, que fez tanto sucesso na segunda onda do feminismo, desmistifica a *casamento perfeito* entre liberalismo e feminismo, denunciando um sujeito abstrato enredado de um universalismo excludente, da qual é acusado pelas mulheres negras e subalternas. De serem subestimadas pela elite do feminismo, que se utilizando da fálacia da igualdade universal “exprimiou apenas as vozes das mulheres da elite racial e social⁴”.

Não obstante, o problema não acaba aqui, ele persiste mesmo entre os feminismos não liberais, através da dificuldade em avançar no problema. Visto que realizar o projeto emancipatório, exigirá da teoria crítica do feminismo cumprir as tarefas que significam o objetivo comum do movimento enquanto luta das mulheres, por quanto sejam estas metas de, desconstruir o poder, dirimir a subordinação e oferecer indicações para o caminho da transformação social; sem perder foco na autonomia⁵.

Quanto ao avanço no projeto emancipatório, com foco nas contribuições da socióloga feminista Heleith Safiotti, apresento uma saída para o impasse gerado dentro do feminismo, na sua proposta de articulação entre outras noções de sujeitos. Retomarei com mais detalhe no tópico a seguir.

Entretanto, em vista de esclarecer, chamo atenção para o antagonismo, levantando por Chamoulyron Cyfer, de que, enquanto tivermos tomando as noções de autonomia do sujeito moderno, significará que a unidade entre diferentes vertentes do feminismo se encontrarão atreladas todas em função da noção liberal, mesmo que involuntariamente. Tendo em vista a dicotomia entre igualdade e diferença ser a dicotomia que subsidia a autonomia do feminismo, desde a sua fundação.

⁴ Idem, p. 11.

⁵ CHAMBOULEYRON, ibidem, p. 22.

Para que fique mais claro, alego aqui que apesar de os feminismos se lançarem no campo de ação por várias nuances, e mover-se entre elas através da aproximação/negação de suas duas vertentes principais, e antagônicas. Conciliam-se em apresentar visão distinta para um mesmo problema, não obstante, utilizam-se da mesma noção cartesiana de sujeito moderno.

Também por essas lutas, embora admita-se a pluralidade entre as estratégias de ação, é mister reconhecer que estão todas voltadas para o ambiente político, ou público. Espaço essencialmente de imbricação liberal, onde há exigência de que seja extinto um anseio em razão de uma utilidade. E desde que se realizam, enquanto movimentos políticos, sob a disputa por assumir autoridade entre propostas na execução dos seus projetos políticos, os grupos embarcam nessa posição de interesses.

AUTONOMIA, FEMINISMO E SOCIEDADE DE CLASSES

Maria Inez Paulilo (2004) argumenta que entre os movimentos de mulheres rurais há três tipos de organização que se articulam. Existem os movimentos das mulheres autônomas, as sindicalizadas e as mulheres Sem Terra ligadas ao MST. Destes, as questões de classe se expressam em grande medida entre as sindicalizadas e Sem Terra, enquanto os movimentos autônomos se dedicam mais às questões de gênero. Embora o termo ‘gênero’ seja um argumento frequentemente dos discursos das militantes de todos os três casos, na condução de sua pesquisa, a autora confere que,

nos movimentos que colocam a luta de classes em primeiro lugar, o modelo de participação política é machista. O discurso da igualdade de gênero é consenso, mas não se discute quão desigual é essa igualdade, na medida em que se cobra das mulheres um comportamento masculino e elas acabam por incorporá-lo, sentindo-se culpadas quando não conseguem segui-lo à risca. [Por conseguinte] esses movimentos tendem a criticar os movimentos autônomos de mulheres por considerá-los como radicais e separatistas (PAULILO, 2004, p. 240).

Essa dicotomia entre gênero e classe é a maneira que se expressam os movimentos feministas de modo geral, e se apresentam entre os movimentos urbanos conseqüentemente.

Moema Viezzer (1989) constatando que “o problema não está na Mulher”, examinou que os clubes de mães que reúnem donas-de-casa dos bairros da periferia, não conseguem ser fonte de motivação dos interesses de pesquisa nas Ciências Sociais, nem seu movimento atraiu a atenção adequada do movimento feminista.

Neste sentido, relata que os estudos da mulher se consolidam em estudos de gênero, desenvolvidos a partir de núcleos das universidades e subsidiam a militância feminista que se prepara para assumir postos na sociedade civil e política, mas não se preocupa em explorar as bases populares da sua difusão.

Gomes (2008) sintetiza a conclusão dos estudos de gênero verificando que há um dispositivo que subjuga o feminino na hierarquia social de poder e reconhecimento e regula as relações homem-mulher, homem-homem, mulher-mulher⁶. Elemento estruturado e estruturante na dominação masculina e encontra-se em todos os espaços da sociedade. A conclusão também patenteia para emprego da análise das relações de gênero, a divisão de dois tipos de espaços por onde essa dominação se encaminha, por qual seja, o espaço público e o espaço privado. Sendo este último, o lugar onde são gestadas as desigualdades em particular, se constituindo o primeiro, na esfera onde serão reproduzidas e objetivadas em representações coletivas do/no espaço público.

Desta forma, para atacar as representações determinantes das ações sociais, será imperativo resgatá-las do espaço pessoal, e trazer para serem debatidas sob a luz das questões de justiça da esfera pública⁷.

Em vista disto, permear os espaços, empoderar a mulher, disputar postos políticos e desempenhar as funções do homem, em termos simbólicos e nas relações objetivas de trabalho, concretizará a meta de dirimir as questões provenientes do espaço privado. Conformando no argumento fundamental da vertente culturalista, que centralizou nos últimos tempos os objetivos de mudança da condição subalterna da mulher na cultura.

Scott (2005) esclarecerá que o paradoxo da negação e afirmação simultânea da diferença sexual, ou a definição abalizada de gênero, colocou o movimento feminista num dilema que persiste na sua história. Por quanto isto, assumir uma ideia linear da história de seu pensamento impede que examinemos os reversos das experiências que produziram o feminismo.

É neste sentido que nos perdemos entre a intensidade de conflitos e contradições apresentadas pelas correntes feministas, que, sob o sintoma das contradições do indivíduo moderno, protesta a segregação das identidades, pois, ao atuar sob interesses próprios de terça parte das mulheres, invoca a diferenciação que objetivaram negar em seu referencial.

⁶ O desenvolvimento desta sentença encontra-se em Safiotti, 1999.

⁷ Esta discussão deriva de Fraser (2002).

Pressupondo que a igualdade da cidadania está no sujeito individual. A ideia de ascender como proposta de intervenção na sociedade é uma ideia que passa ser objetivo de cada uma das lutas identitárias contemporâneas. Por esse lado, cada uma das ações coletivas terá *liberdade* de proposição própria. As transformações versam a ser ações pontuais, de imbricações particulares de cada grupo, exclusivamente originais e repletas de singularidades que distinguem a sua associação.

Como observado por Gomes,

um novo tipo de revolução social é necessário. Será a que não se volte somente contra os aparelhos políticos, mas que questione todas as engrenagens de uma sociedade, mesmo as mais moleculares (IDEM, 2008, p. 184).

Esta é a base para a emergência de um tipo de movimento social novo, (ou Novos Movimentos Sociais) e traz no seu bojo a migração de perspectiva dos referenciais de luta.

Passam de movimentos sociais a sociedade civil organizada, e o circuito de atuação, desloca-se da contestação, para atuação dentro do Estado, na disputa por espaço com a sociedade política.

Porventura, o que estará em disputa no câmbio dessas perspectivas, conforme distinguiu Gomes, é que agora entra em jogo a criação de um *campo político de força social para a Sociedade Civil*⁸. O objetivo mantém-se sob a transformação da sociedade, mas prega a importância de outros contextos, que também precisam “romper os esquemas de opressão e alienação humana” (GOMES, 2008, p 185).

Em vista disto, o axioma se forma em torno do conceito em disputa sobre: mudança ou reformismo? Aprofundando, em outras palavras, a pergunta é: para qual transformação orienta-se a luta política da sociedade civil?

Nesse caso, a transformação se auto-proclama derivar de uma base real e não mais “utópica” de mudança e revolução. Delimita-se partir da aceção validada a concepção social que, em resumo, põe a transformação em solo *viável* de mudanças que não estremeçam as bases do capitalismo.

⁸ Citando Scherer-Warren (1989) a autora incorpora o argumento que é originalmente cunhado por Castoriadis.

Isso significa dizer que a formação política se dará longe da categoria de “classe”. Para os otimistas da razão, é a sociedade que “renasce”, sob ideais *ainda mais livres*, incluindo no bojo de suas recusas, também, e sobretudo, experiências de autogestão popular.

Pois conforme ainda Gomes, o ponto de partida para essa eclosão é o final da década de 1960,

pois com a antiga matriz teórica já não era possível explicar o movimento social de novo caráter que eclode e a força que adquire, principalmente após maio de 1968 (GOMES, 2008, p. 183)⁹.

Esta metodologia é empregada contextualmente pelo feminismo e se desencadeia dos grupos de estudos de gênero das universidades, e apesar de não ser base de todos os feminismos, a teoria das “relações de gênero” figura como palavra de ordem de todos os movimentos que se pretendem articular em torno da categoria mulher, e feminino.

O período de 1970 a 1990 foi período fértil ao desenvolvimento do pensamento feminista nas universidades. Para discutir esse componente, agrego o trabalho de Safiotti (1976) que situa “a mulher na sociedade de classes” e discute os mitos e realidade desta sua condição.

Na sua proposta, a autora aponta que a chave para a compreensão da condição da mulher constitui-se na combinação de três princípios de estruturação que incorpora uma simbiose entre patriarcado, racismo e capitalismo. Recorrendo ao argumento categórico de que o feminismo pode ser mais que um *reformismo pequeno-burguês*.

Inspiro-me aqui em Safiotti, pois, a autora coloca em palavras claras o que coloco até agora, apenas tangencialmente.

Vejamos: Com base nas ambigüidades lingüísticas próprias da estrutura mental cartesiana, temos, em suma, duas conotações diferentes para significar o individualismo do sujeito moderno. Por exemplo, se por um lado o individualismo ajustado ao sujeito masculino assume o sentido particular de titular da privacidade, se atribuindo tudo aquilo que é íntimo. O mesmo não acontece se aplicarmos o termo à mulher.

⁹ Apesar de não nos deter nos detalhes sobre a cisão dos projetos políticos que se expressou na greve geral de maio de 1968. Apresentamos essa marcação para as mudanças por ser importante e frequentemente citado nos trabalhos que abordam o tema da insurgência dos Novos Movimentos Sociais. A autora citada se refere especialmente a Maria da Glória Gohn, para explicar esse trecho.

Isto é, individualidade da mulher não assume a conotação de autoridade sobre que lhe é próprio (Saffioti, 1976). Basta acessar a oratória dos coletivos feministas pelos direitos sexuais e reprodutivos que perceberemos o quanto o corpo, algo que nos é (corrigindo: deveria ser) mais íntimo, é o elemento que mais inspira pesquisas por parte da ciência médica nos últimos tempos (modernos). E assim constitui-se no bloco dos investimentos do controle biopolítico.

Retomo, neste sentido, que o termo que melhor define intimidade para mulher, é restrição, ou cerceamento.

Pois tendo em vista que seu espaço de intimidade esteve sempre relegado ao *domínio* do lar. E, no espaço doméstico que manda é homem, pois é o homem quem detém da propriedade; a mulher, apesar de ser a *rainha do lar*, apenas administra a casa, segundo as regras do homem. Pois, é ele o chefe, patrão, patriarca. É ele quem paga as contas, provê o alimento e protege a fêmea. Parece fábula, mas é a realidade do conceito burguês de família.

Se o homem é o Senhor, então, o trabalho da mulher na casa é conduzir a família dentro dos princípios do homem.

Quero esclarecer que essa confrontação entre homem e mulher é sugerida toda vez que abordamos as condições entre homem e mulher por motivo de contraste dos dois objetos de análise. Justifico que a pausa para assinalar essa questão é necessária, uma vez que sabemos que esta é causa de considerável desconforto entre leitor/a não sensível à causa feminista. E é frequentemente neste ponto que o movimento de mulheres é alvo de ataques sob argumento de personificar a culpa no ser masculino ou ainda, ser um discurso vitimizador da mulher. Este também é o principal mote responsável pela chuva de críticas exteriores que recebe o feminismo desde que o movimento passou a existir. Não obstante, sou totalmente cônica que há certa fase de sua biografia (segunda onda), a atuação de setores radicais feministas corroborou o argumento desconfortante acima, como característica do grau elevado de sexismo movimentara.

Entretanto, embora admitir que haja controvérsias no feminismo pondero que a causa do desconforto baldrame ao *estigma feminista*, tem solidez fundamentada no estilo de pensamento conservador delimitado de *patriarcado* (SAFIOTTI, 1976).

Chamo aqui de Patriarcado o conjunto de valores que articula gênero, classe, e raça/etnia para nos fazer entender que esses conjuntos de valores que são movimentados em ocasião da nossa socialização, tal como foi exposto acima, não representam apenas hábitos

aleatórios, mas que bancam também um conjunto de ideais que determina o destino de grupos ou classes sociais que são seus precursores.

Deste modo, em seu significado sociológico Safiotti faz dele uma regra, um padrão normativo de pensamento que circunstancia um comportamento, estando dotado de coercitividade, regularidade e exterioridade. Certamente porque adquire status de fato social desde que está instituído no conjunto de regras sociais formando códigos morais das quais lança-se mão sempre que vamos imaginar a personalidade de um indivíduo.

Sendo por isso, ele será absorvido pelo sujeito, internalizado em suas entranhas, para por fim, expressar-se em situações variadas das circunstâncias sociais, tratando de cultivar costumes, tendo em vista prolongar o processo de reprodução de seus hábitos, dificultando que novos padrões sejam fomentados.

Esta leitura é feita a partir do conceito desenvolvido por Safiotti, e nos servirá de esclarecimento sobre porquê o feminismo não consegue efetivar as mudanças anunciadas na sua proposta.

A TEIA DO PATRIARCADO

Disse anteriormente que o espaço doméstico pertence ao homem e a mulher apenas o administra, logo fundamento a função do patriarcado frente à dominação da mulher, pois bem.

Já que a socialização dos filhos é função da mulher, e, todavia, as regras que são repassadas serão regras de objetivação da supremacia do homem. O episódio marcante que a socialização acentua, ratificará o “poder do macho¹⁰”.

Na sociedade, é voto vencido que e a socialização tem por objetivo produzir resultados que assegure a perenidade do sistema vigente, em vista disto, atitudes determinantemente conservadoras serão tomadas quando o menino é educado para o espaço público, e a menina orientada para ser dona de casa. Além do mais, diz-se que quando essa socialização falha, a culpa é da mulher. O que antecipa a revelação feita de que o homem é o chefe da família. E a mulher, a administradora do lar.

A respeito do fato, dirá Safiotti que o espaço doméstico é predicado do homem, por que apenas ao homem é admitida a propriedade. A *Declaração dos Direitos do Homem e Cidadão* é o documento clássico que concede ao homem a liberdade de se realizar em

¹⁰ Safiotti, 2001.

sociedade, a igualdade frente a outros homens para adquirir propriedade e a fraternidade para firmar parcerias de troca.

Gayle Rubin (1993) antropologicamente ilustra que, não obstante a existência das leis e instituições especializadas, as regras sociais são cabais na manutenção de uma sociedade coesa. Ela chama isso de *mecanismos simbólicos de coesão social*. Por exemplo, tal qual é definido pelo parentesco, a sociedade converge em função de suas estruturas, ou seja, conserva-se por meio de regulamentos simbólicos.

Nesse caso, o casamento, enquanto instituição social é “a mais fundamental forma de troca¹¹”, na qual as mulheres são os principais artefatos a ser outorgados, vejamos.

Presentear mulheres tem um resultado mais profundo do que o de outras transações de presentes, porque o relacionamento estabelecido desta forma não é apenas de reciprocidade, mas de parentesco. Os parceiros da troca se tornam afins, e seus descendentes serão parentes de sangue. [...] O parentesco é organização, e organização confere poder (RUBIN, 1993, p.9).

Todavia, a troca das mulheres implica uma distinção entre a oferta e o ofertante, pois, se as mulheres são os presentes, então são os homens os parceiros da troca, “é aos parceiros da troca que a oferta recíproca confere poder quase místico de ligação social¹²”.

Pois, como vimos,

se as mulheres são os objetos da transação, serão os homens então que, ao dá-las e recebê-las, estarão ligados entre si, tornando a mulher um condutor da relação ao invés de um parceiro nela. (RUBIN, 1993, p.9).

Portanto, “as mulheres não estão em posição de aproveitar os benefícios de sua própria circulação¹³”.

Conseqüentemente,

se as relações especificam que os homens que trocam as mulheres; são eles os beneficiados com o produto de tais trocas – a organização social. [...] A troca de mulheres é atrativo, na medida em que coloca a opressão das mulheres dentro de um sistema social, em lugar da biologia (RUBIN, 1993, p.10).

¹¹ Idem, *ibidem*, p. 9.

¹² Idem.

¹³ Idem.

Certamente porque, um sistema de parentesco é uma imposição de fins sociais sobre uma parte de mundo natural. Em síntese, um sistema cultural que naturaliza interesses socialmente determinados já que articula,

uma modelagem, uma transformação de um sujeito para e por um propósito subjetivo. Ele tem suas relações de produção, as quais incluem certas formas de “propriedade” sobre pessoas. Estas formas não são direitos de propriedade privada exclusiva, mas diferentes tipos de direitos que várias pessoas têm sobre as outras. [...] constituem um glossário rico de informações “para determinar exatamente quem tem direitos sobre quem” (RUBIN, 1993, p.10).

Se conformando a um só tempo, num circuito por onde se move o “acesso a sistemas concretos de relações sociais”. Baseando na percepção clara de que as mulheres “não têm direitos plenos sobre si próprias”¹⁴.

É precisamente esse “elemento histórico e moral” que determina que uma “mulher” esteja entre as necessidades de um trabalhador, que as mulheres, e não os homens façam o trabalho doméstico, e que o capitalismo seja herdeiro de uma longa tradição na qual as mulheres não herdaram, na qual as mulheres não lideram, e na qual as mulheres não falam com deus. Foi esse “elemento histórico e moral” que dotou o capitalismo de uma herança cultural de formas de masculinidade e feminilidade (RUBIN, 1993, p. 5).

Gayle Rubin confirma o quanto o patriarcado é um sistema dinâmico e rigoroso, sua existência e configurações dá vida às *formas opressivas empíricas nas quais os mundos sexuais estão organizados*. E forma com isso, uma ampla rede de relações, traduzida por um conjunto de códigos que sustentam uma estrutura de organização social que concilia política, sexo, gênero, raça e economia, dentro de uma mesma ordem de pensamento.

Para mostrar como isso atua para além da razão metafísica, notamos que existem termos coloquiais que circulam concepções pejorativas que ressaltam a inferioridade da mulher, quando diz que a mulher não sabe se comportar no espaço público, assim como, em termos políticos, não consegue se organizar. Essa sentença é recorrente na expressão popular de que “mulher não vota em mulher”. Tais circunstâncias coloquiais são repertórios de estereótipos que, possuindo salvo-conduto e presunção de inocência, são alastrados em vista

¹⁴ Idem.

de abranger o poder de controle tendo por meta, constranger aquelas que são vítimas deste tipo fantasiado de estereótipo a sentirem-se obrigadas a participar da distorção da sua própria imagem.

Safiotti pondera que isso também faz parte do patriarcado. Pois,

a secularização do pensamento é fenômeno subordinado aos interesses dominantes das sociedades de classes. Os preconceitos funcionam como fatores auxiliares ponderáveis da conservação dessa ordem, através do uso cuidadoso dos estereótipos e a extensão da integração de certas categorias sociais no sistema de produção que se resguarda de possíveis rupturas de equilíbrio (SAFIOTTI, 1976, p. 52).

As dicotomias da sociedade de classes fragmentam os quadros de referência de construção da mulher como ser social, pois nem na a família, nem na situação de trabalho papeis da mulher se constituem compatíveis. Se atuar em sociedade significa participar da vida comum e ser capaz de construí-la, saindo da natureza para fazer a cultura. A sociedade de classes não oferece à mulher um quadro de referência através do qual suas funções possam ser validadas e integradas. Nesse tipo de estrutura social, a vida feminina se apresenta contraditória:

Há para as mulheres uma necessidade subjetiva, e muitas vezes também objetiva, embora nem sempre a primeira se torne consciente, de integração na estrutura de classes e, de outra parte, uma necessidade subjetiva e objetiva de se dar à família (SAFIOTTI, *ibidem*, p. 58).

Sobre o argumento de que mulheres não votam em mulheres, porque são competitivas por natureza contradigo que a competitividade não é um dado da natureza feminina, mas um elemento fomentado pelo sistema capitalista que tem por obrigação produzir explicações aceitáveis para seus descompassos. Pois é necessário reajustar as ambigüidades para que o mundo pareça um lugar naturalmente ambíguo.

Alego ainda que esses estereótipos são alimentados pelas dicotomias de origem do mundo político liberal que cria sentidos opostos para ao espaço público e o espaço privado.

Pois bem, a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão estabelece as bases para a Liberdade, Propriedade e Cidadania, unindo três coisas numa só, ou seja, no ser masculino burguês.

O liberalismo político, estruturante da concepção social da sociedade burguesa, se ampara sob a divisão clássica que ele mesmo cria entre a Sociedade Civil e o Estado. Estando

esses pólos um em oposição ao outro, Sociedade representa autonomia, ou independência, onde os sujeitos privados estariam livres da coerção do Estado, esta sendo reservada ao espaço da regulação social (CYFER, 2010).

Já o romantismo¹⁵, outra forma concorrente de distinguir público e privado, opõe social e pessoal, no mesmo sentido de interesses empregado para Estado e Sociedade civil. O que o romantismo patenteia com isso, foi salvaguardar um espaço especial para a intimidade, um lugar livre do cientificismo das leis e da objetividade da razão. Um espaço onde pudesse florescer os sentimentos, a Arte, Poesia ou a Filosofia – componente do trabalho não produtivo.

Quanto à mulher, ser integrada na sociedade de classes, essa digressão serve para destacar que para fazer o papel social de *figura pública*, deverá esta agir, como homem. E antes, porém, agir *para* o homem. Ou seja, tem por obrigação empenhar o *poder do macho*.

A determinação comum sexo exprime, nas sociedades de classes, uma relação subordinada em cuja operação não se inscreve a explicação do funcionamento do sistema social; ao contrário, é nas determinações essenciais do sistema que se podem encontrar as raízes de modo pelo qual é sacrificada a categoria de sexo. Todavia, é preciso não esquecer que entre um sistema produtivo de bens e serviços e a marginalização de uma categoria de sexo em relação a ele medeia a estrutura familiar na qual a mulher desempenha suas funções naturais e mais a de trabalhadora doméstica e socializadora dos filhos (SAFIOTTI, 1976, p. 79).

Isto significa dizer que a mulher atuando em sociedade, ou em função de seu papel social de administradora dos interesses patriarcais irá repousar-se sob a dominação masculina, reproduzindo esse padrão de hábitos e pensamentos para não quiser ser excluída do meio social. Já que o pensamento burguês masculino é o pensamento legítimo, o *modo espontâneo de ver o mundo*.

Assim sendo, quanto mais a mulher estiver consciente da sua atuação na sociedade de classes, mais orientará seu agir de acordo com o sujeito masculino burguês, posto em princípio, este será seu artifício de diferenciação em relação aos outros sujeitos – incluindo as outras mulheres.

¹⁵ Romantismo é um fenômeno europeu que surgiu aproximadamente ao mesmo tempo em todos os países. Esse fenômeno surgiu em parte como uma reação às circunstâncias e problemas característicos de um mundo racionalizado (MANNHEIM, 1976).

Sendo assim, as mulheres da elite social e racial preocupam-se em disputar postos de trabalho em *equidade* com os homens, mas notem que equidade não significa igualdade no sentido de igualitário, mas de equivalente ou proporcional.

Espontaneamente falando o que quero dizer é que as mulheres precisarão aplicar a noção de poder em mesma medida à assimetria que enfrenta de integração inferior para com outras mulheres, sucessivamente.

Pois equidade significa ter um compromisso equivalente. E o meio político lhe exigirá isso. Pois que, sobre o meio político impera o ser social masculino burguês, acompanhado de todo o seu conjunto de hábitos e pensamentos de diferenciação.

E já que seu movimento político desconsidera a divisão social do trabalho, porque faz parte das novas lutas *identitárias neutras* frente ao capitalismo e tem como bandeira de luta o *empoderamento da mulher* no espaço público, procura ocupar os espaços de poder de decisão para colocar sua pauta feminista de forma hegemônica colocando diretivas para os movimentos de mulheres seguir.

Spivak (2010) dirá que mulher é a subalterna *o outro* do feminismo hegemônico (Safiotti emprega o termo “burguês”), pois é a ela que a mulher da elite precisará derrotar para continuar liderando a pirâmide ocidental do discurso de gênero.

Tendo em vista a integração periférica da mulher na disputa por oportunidades, preferencialmente masculinas, na ordem social, a chance que lhe restará em manter-se na hierarquia do poder é explorar a subalternidade das mulheres que se encontrarão na fronteira desta camada.

No que diz respeito às conquistas que essa postura agremia na mudança social, avaliamos que elas são restritas, já que em sua liberdade burguesa o sujeito feminino no modo de vida patriarcal que em termos de representações coletivas as remete ao lugar servil de *fêmea equivalente*, emenda o rechaço do desenvolvimento da subjetividade feminina ao anti-apoio das atividades atribuídas aos papéis femininos. Como o trabalho doméstico, o trabalho familiar, a maternidade, atividades de cuidado, os clubes de mães, luta por creches, etc.

Em vista do alvo principal da articulação política das organizações feministas da categoria de gênero, este baseia-se na mesma concepção elitista de política de ascepção do domínio do centro *contra* a periferia. Isso diferencia o seu trabalho dos outros trabalhos de movimentos populares de mulheres e coloca a sua atividade em termos de ação política legítima.

Sendo assim, movimentos que ocupam a linha de frente dessa fronteira serão considerados movimentos políticos, enquanto que aqueles que lhe são dissidentes serão movimentos proto-políticos, ou “*de mulheres*”, e não feminista.

Enquanto, por outro lado encontramos nesses movimentos dissidentes *de esquerda* também uma forte postura de que não se deve *dividir a luta*. Temendo que o conceito de classe acabe por se diluir entre inúmeras diferenciações – gênero, etnia, raça, religião e outras. Fazendo com que a existência de diferentes movimentos de mulheres seja visto como algo a ser superado e, mais que isso, como se a junção deles só dependesse de esclarecimentos e boa vontade, como se as diferenças fossem imaginárias ou vãs (PAULILO, 2004).

ESTIMATIVA SOBRE A DISCUSSÃO DE GÊNERO NA POLÍTICA

Para empreender a análise aqui empregada me apoiei numa extensa revisão bibliográfica dos movimentos de mulheres e feministas na perspectiva de entender a atuação desses coletivos por meio de sua gramática política.

Percebo que os trabalhos que apresentam o movimento sob um otimismo latente fazem parte de um recorte que aposta no fortalecimento da sociedade civil, e poucas vezes faz a leitura sobre característica política do Estado.

Por outro lado, aqueles que abordam a participação do Estado de forma crítica assumem recorte de análise marxista, procurando realçar que as conquistas por meio do Estado são frágeis e sujeitas a rupturas de acordo com o partido que toma o poder.

Embora a política de gênero se configurar num elemento novo no campo político, parte considerável dos estudos dos movimentos sociais no Estado, atestam o mesmo problema enfrentado pela rede feminista.

A outra parte das concepções que são aqui apresentadas em forma de reflexão faz jus ao trabalho de campo que deu origem a pesquisa sobre a participação de gênero no estado de Mato Grosso do Sul. A pesquisa é descrita em detalhes no primeiro capítulo, e junta-se à essa parte do trabalho como material empírico confirmando as leituras empreendidos sobre o balanço da temática em questão.

Neste caso apresento aqui alguns dos materiais com que trabalhei, com vista a situar o leitor sobre as fontes de nossa pesquisa.

Os trabalhos contemporâneos que articula o conceito de gênero fazem parte de uma ampla rede de interlocução das Ciências Humanas hoje em dia. A abertura para o tema

Para catalogar os dados bibliográficos separei os trabalhos em duas categorias que correspondem às duas vertentes principais por que se identificam as leituras que apresentam

sobre o movimento feminista. Para efeito de análise dos dados, pontuo a *Vertente 1* como *Feminismo de gênero*. Enquanto que nomeei a *Vertente 2* sob o termo de *Feminismo de classe*.

Identifiquei no Caso 1 – que o feminismo de gênero, estão mais integrados na estrutura do Estado e são majoritários na composição dos quadros feministas das agências governamentais. Experimentei essa hipótese na pesquisa de campo, e observo ter se confirmado em grande perspectiva, embora com algumas ressalvas.

Identifico que o Caso 2 – Feminismo de classe, que são responsáveis por unanimidade das abordagens críticas. Efetuando balanço interpretativo negativo da atuação nos espaços estatais. Percebo também que esses movimentos se identificam como movimentos de mulheres. Enquanto no primeiro caso atribuem-se o termo feminismo, ou relações de gênero. Todavia gênero ser um termo comum a todos.

Percebo que há uma diferenciação entre a utilização do termo gênero entre as duas vertentes. O caso 1 advoga-se autoridade no tema de gênero, e em geral assumem postura autoritária em relação sobre a autoridade da discussão.

O caso 2, todavia, identifica-se pelo apelo de ressignificar a categoria de gênero, tal qual é articulada em função do caso 1. Acrescentam a ela, não apenas uma leitura de classe, embora que esta leitura prevaleça, mas procuram contemplar elementos geracionais, geográficos e de modos de vida descentralizado do modo de vida urbano e acadêmico. Para estes, não é necessário que se aplique o conceito à risca. Sua maior virtude é agregar elementos e novidades ao conceito.

Nota-se que entre esses dois casos vem se colocando um outro feminismo, o feminismo de raça. Entretanto, este nasce um pouco mais ligado ao caso 2.

Conseqüentemente, os coletivos que intitulam enquanto defensores/pesquisadores dos direitos sexuais e reprodutivos, congregam em sua plataforma uma instância de feminis lésbico. Esse segmento se aproxima mais do caso 1, e está ligado aos setores acadêmicos em maior grau.

Dentro do caso 2, como abordei acima, os feminismos dissidentes se articulam em forma de crítica ao movimento feminista e apresentam as maiores novidades. Neste sentido, temos feminismos indígenas sendo firmados na América Latina – temos como exemplo o

Feminismo Zapa (ou zapatista¹⁶) do México; e o Feminismo Comunitário, na Bolívia. No Brasil os estudos das mulheres índias sob a perspectiva de gênero, que se localizam pelo tema “mulher indígena”.

Quanto às análises críticas feitas do movimento feminista, os apontamentos se referem de modo unânime em relação às falhas da construção da identidade. Discutimos isso com a ajuda de Moema Viezzer, Chambouleyron Cyfer e Maria Inês Paulilo, e ainda pontuamos trabalhos importantes com os de Mirla Cisne, Telma Gurgel, Alice Alcantara Costa, Ana Alice Costa, Sonia Alvarez, etc.

Recortando em questão do tema da nossa pesquisa sobre a participação de gênero no Estado, as amostras coletadas se diferem em:

- 1) Autores da redemocratização¹⁷, que dirão que o *fenômeno* representa o fortalecimento da sociedade civil e que novos desenhos institucionais dão caminho para novas e importantes maneiras de participação cidadã. Que os movimentos sociais no Brasil estão operando mudanças no cenário político. Aparecem na Ciência Política sob o termo guarda-chuva: *neoinstitucionalismos*. E são tratados como terceiro setor, ou sociedade civil organizada. Concorde que estão transformando os quadros dessa política, entretanto, o cenário ainda é o mesmo.
- 2) Autores do tema movimentos sociais¹⁸ discordarão apontando essa natureza organizativa institucional como razão de enfraquecimento dos movimentos sociais. Essa leitura se apresenta pela Sociologia e, empregando-a verifico que se forma uma nova dicotomia entre os Movimentos Sociais e os Novos Movimentos Sociais.

Em razão de pontuar o posicionamento sobre a questão, de forma clara. Afiançarei os apontamentos sobre a adoção do conceito de gênero por parte dos Estados e das agências intergovernamentais, que fez com que o julgamento feminista quanto à opressão e à subordinação da mulher tenha se dissolvido, neutralizada nos discursos e nas práticas dessas

¹⁶ O termo é um “apelido” para ELZN – Exército de Libertação Nacional Zapatista – Movimento antiimperialista indígena mexicano, da região de Chiapas.

¹⁷ BOA VENTURA SANTOS; LEONARDO AVRITZER; AMÉLIA TELLES; EVELINA DAGNINO; ILZE SHERER-WARREN; JUSSARA PRÁ, entre outros.

¹⁸ MARIA GLORIA GOHN; ALLAIN TOURAINÉ; GUIDO LIGORI; RUI BRAGA; MARCELLO BAQUERO; CATHERINE GONZALÉZ; JOSÉ MAURÍCIO DOMINGUES, MIRLA CISNE; TELMA GURGEL; etc.

instituições. E deste ponto, fazendo do gênero uma categoria que permitiu a despolitização dos estudos feministas que foi exercido nas universidades, conforme estar exposto em Paulilo (2004) e Cisne & Gurgel (2008).

5.1 SÍNTESE DA REVISÃO: AS DIFERENÇAS DE INTERESSE

Para o movimento de mulheres que concebe a condição da mulher articulada com a classe. Homem e mulher são afetados pelo patriarcado e ambos são acometidos pelo capitalismo. Em contrapartida, essa visão aponta alguma possibilidade para a autonomia, já que suas ações coletivas não estão determinadas pela estrutura majoritária do político, ou não estão enraizadas no Estado.

Enquanto a vertente que representa as mulheres da elite social e racial, em que a condição da mulher articulada apenas com o gênero. Comportam-se como porta-vozes da paz social e da equidade em disputas pela simetria entre homens e mulheres no espaço público. Mas vêm os diferentes grupos de mulheres como concorrentes na integração de apenas um deles na sociedade política.

Nossa oferta alternativa se apresenta no que Viezzer (1989) assinala sobre o feminismo latino-americano, pois tem característica que merece atenção. Em suas propostas de intervenção na sociedade acrescentam à luta das mulheres a resistência anti-imperialista e se colocam em oposição aos governos neoliberais, questionando a violência coercitiva dos Estados Nacionais, denunciando o falsete do discurso da cidadania. No curso de sua história, tais movimentos vêm se colocando como resistência à política do desenvolvimento que põe o espaço urbano ocidental como modelo classificatório de outros espaços e outras identidades construídas pela razão centro *versus* da periferia. Noção que substancia a diferenciação entre os sujeitos coletivos, colocando embargo ao projeto de autonomia fundamentado na alteridade. São principais expoentes desse feminismo, o feminismo zapatista de Chiapas, e o feminismo comunitário das mulheres bolivianas.

1.2 EM TERMOS DE AÇÃO COLETIVA

Entre as principais diferenças das vertentes principais que influenciam o feminismo, se apresentam em demanda das ações coletivas para o território político. Nesse caso, quanto ao feminismo de estado, ou da política de gênero, as reivindicações deixam de ser em forma

de movimentos sociais e passam a figurar como Ação Coletiva Organizada, ou Sociedade Civil Organizada. Voltam-se à atuação institucional dentro do Estado e em parceria com este, participam de planos de execução de serviços à população assistida.

Passam a ocupar espaços políticos, mas o político normativo tem como referência o Estado. Em vista disto, o sinônimo principal que define suas ações está pautada no avanço da condição cultural, e sempre orientam-se em sentido linear da trajetória da mulher. Essa postura lhes impede enxergar os reversos da experiência de exclusão no feminismo.

No caso do feminismo de vertente de classe, a ação coletiva move-se pela contestação ao Estado e sociedade civil burguesa. Apontam que a máquina estatal serve aos interesses restritos das elites sociais. E têm como meta reconquista do poder popular, que foi perdido na construção do pacto político da Constituição cidadã. Assumem como chave para definir sua atuação, a resistência aos ditames do aparelho estatal. Contribuem para a reflexão a cerca da importância que assume o Estado como organização política na sociedade moderna.

Segundo a ideologia, este ente estatal cumpre seu objetivo de centralizar e canalizar à convergência de suas estruturas, as energias de mudança, assumindo desta forma o controle sobre elas. Carregam neste sentido o poder de gestão das insurgências, que opera por meio dos organismos de controle da burocracia.

Em sentido prático, isso serve para forjar uma sensação de participação do terceiro setor, tal como as conferências, os conselhos gestores e organismos de políticas públicas. Essa atitude corrobora para encobrir outras formas de lutas. Colocando enquanto hegemônico o estilo de pensar a política, sendo ela uma só. E tendo a democracia moderna como caminho único a ser percorrido.

Em última instância, no Brasil percebe-se a dificuldade de os movimentos sociais assumirem uma vertente não oficial de organização da política, neste sentido existem organizações que enunciam em suas bases a perspectiva de classe, em contrapartida, não encontram formas para desenvolver-se em função dessa perspectiva, uma vez que o significado único de política, e a versão liberal dos seus meios, encontram-se circundado pelo duelo centro versus periferia, coisa que divide em dois os ideais e conformam paradigmas de oposição vital um com o outro. Entrementes, se orientam também em virtude de ocupar os espaços do Estado.

A causa para esse problema é que história política desconsidera a política *não oficial*, e só passa aceitar as reivindicações quando as ações coletivas passam a agir dentro da conformidade institucional, e sobretudo, apagam o elemento classe suas bases de luta.

Sendo que existe um ponto de vista em vigor, um padrão normativo de agir político, previstas nas agendas de pesquisa que resolve ambigüidades criando antagonismos de referência de espaço público do liberalismo político, ou neoliberal.

Isso impede o vislumbre dos movimentos insurgentes como feminismo zapatista e feminismo comunitário, que apresentam novidades aos movimentos do espaço hegemônico – centro.

No Brasil, a via campesina é quem organiza protestos que procura chamar atenção para as consequências que exploração do capital representa para recursos ambientais e para a saúde humana, expõem as advertências sobre as sementes transgênicas, atacam as plantações de eucalipto, e denunciam o abuso de agrotóxicos pelo capitalismo agrário. Empenham a sugestão de mudança por meio da produção de alimentos agro-ecológicos.

E adotam aspectos dos movimentos da América Latina quanto a manter-se deslocado do Estado, se anunciando no âmbito político por ações que almejam derrubar o poder hegemônico. Todavia suas ações são efêmeras e de curta duração.

Percebemos que no Brasil, o Estado e sua estrutura política é uma ideologia difícil de ser transgredida, mesmo que seja em hipótese pelos movimentos sociais. Aliás, superar essa estrutura, não demonstra estar entre os horizontes dos movimentos sociais no Brasil.

O IMPERATIVO DO ESTADO SOBERANO

No caso da ação coletiva organizada. A participação popular se expressa por meio de atuação nos conselhos. Entre os avanços advindos dessa ação coletiva encontra-se a permeabilidade da questão da violência doméstica na sociedade, que encontrou vias de articulação por meio do conselho de direitos da mulher, posto como tema no congresso da mulher paulista de 1980. Hoje Conselho Nacional de Direitos da Mulher segue essa orientação de ser o principal organismo de monitoração do enfrentamento à violência doméstica e sexual.

Esse objetivo é de recomendação mista, ou seja, agrupa agências internacionais de defesa dos Direitos Humanos que fazem parte de uma articulação decidida em convenções internacionais de apoio à causa. Geralmente há fomentos político, jurídico e jurídico que são colocados à disposição dessas agendas, para implementar ações nesse campo.

Esta mesma vertente tem planos de abrangência para a participação popular, e adotam o esquema das conferências locais como proposta de modernização das relações políticas sob o tema mulher. Nesta proporção, lança ideia da participação sob a expectativa de conquistar adeptos ao *projeto popular liberal* de democracia. Difunde uma concepção popular mistificada e não consegue se distanciar da visão elitista de níveis hierárquicos de cargos e funções na política de gênero tem uma postura institucionalizada, mesmo em termos de organização de base dos movimentos sociais. Não são permeáveis a novos integrantes. Pois estão restritos a afinidades acadêmicas dos grupos de estudos das universidades que em muitos casos advogam-se “donos” do conhecimento sobre a situação da mulher. A circulação desse conhecimento está vinculada aos estudos da subalternidade.

Spivak (2010) é uma das grandes referências a respeito da constatação do tipo de trabalho empreendido pelos *grupos de estudos subalternos*. A autora, neste trabalho muito conhecido, critica a autoridade auto-assumida pelos intelectuais em função de temas (e vidas) subalternos. Por conseguinte, esta é uma questão que foi levantada e debatida até hoje pelo trabalho Antônio Gramsci de investigação e crítica a cerca do papel dos “Intelectuais na cultura” e consequentemente na política. Contemplarei esse debate no capítulo seguinte.

Em razão da natureza restrita da própria academia, e com base em Safiotti (1976) e Viezzer (1989), alegamos que os grupos de estudos de gênero apresentam dificuldades em formar consenso, por não estar abertos a novos integrantes, isto quer dizer, de ampliar a participação no debate e aproximar-se das camadas diversificadas da sociedade, tendo em vista o ambiente universitário ser permeável apenas ao contingente *classe média* da população. Nesse caso, a estratégia adotada pelo movimento feminista não tem potenciais desestruturante ao ambiente político e reproduz a estrutura de classes, segregando outros grupos de mulheres que se encontram na fronteira desta camada social.

Já com relação aos fóruns mundiais que visam à construção de agendas para sincronizar os interesses dos movimentos sociais *na esfera pública*, as contribuições apontadas se referem à elasticidade que conseguem induzir aos assuntos da agenda identitária, visando que a publicização consiga atrair algum efeito à população assistida. Por exemplo: Em razão da violência doméstica e exploração sexual, são fomentadas campanhas abrangentes, de veiculação midiática em vista do ensejo da *tomada de consciência*¹⁹ da população. Em termos práticos, isso se transformará em projetos de capacitação de servidores

¹⁹ Gramsci diria, formação de consenso.

públicos, neste caso, chamo atenção para o fato da ação ser muito eficiente, mas a tática técnica empregada para tratar do problema não ser tão produtiva. Tendo em vista existir grande número de capacitações desse tipo e a objetividade do processo ser parcial. Oliveira (2014) aponta que os limites dessas capacitações se apresentem em função de agendas externas e pautas globais, que carregadas da ideologia iluminista, do sujeito universal, não pondera que a concepção de cidadania é restrita sendo esta forte motivação para a falha da inclusão²⁰.

Em síntese, entre as contribuições gerais da ação coletiva organizada, é possível destacar, portanto, a visibilidade ampla que proporciona para a condição da mulher, fato constatado no fenômeno da violência doméstica ter virado tema, pauta para discussão. Recordemos o exemplo citado por Gomes, no início do texto, de que feministas denunciam violência doméstica e atingem um mais de um objetivo com a mesma ação: chama atenção para a violência ser um mecanismo universal dentro do sistema patriarcal. Conforme destacado pela autora, até então nos círculos de discussão sobre violência, considerava-se que apenas moradores da periferia cometiam violência e espancavam mulheres, ou seja, a violência doméstica era produto da pobreza e da falta de *civilidade* dos sujeitos. A partir de então, essa desconstrução de estereótipos contra negros e pobres que veio a partir da desarticulação da concepção de violência, abrirá o tema para ser debatido em outras áreas, hoje em dia encontra-se abarcado ao tema da *colonialidade*²¹.

Disse neste trabalho, que o *Feminismo de Estado*²², ou da política de gênero, fundamenta sua autoridade a partir das conquistas históricas graçadas pelo feminismo no Brasil, entre esses marcos estão a criação do SOS Mulher (1982) – ONG de luta contra a violência doméstica; A mobilização a favor do programa democrático que deu forma para Constituição Federal de 1988, A criação das DEAMS a partir de 1985 em São Paulo. E, a política de gênero incorporada ao Estado – que culminou na instauração da SPM, em 2003.

Em contradição às conquistas, aponto, entretanto, que o fomento do tema a cerca do preconceito arraigado do evolucionismo social, não consegue combatê-lo nas ações técnicas

²⁰ OLIVEIRA, G.M de.: Mulheres Plurais, Identidades Diversas. Disponível em: GM de Oliveira - seminarioamericaplatina.com

²¹ Essa discussão também está sugerida por Spivak, a qual contemplaremos no capítulo a seguir.

²² A expressão Feminismo de Estado não é uma expressão especialmente nova. É uma expressão que vem se desenhando na ação coletiva do movimento feminista e é apontada nos trabalhos que pesquisam o tema, sua maior incidência, fica a cargo dos trabalhos desenvolvidos por autoras latino-americanas. Porém, uma indicação que se refere diretamente a essa expressão, tal como a utilizamos nesta pesquisa, está localizada na tese de Patrícia Rangel (2012).

que empreendem porque essas ações táticas, por estar incorporada no ambiente político pertinentemente impermeável à camada popular, são desviadas de seu foco quando deixam de abordar as relações econômicas capitalistas, para centralizar os problemas na cultura, pregando que a mudança de atitude é uma saída viável para resolver o problema.

Assim, a colaboração que coloca esclarecendo que a violência também se manifesta nas classes médias, que por um lado dá credibilidade ao discurso feminista na esfera política oficial onde a mulher é excluída, por outro, quando, a partir de então as mulheres se mobilizam saindo às ruas pela condenação do culpado, fazem da figura da mulher da classe média, a figura do feminismo, então, argumenta-se neste sentido: está o feminismo na elite?

Safiotti (1976) apresenta essa característica específica do movimento pelo nome de *feminismo burguês*. Diz que as francesas da revolução burguesa são o tônus até hoje que se apresenta na linha oficial do feminismo, segundo a socióloga, esse argumento dá credibilidade à mulher metafísica, mas não à mulher real. No seu artigo, “Marcadas a Ferro” interpretou que o positivismo da Sociologia da compreensão move-se por categorias ideais de definição das coisas que em realidade têm fatos, têm história e sentem a condição de exclusão de modo significativamente diverso em função do lugar que ocupa na sociedade. Esta Sociologia que não coloca em xeque as categorias do pensamento que constroem as percepções aos fatos é a porta-voz proeminente do relativismo absoluto da condição da mulher na sociedade de classes.

Em outra obra que a autora posiciona qual o entendimento dá para o binômio “Gênero e Patriarcado”. Argumenta que o relativismo absoluto obscurece o gênero como categoria histórica de luta das mulheres, e não apenas como categoria útil ao conhecimento kantiano de formar tipos ideais, esse obstáculo colocado ao gênero, é o que impede por que avance a luta integral da mulher contra a violência do racismo, sexismo e da divisão da sociedade entre classes sociais. Pois, os tipos ideais de mulher,

não se prestam ao exame de outras realidades, distintas daquelas que lhes deram origem. Efetivamente, o tipo ideal é construído de maneira a atá-lo à especificidade do contexto social no qual teve sua gênese. Trata-se de conceitos genéticos (SAFIOTTI, 2005, p. 37).

É por isso, que o feminismo genérico incentiva as mulheres para que tomem coragem para fazer denúncias contra seus parceiros, mas não estabelece uma plataforma que suporte o apoio da sua tomada de decisão. Pois, logicamente, o mundo é machista e capitalista, e a mulher não tem lugar coerente no mercado de trabalho para sustentar sozinha a si mesma e a

sua família. Já que fica com a responsabilidade total com os filhos e a saída que o sistema social capitalista lhe oferece são as jornadas de trabalho sobrepostas: trabalho da casa, trabalho da empresa – mulheres chefes de família: aquelas que arcam com o sustento precário do lar, sem entretanto ser considerada sob mesmo status de autoridade que tem o homem para esse mesmo termo, chefe.

Alerta Safiotti que o problema de desarticular o gênero e relativizá-lo ao extremo estará incorrendo sobre equívocos.

Pois,

quem enxerga Weber no conceito de patriarcado, na verdade, incorre, no mínimo, em dois erros: 1. não conhece suficientemente este autor; 2. imputa a estas intelectuais/militantes a ignorância total de que este regime de relações homem-mulher tenha tido uma gênese histórica. A fim de se adentrar este difícil terreno, é preciso que se parta, explicitamente, de um conceito de patriarcado e de um conceito de gênero (SAFIOTTI, 2005, p. 41).

Com a exposição acima quero demonstrar o nó que surge desde quando uma das articulações do patriarcado não é ativada. Tendo com isso a percepção que a cada avanço para resolver um fato, sugerirá automaticamente um novo problema. Por exemplo: quando o feminismo, de porte da autoridade de discutir a violência desestabiliza um código de leis para condenar um culpado por violência doméstica, que até então estava protegido pelo parágrafo da *defesa da sua honra*. Mas depois, universaliza a ideia de mulher e retira para si a autoridade do gênero, aplicando contra as outras mulheres que estão nas classes subalternas, quando não as consideram nas suas metas políticas.

Por exemplo, quando mulheres da via campesina ocupam unidades da Monsanto para protestar contra as pesquisas de rendimento da produção do eucalipto. O episódio não tem repercussão dentro feminismo.

Para tanto, Safiotti argumenta:

O patriarcado, em presença de – na verdade, enovelado com – classes sociais e racismo, apresenta não apenas uma hierarquia entre as categorias de sexo; traz em seu bojo uma contradição de interesses. Isto é, a preservação do *status quo* consulta os interesses dos homens, ao passo que transformações no sentido da igualdade social entre homens e mulheres respondem às aspirações femininas. Não há, pois, possibilidade de se considerarem os interesses das duas categorias como apenas conflitantes. São, com efeito, contraditórios. Não basta ampliar o campo de atuação das mulheres. Em outras palavras, não basta que uma parte das mulheres ocupe posições econômicas,

políticas, religiosas etc. tradicionalmente reservadas aos homens. Como já se afirmou, qualquer que seja a profundidade da dominação-exploração das mulheres pelos homens, a natureza do patriarcado continua a mesma (SAFIOTTI, 2005, p. 42-43).

As dicotomias derivadas do emprego do gênero e patriarcado em conceitos equívocos, conforme apontado por Safiotti, irão se apresentar nas divergências entre os movimentos de mulheres, e feministas, atuando pela perspectiva do receio em dividir a luta – argumento que vale para as duas vertentes aqui apresentadas do feminismo, e se apresenta sob dois pontos de vista 1: mulheres da elite social que negligenciam as mulheres das classes subalternas; e 2 a recusa por parte dos movimentos de esquerda em ampliarem-se pelas nuances de gênero, raça, etnia.

Por conseguinte, para ilustrarmos como isso acontece na prática, ou melhor, na vida cotidiana das mulheres chamamos a atenção para o fato de que a mulher subalterna é vítima de sobreposição de violências, estando a mercê da violência institucional, privada e de classe. Episódio ilustrativo deste fato é que o Estado ratifica a negligência de responsabilidades com seus descendentes por parte dos homens, não os obrigando ao encargo das certidões de nascimento, existindo no Brasil um número muito grande de ausência de paternidade entre os documentos de identificação. Fato que confirma o patriarcado e coloca a mulher frente à responsabilidade única da pobreza da família, sem o marido.

Percorrendo mais pelo terreno das dicotomias, pontuamos que, no Brasil, os dois feminismos que se apresentam em vertentes opostas, se aproximam quando o caso se coloca em termos da difícil relação que pretendem ter com o Estado. Neste sentido, percebemos que tanto o feminismo de vertente liberal, quanto o feminismo de vertente de classe, tem propostas diferentes, sob a mesma estratégia. Pois ambos buscam encontrar a autonomia da mulher – nesse caso o objeto muda, já que uma é a mulher proletária e outra a mulher da elite – atuando no mecanismo da máquina estatal.

Entrementes, já que acreditam estar defendendo coisas diferentes crêem que o mundo é que é ambíguo. Neste caso, a vertente liberal acusará a vertente de classe limitarem as desigualdades sociais em função das econômicas. Tendo em vista que, a vertente de classe quer vencer desigualdades econômicas para, com isso, resolver as sociais. Enquanto isso, a vertente de classe denuncia a vertente liberal de querer resolver as questões sociais para viver no espaço econômico do capital em melhor equidade. Mas, ora, se os dois argumentos estão

no Estado, seja pela defesa da classe, seja pela defesa do gênero. O saldo entre os dois, nesse ponto, será nulo.

De acordo com a bibliografia articulada na construção do trabalho, concluímos que, assim como demonstra Chambouleyron Cyfer, essa dicotomia tornará inconciliáveis as propostas de autonomia da mulher, pois equidade não é igualdade, sendo que esta não será possível sob aportes do liberalismo. Consequentemente, as mulheres subalternas são *imoladas* pelo feminismo *tradicional* hegemônico, tal como sugerido por Spivak, pois aplica a leitura de submissão aos homens, ou adesão ao patriarcado, quando procuram organizarem-se em clubes de mães, já que estes foram esquecidos pelo feminismo como agrupamento de formação de base popular – acusados pelas feministas de reforçar caráter naturalizante da mulher, conforme está apontado em Viezzer.

Finalmente Safiotti oferece a leitura de que, para entender a mulher na sociedade de classes, é importante que consideremos o mito de que mercado de trabalho liberta, pois, em realidade as saídas para aliviar a exclusão doméstica, sugeridas pela sociedade capitalista, são acessíveis apenas à elite. Ou seja, os recursos oferecidos para autonomia são fetichizados. São pontuais em questão a maneira eficiente que empregam para colocar o problema, mas a transformação molecular que oferece, está presa à chave do individualismo. Em suma, o Patriarcado põe limite à ação feminista.

As conquistas advindas da igualdade formal defendida pela vertente liberal se articulam em função de ações afirmativas, ou seja, de reserva de vagas nos partidos políticos.

MISTIFICAÇÃO REALIDADE – A CONFERÊNCIA DA MULHER

Percebemos que as conferências são mistificadas, quando observamos que estão fundamentas do avanço da participação popular, quando, em realidade, esta participação não absorve demandas populares; os temas são gerais e universalizados.

O trabalho de campo detectou essas lacunas que estão confirmadas em Magrini (2012), quando apresenta um balanço da II conferência de políticas públicas para as mulheres e discute as dificuldades que encontram em colocar em funcionalidade a mudança cultural que programam em vencer o machismo, luta infatigável do feminismo responsável por entraves no desenvolvimento pleno da mulher.

Todavia, ressaltamos que durante o tempo que se desenvolveu a participação no campo, detectou-se que a mulher na posição política de gênero não consegue manter o compromisso com a “causa da mulher”, já que, o que se expressa por meio desta posição é a divisão tradicional de classes no planejamento estratégico e no efeito da execução da política

empreendida pelo fomento à política de ocupação dos espaços de poder, entretanto, sem considerar o sentido que isso pode implicar para questões que transcendem o imaginário simbólico do empoderamento político.

Ocorre também, de acordo com o levantamento etnográfico, que a segregação à mulher subalterna é acontece em forma de exclusão e invisibilidade de projetos populares que esses organismos obtêm, e quanto obtêm não os executa com eficiência.

A posição dominante no feminismo desconsidera o mundo extra-urbano e acadêmico. A prova disso é que a mulher subalterna não participa do pacto político, estão excluídas das políticas de gênero, as mulheres rurais e camponesas, as mulheres indígenas, as mulheres negras e das periferias.

O planejamento das metas para a periferia não se expressa no feminismo de Estado. Pois é considerada uma meta que se aproxima da vertente socialista e no Estado só se poderá tratar da política majoritária da política de gênero.

A posição dominante ao sustentar-se nos avanços da política de gênero, impede que seja enxergado o refluxo da experiência como movimento social institucionalizado. Deixam de considerar, que operadores do governo perdem potencial crítico, de ponderação e optam pela ausência de balanço sobre os limites da Política Pública. Pois, se no protótipo de sua atuação se firmaram na criação casos que tiveram êxito em outros contextos da parceria da sociedade civil, culminando no conselho da mulher de 1982, que deu origem para as primeiras delegacias da mulher em São Paulo. A atuação nos conselhos hoje não tem mais a mesma funcionalidade.

POLÍTICA FEMINISTA NO MS – RETOMANDO PARA FINALIZAR

Segundo consta, o balanço do movimento feminista no MS, os movimentos de mulheres e feministas estão presentes na disputa pelo campo de força política da Sociedade Civil desde 1979 (PEDROSO & CURADO; GOMES; AUAD & CURADO; NICODEMOS & CURADO, 2008).

Em âmbito estatal, a primeira composição Coordenadoria Especial de Política para as Mulheres ocorreu em 1999²³, e teve a primeira coordenadora do Partido dos Trabalhadores, representante da comunidade eclesial de base, vinculada ao movimento Marcha Mundial de Mulheres. E como assessora técnica uma professora da Universidade Católica Dom Bosco

²³ A CEPPM foi criada neste ano de durante administração do Partido dos Trabalhadores no governo do estado que foi de 1999 até 2007.

que havia sido membro do Serviço de Informação Mulher e diretora da ONG Inter-Ativa Projetos e Intervenção, e também coordenadora do Curso de Especialização em Gênero e Políticas Públicas no ano de 2007.

A composição seguinte foi dirigida pela liderança do PMDB Mulher e ex-assessora do Tribunal de Justiça do estado, que permaneceu na composição do quadro depois da CEPPM ter sido transformada em SMPC no ano de 2011²⁴, na gestão de André puccinelli. Foi subsidiada pela assessora técnica formada em Ciências Sociais, que contava com o apoio da professora universitária, representante da Articulação de Mulheres Brasileiras e também coordenadora do Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (NEG/UFMS), dos quais a assessora também fazia parte.

As duas composições têm característica similar, pois têm relações muito próximas com a universidade e na trajetória de militância dentre a *luta pela cidadania das mulheres* da CF88. Com destaque para a coordenadora da gestão PMDB que não obtém identificação com a causa feminista nem de gênero, mas ocupa o lugar por ser a liderança da ala feminina do partido que representa da elite do agronegócio no estado.

Já em relação às demais integrantes, de ambas as composições, podemos alegar que têm base na militância entre segmentos feministas, pois faziam parte de ONGs de defesa da causa das mulheres, Movimento Estudantil e Operário, Núcleos de Formação de Gênero e Coletivos Populares de Mulheres da Sociedade Civil.

Quanto a disputar o campo de força na sociedade civil temos a dizer que, a luta pela cidadania passou a ser um plano que tem início com a Constituição Federal de 1988 (a constituição cidadã), onde diferentes “atores coletivos” fizeram parte do momento de construção e elaboração do seu projeto. A partir de então diversos movimentos políticos concorrem pelo *protagonismo* do projeto de nação nova, em *constituição*.

A participação do MS nesse plano assegura a atuação desses “atores”, quando “feministas do Partido dos Trabalhadores propuseram, em 1999, uma estrutura de poder deliberativo e executivo” pensando em “abrir diálogo com movimentos de mulheres, na elaboração do Programa Estadual de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher”, que no estado computava números altíssimos (NICODEMOS & CURADO, 2008, p. 201).

Mulheres do Movimento Popular de Mulheres – MPM/MS foram ativistas nos processos

²⁴ A coordenação do PMDB foi do período de 2008 até 2014 e passou ser preenchido pelo PSDB com as eleições de 2015.

sociais do final Século XX, produzindo cartilhas, boletins e relatórios entre 1984 e 1999 que colaboraram para o projeto da constituição cidadã, na qual apostam até hoje.

Essas mulheres, que assumiram postura crítica quanto situação socioeconômica no estado de MS²⁵ “deixaram seus papéis tradicionais de donas-de-casa e foram ocupar o espaço público”, fazendo reivindicações de luz, creche, delegacias e alfabetização²⁶. Em síntese, o movimento teve origem na pastoral social da Igreja católica e desenvolveu-se em setores populares urbanos sob a meta de “fomentar trabalhos de crochê e tricô, pintura em tecido e estudo da bíblia em linguagem popular”. Em tempo, essas ações evoluíram para reivindicações de fornecimento de água e luz para os bairros. “Pauta das associações de moradores que deslocam-se para os movimentos de mulheres²⁷”.

Conforme as militantes dessa vertente, entre esse período duas campanhas de combate a violência foram iniciadas: Campanha: “Violência! É preciso dar um basta!” Que surgiu do 8º Encontro do MPM, em 1992; e Campanha: “Violência, tô de olho em você!” Que nasceu no encontro seguinte, em 1994²⁸.

Na composição da CEPPM foi então concebida a comissão de enfrentamento à violência contra a mulher no MS. Com participação especial da OAB, na a criação do *disk-denúncia*, proposição elaborada no encontro MPM de 1996²⁹.

A partir de então, as autoras assinalam que foram criados centro de atendimentos, casas-abrigo, delegacias especializadas, formado *quadros feministas para assessoria no espaço governamental*. Sob o entendimento que “política pública não é apenas responsabilidade do Estado, mas sim do conjunto da sociedade³⁰”.

²⁵ Sobre o período de ascensão do governo do Partido dos Trabalhadores respectivamente a “Situação socioeconômica do MS” era a seguinte: Sucessões mandatos das oligarquias agrárias. Portanto, o surgimento do partido como governo, foi imediatamente uma novidade política. As de folhas de pagamento do funcionalismo público contavam com atrasos que chegavam à até seis meses, professores eram os que experimentavam maior deteriorização em seus salários e planos de carreira; as rodovias do estado encontravam-se em precárias condições de tráfego, muitas nem contavam com asfalto. Com ascensão do partido, essa situação foi corrigida, e outro fato importante a ser citado foi que o plano assistencial dos servidores (CASSEMS) tornou-se um dos melhores planos de saúde do estado. Não nos equivocamos em dizer que foram os funcionários públicos que, expressividade elegeram “Zeca do PT” a governador. Entretanto, os anos que se seguiram revelaram que a escolha desta liderança não foi a melhor escolha para o partido. Diversas irregularidades foram a marca do governo Zeca, assim como, a aliança com o PMDB em razão da governabilidade estadual colocou o partido em maus lençóis no ambiente eleitoral.

²⁶ Idem, *ibidem*, p. 196.

²⁷ Idem, p. 197.

²⁸ Idem, p. 198-199.

²⁹ Idem, *ibidem*.

³⁰ Idem, p. 200.

Pois, assim como no quadro geral do país, a leitura do conjunto das relações de gênero a situação era da necessidade de,

responder às reivindicações dos diferentes segmentos da sociedade, desenvolvendo ações que podiam ser traduzidas em transformações profundas na estrutura e práticas sociais que vinham legitimando as relações de poder entre homens e mulheres, causando desigualdade de oportunidades e de direitos (NICODEMOS & CURADO, 2008, p.201)

Finalmente, segundo a *Saga Feminista*³¹, os movimentos feministas que atuaram no MS contribuíram decisivamente com a implantação de políticas públicas que “transformaram a vida de milhares de pessoas em todo o país”.

A atuação da segunda composição da CEPPM pode ser acompanhada no primeiro capítulo deste trabalho.

³¹ PEDROSO & CURADO, 2008, p. 211.

CAPÍTULO 2 – AS CONTROVÉRSIAS DA POLÍTICA DE GÊNERO E AS CONFERÊNCIAS

“Para uma elite social, os elementos dos grupos subalternos têm sempre algo bárbaro ou patológico” (Gramsci, 2002, p. 131).

O objetivo formal das conferências de políticas públicas são as consultas populares. Da perspectiva técnica do processo, o Estado consulta a sociedade a respeito de quais são as demandas sociais em destaque. A partir desse processo, os organismos estatais ficam responsáveis por construir um conjunto de indicadores, que vai orientar sobre as particularidades da população a ser atendida pelos serviços do Estado. Que pode ser em relação às políticas identitárias como a de gênero, geração, etnia. Ou políticas setoriais, como saúde, educação, trabalho, etc.

Essas informações viram indicadores de diagnóstico e segundo as regras formais, podem ser acionados tanto pela população quanto por tratados internacionais (ONU), por via dos tribunais de justiça.

A Secretaria de Políticas para Mulheres, ou SPM, é consequência de um desses acordos entre sociedade e organismos estatais. Foram implementados nos Estados-Nacionais a partir da Conferência de Beijing (1995) e nasce da exigência internacional de monitoramento da igualdade de gênero, atendendo a demanda criada por parte dos movimentos sociais por direitos das mulheres. A SPM é o organismo responsável, no Brasil, por gerir os processos de conferências de políticas para as mulheres.

De acordo com a crença do organismo, os processos de políticas públicas pode ser exemplo de processos que têm por objetivo alterar uma estrutura do Estado, com o objetivo de incidir sobre a realidade e modificar a sua forma de atuação (Fonte: Observatório de Gênero).

Por característica, as políticas públicas são essencialmente normativas. As estratégias de mudança e interferência na realidade se dão por meio de indicadores estatísticos que os setores chamam de indicadores sociais. Segundo o órgão responsável pelo monitoramento das políticas de gênero de nível internacional (Observatório de Gênero), os indicadores sociais

permitem a operacionalização de um conceito abstrato ou de uma demanda de interesse programático, por exemplo: erradicar a violência contra a mulher no Brasil (SARI, 2014).

No Brasil, a fase que se refere como redemocratização, trouxe a criação de instrumentos de planejamento (como os Planos Plurianuais) transportados do âmbito internacional, pelas assembléias normativas da Organização das Nações Unidas que trabalham conduzindo o debate sob a incidência da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Consequencialmente, os indicadores de gênero trabalhados pelos organismos de governo e oficialmente sancionados pela ONU são: a divisão sexual do trabalho, as relações de gênero no espaço público e no espaço privado e as medidas de erradicação da violência contra as mulheres (Fonte: Observatório de Gênero).

Convém lembrar que essas agendas são criadas em convenções internacionais das quais se transportam para o ambiente local sob forma de monitoramento do agente estatal – é nesse preâmbulo que se encaixa a participação dos movimentos sociais nas instâncias políticas, dois exemplos importantes que se destacam dessa participação são: as conferências de políticas públicas e conselhos de direitos da mulher.

No Brasil, a entidade responsável pelo monitoramento do acordo internacional da equidade de gênero é representado pelo Conselho Nacional de Direitos das Mulheres (CNDM), por sua vez esse ente representa a sociedade civil no monitoramento das ações do governo. De acordo com o Observatório de Gênero instalado no país, os direitos das mulheres mantêm-se por aqui, “a partir de uma confluência de acordos internacionais e da atuação dos movimentos de mulheres e feminista”, que fixou sua carta magna na conferência de Beijing (1995).

As diretrizes dessa carta magna formuladas a partir da conferência de Beijing estabelecem, entre outras coisas, a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, a SPM; assim como, a expansão de serviços (as DEAMS, o “ligue 180”, os Centros de Referência em atendimento à mulher vítima de violência doméstica, assim como, as Casa Abrigo); o estabelecimento da lei Maria da Penha (após condenação da Corte Interamericana sob a pauta de gênero); e a construção de documentos que sejam firmados como Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, elegendo como diretriz principal a transversalidade de gênero,

numa tentativa de inclusão mais ampla das determinações que são criadas pela política feministas.

Em síntese, podemos dizer, tecnicamente, que a política para mulheres funciona da seguinte maneira: gera-se uma demanda legislativa e, dessa demanda, abre-se um precedente para a assinatura do chefe do executivo maior e uma pauta para apreciação é submetida às duas casas do Congresso (com eventuais reservas); após esse trâmite, é lançada uma publicação do Decreto Legislativo e, em seguida, publicação do Decreto Presidencial – que gera obrigação interna a ser executada.

AS CONFERÊNCIAS PELO INTERIOR

O ano de 2011 foi calendário para as mobilizações das Conferências de Políticas Públicas para as Mulheres, evento que é realizado sob o intervalo de quatro anos e concilia milhares de mulheres em Brasília, capital federal do país. E apesar de o sistema de conferências datarem de 70 anos atrás, a Conferência da Mulher é uma das mais novas agendas de reuniões dessa natureza, visto que se encontra na sua terceira edição.

A ideia da participação popular nas políticas do Estado é um legado da Conferência da Saúde, e foi incorporada pelo Governo Vargas em 1937 sob o artigo 90 da lei n.º 378 que instaura a “cultura da participação popular nos espaços democráticos” (Fonte: Sítio oficial do Conselho de Saúde).

No ano a que se refere esta pesquisa os eventos iniciaram ao mês de Julho, e seguiram até a reunião nacional em Brasília, que ocorreu de 12 a 15 de Dezembro de 2011.

Mato Grosso do Sul (MS), foi responsável por 51 participantes da plenária nacional. Essa delegação foi filtrada durante os processos municipais e regionais de mobilização pelas cidades do interior do estado.

Os eventos se sucederam em 21 municípios, somando um total de 24 conferências, incluindo as edições temáticas, dos quais, 14 foram acompanhados presencialmente pela autora desta pesquisa, e se tornaram matéria para a construção deste trabalho. Entre as conferências temáticas, uma delas aconteceu no Estabelecimento Penal Feminino, que reuniu 30 participantes. A outra foi iniciativa da CUT Sindical, realizada na sede da FETEMS e contou com a presença de movimentos sociais populares de mulheres, não obstante, este

evento não foi considerado pelo órgão gestor oficial da política de gênero o qual é o centro de nossa avaliação. O quadro geral das mobilizações disponibilizado em diário oficial do estado aponta que 3.291 mulheres participaram das etapas municipais e estadual das conferências da mulher no MS.

O evento “Conferência” chamou-nos atenção para a pesquisa por instaurar uma curiosa conexão entre os governos federal, estadual, e por consequência com o poder municipal. Além de apontar uma complexa relação entre Estado, sociedade civil e classes subalternas, num diálogo confuso e subliminar que envolve um enredo estimado como democrático.

A composição das conferências no estado ou município é instruída a partir de regimento interno, formulado e difundido pela Secretaria Nacional de Política para as Mulheres (SPM), que estabelece a formatação desses espaços, moderando a “autonomia” dos grupos locais em pontuar a sua marca na influência eleitoral. Talvez por isso, a conjuntura política apresenta formas de mobilização que não compreende necessariamente o acontecimento participativo o qual substancia o governo federal para o fenômeno, não obstante, a dinâmica que encontramos na análise do processo singulariza o episódio a partir do caminho que os governos locais buscam traçar para o acontecimento de poder *verter em seu favor* um fato que é de realização obrigatória. Queremos dizer que a execução das conferências não um evento desejado pelos executivos locais, esses inclusive, argumentam bastante da falta de recursos para dispor em prol desses eventos. Entretanto, como o regimento das conferências é determinante que eles aconteçam, o quadro que assistimos por parte dos executivos locais é de realizar manobras de confluência da notoriedade local para a sua personalidade política. Em suma, essa notoriedade é revertida em dois sentidos: 1) a popularidade da reunião é divulgada pela mídia e esse sucesso dá sentido popular à personalidade do executivo local que afirma nesse momento perante a opinião pública a sua proximidade com as camadas da periferia. 2) a quantidade reunida de participantes aponta para uma visibilidade do gestor local/setorial dentro do partido que este representa. Especialmente por isso, as conferências são fontes importantes às aspirações de lideranças em dar credibilidade ao seu trabalho dentro da comunidade política. Entretanto, essa é uma oportunidade compacta e pela efemeridade de seus resultados, nem sempre tem a chance de ser aproveitada. Todavia, essa característica peculiar tem faculdade de causar impactos nas relações já estremecidas entre lideranças e seus partidos. Ou então, envolvendo sociedade

civil e sociedade política, pode trazer à tona novas lideranças, tendo em vista que os conflitos deflagrados durante esse processo, contam com a visibilidade maior, destacada pela própria propaganda do processo em si, por deixar todas essas ocasiões em evidência.

As orientações da Secretaria Nacional, por vez faz jus ao formato de todo o procedimento que envolve a conferência. Há um ementário de como os eventos devem transcorrer e sobre esse item a coordenadoria ou secretaria local do tema assume liderança absoluta, pois é ela quem irá conduzir a metodologia do evento. Apesar de não serem esses organismos aliados diretos do governo federal, por esses espaços estarem ocupados por personalidades políticas que representam a aliança partidária local e, não obstante, essa aliança não ser estabelecida por parte da sociedade política, mesmo assim existe uma proximidade (forçada) com a proposta política da facção federal, pois, esta está garantida por via da sociedade civil, que neste momento, possui mais interesse e também mais importância no protagonismo da cena.

Por ventura, esse é um momento ímpar que alcança a sociedade civil em usufruir da exposição do seu poder, tendo em vista, na maior parte do percurso político fora desse episódio, a sociedade civil não aparecer com autoridade nesse espaço político.

Em geral, à maneira como está estruturado o evento, tenta manifestar o quanto o seu desenho é bastante esquemático em relação a esse último item apontado acima, pois fecha as recomendações do início ao fim, versando, sobretudo, como devem ser formatadas as delegações que irão participar das etapas seguintes de mobilização, especialmente esse ponto é também interessante por apresentar como o planejamento do poder majoritário almeja acomodar o complexo de diversidades presentes na sociedade e que servirão de panorama do sucesso da política inclusiva nacional.

Em resumo, o regimento estabelece a dinâmica de toda a organização dos eventos. Igualmente, as discussões que serão feitas na plenária é guiada por um documento base que servirá para a construção das pautas de debate. Esse documento base está ancorado no Plano Nacional de Política para as Mulheres, que a cada conferência é atualizado dentro da perspectiva esquematizada pela secretaria nacional. Nesse caso, o II PNPM, composto por 11 capítulos e 388 ações para propostas, serviu como referência para construir e debater o que seria considerada como prioridade para o período atual e futuro, até a próxima conferência.

É importante observar que, sendo o Plano um documento construído em conjunto com um complexo de movimentos sociais diversos (veremos que isso não garante o conteúdo de sua execução ao longo desse trabalho), seria então louvável que esse fluxo estivesse sendo sugerido, de maneira categórica, aos executivos locais. No entanto, o regimento nacional não tem apenas essa característica. Pois, ao mesmo tempo, também dispõe da escolha da pauta que será lançada aos próprios movimentos sociais, bem como, escolhe quais e em que proporção estará baseada a representação dos movimentos sociais que irão constituir o exponencial da participação da sociedade civil, ou seja, quais movimentos serão os escolhidos para ser ouvidos em suas demandas.

De longe, a meta pode parecer interessante, pois assume um aspecto da ascensão das demandas sociais ao nível técnico de planejamento governamental, mas, em seu aspecto nuclear vemos que trata-se de um fato contestável, pois se observarmos que a autoridade documental do temário engessa a discussão sob um *layout* definido pelo poder público (Estado e sociedade civil) e imprime uma técnica de filtragem daquilo que é elegível para ser apreciado dentro do ambiente da sociedade civil, ou ademais, o que pode ser considerado plausível de ser o escopo da política para a mulher.

Documento Base da III Conferência

Temário	
I -	análise da realidade social, econômica, política, cultural e dos desafios para a construção da igualdade de gênero;
II -	avaliação e aprimoramento das ações e políticas que integram o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e definição de prioridades para as mulheres sul-mato-grossenses
Fonte: DOEMS 7973, 20/06/2011, p. 08	

Tendo em vista que a característica primordial do Estado é seu teor formal, ou burocrático, essas “realidades” então são previstas apenas sob eventos estatísticos, ou seja, são contabilizadas a partir de um referencial estabelecido a partir de conceitos específicos e especialmente desenvolvidos para atender a realidade hodierna eleita pela administração em vigor (ou seja, que favorece a posição do governante da vez). Estes eventos estatísticos, por

sua vez, ganham personificação material a partir do que convencionaram chamar de “indicadores sociais”. Nesse caso, é mister constatar que há uma perda no teor real e social no que diz respeito à substância desses conteúdos a ser debatidos, uma vez que, como vimos, esses conceitos precisam ser convertidos, sob alegação de serem abstratos, em indicadores estatísticos, elevando a discussão a cada passo, para níveis mais abstratos ainda. Pois, sob forma de “indicadores sociais”, as dificuldades que são cotidianas das pessoas deixam de ser pensadas em suas perspectivas humanas e contextuais, para configurarem-se apenas pelo seu caráter técnico institucional de uma política, sem, entretanto, um objetivo definido de quem vai atender e como será feito esse atendimento, visto que existem para executar as políticas uma série de secretarias onde há muita confusão sobre suas responsabilidades, tendo em vista o contexto político atual fazer jus a um conceito conhecido como “transversalidade”. Nesse sentido, queremos dizer que, apesar de as funções executoras das secretarias e organismos gestores de políticas deixar óbvia sua atribuição, não fica claro quais são as competências e em que sentido os governos locais se localizam no implemento das ações propostas. Muito menos, qual perspectiva adotará a sociedade na recepção desses serviços.

Para ilustrar esse argumento, tratemos aqui do caso do Plano Nacional pelo horizonte da generalidade das metas que propõem. Como há citado, o II PNPM contém nada menos que 388 ações para a efetivação da política de gênero. Tece categóricas considerações a respeito do organograma de criação dos organismos de gênero aos executivos locais, centraliza as determinações por parte da secretaria nacional, mas perde o foco sob o grifo do conceito de transversalidade.

A transversalidade, segundo a proposta da política de gênero, trata de incutir a concepção de equidade de gênero nas outras instâncias administrativas encarregadas da gestão dos serviços públicos, tais como educação, saúde, trabalho, emprego e renda, habitação, segurança pública, entre outros. O objetivo central dessa estratégia é fazer com que os setores do governo sejam sensibilizados, porventura, compelidos, a adotar as metas de equidade traçadas pelo PNPM que estabelece, tal como mencionado acima, qual seria a iniciativa coerente de abordar a gestão pública a partir dos princípios de equidade de gênero. Por isso, a transversalidade é tratada como ponto elementar nos documentos do feminismo institucional (Fonte: Publicações técnicas da SPM).

No entanto, apesar de a transversalidade ser elaborada como elemento contundentemente pressuposto da efetivação institucional da política de gênero, o método sugere falta de objetividade e finda na pulverização da possibilidade real de execução de tais propostas, já que gera desorientação do que fazer e para quem direcionar a ação da secretaria.

Notamos que o tema da transversalidade foi o tema central do II PNPM, e que nesta nova edição de conferência, esse tema sofreu a mudança para o conceito de Autonomia. De acordo com os eixos temáticos, as autonomias perseguidas pela política especial à mulher foram divididas em quatro setores para discussão atualizada:

Eixos Temáticos	
Tema 1	Autonomia Econômica e Social: igualdade no mundo do trabalho e desafios do desenvolvimento sustentável (Eixo 1 do II PNPM: Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho com inclusão social; Eixo 6 do II PNPM: Desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar e Eixo 7 do II PNPM: Direito à terra, moradia digna e infra-estrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais).
Tema 2	Autonomia Cultural (Eixo 2 do II PNPM: Educação inclusiva, não-sexista, não-racista e não-homofóbica e Eixo 8 do II PNM: Cultura, comunicação e mídia, igualitárias, democráticas e não discriminatórias)
Tema 3	Autonomia Pessoal (Eixos 3 do II PNPM: Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos e Eixo 4 do II PNM: Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres)
Tema 4	Autonomia Política, institucionalização e financiamento de políticas públicas para as mulheres (Eixo 5 do II PNPM: Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão e Eixo 11 do II PNM: Gestão e monitoramento do Plano) (SPM, 2013, p. 7).
Fonte: ANAIS III CNPM, 2011	

Autonomia é um velho jargão da sociedade civil trazido para o cenário do ambiente político por via dos movimentos revolucionários que contestam a autoridade suprema dos Estados e a coercitividade que este organismo exerce na liberdade dos cidadãos. Entretanto, autonomia em seu radical significante tem dois sentidos diferentes. Por um lado, percebemos, como citamos acima, que o termo quer ser uma herança contestatórias do totalitarismo do Estado. Não obstante, a discussão sobre o totalitarismo do Estado abrange em cheio a

experiência que tivemos do “socialismo real” e aproveita-se da inviabilidade da proposta tentada de emancipação popular. Então, por outro lado “autonomia” faz referência também e, sobretudo, aos conceitos do liberalismo sobre a separação entre os mundos políticos e econômicos e conseqüentemente, ao controle do Estado *versus* a liberdade da sociedade civil.

Segundo Gramsci³², a separação imperiosa do liberalismo para os mundos concorrentes não é uma realidade factual, trata-se em fundamento, de uma criação específica desse tipo de sociedade (de classes/capitalista) para salvaguardar imunidade de um grupo em governar, enquanto outros consentem, obedecem ou são dominados (essa questão será melhor explorada nos capítulos sequenciais).

Já a complicação mais evidente identificada quanto à formulação do conteúdo de subsídio dos debates nas plenárias, conforme apontamos tratam-se dos indicadores sociais.

Indicadores sociais de gênero

Os indicadores sociais são os responsáveis pela tradução dos conceitos de reconhecimento formulados globalmente pela teoria feminista, partindo da noção de uma igualdade que incorpore as mulheres em suas diversidades sociais e culturais. É justamente nesse ponto que o programa político de gênero se encarna no principal antagonismo da sua atualidade, pois, tendo por base a política pública, apresenta complexidade irresoluta para conciliar os conceitos meditativos em índices estatísticos – que são igualmente abstraídos da realidade, mas, a justificativa se funda, tendo em vista a necessidade de tradução entre as epistemologias da ciência, ou seja, da necessidade de transformar coisas qualitativas (das ciências humanas), para fatos matemáticos (das ciências exatas). E não tão somente, mas, fazer tudo isso conciliar com a variedade de experiências da vida real. Divergências que são provocadas pelo estabelecimento de uma noção de igualdade, que seja ao mesmo tempo técnica e substantiva o suficiente para acomodar a diversidade cultural, econômica, racial, sexual, étnica e social das mulheres, e ainda, aplicá-las ao plano concreto/factual do cotidiano.

³² A conclusão foi tirada do compêndio de estudo das obras do autor, guiadas pelo orientador dessa pesquisa.

Consequentemente, esta é supostamente a proposta para o feminismo que está no comando dos organismos de políticas públicas especial para as mulheres.

Sob essa perspectiva a conferência de Beijing marcou um capítulo notório ao movimento de mulheres, por chancelar um feminismo praticado pelo Estado Nação (o órgão máximo do poder nas sociedades modernas) e por efeito, destacar uma relação orgânica entre esse poder soberano que assume o Estado e a sociedade civil (aquele lugar dicotômico das liberdades e das autonomias), pois, a partir do momento que os organismos gestores de políticas para as mulheres estão compostos por integrantes dos movimentos sociais de mulheres, a sociedade civil *diretamente* passa a coordenar diretamente as ações estatais, igualmente de acordo com a sociedade política (ou, os espontaneamente oriundos desse ambiente – os Partidos Políticos), por meio de planos nacionais, estaduais e municipais de políticas públicas que traz pelo objetivo da equidade de gênero, uma relevância de autoridade direta da sociedade civil sobre o poder de controle do Estado.

Em linhas gerais, os conselhos, as conferências e os organismos de políticas públicas inauguram espaços onde os interesses da sociedade civil têm condições de estar em maior proximidade da administração pública. De acordo com isso, podemos afirmar que a SPM representa, no Brasil, o feminismo de Estado.

Retomando o exame iniciado no tópico presente, sobre os indicadores, e indagados da sua noção científica, achamos convenientes pontuá-los pela natureza técnica de seus conceitos.

Os indicadores sociais são de “natureza normativa, já que derivam de processos interpretativos da realidade que não tem nada de neutro ou estritamente neutro em sua formulação” (JANUZZI, 2001, p. 21). Por isso é que clamamos que seu planejamento pode ser utilizado ideologicamente em decorrência da supressão da participação social de base, para que esta realidade não venha desmistificar o desempenho positivo das benfeitorias políticas que promove o governo.

Nesse caso, o papel da construção de um conhecimento técnico que meça os índices sociais de determinado local, assume a funcionalidade de resposta de “como anda o estado social de uma nação” (SANTAGA, 1993, p. 248) apenas em vista do que interessa a essa nação afirmar. Esta resposta, segundo consta no contexto histórico em que foi criado o

conceito de indicadores sociais, logra atender agências internacionais sobre a indagação dos níveis de qualidade de vida que conquistou uma nação na corrida espacial de desenvolvimento ocidental (SANTAGA, 1993; MILLÉO, 2005; JANUZZI, 2001). Em tese, o que esses argumentos querem com isso confirmar é o sucesso de um projeto do qual estão cômnicos os operadores das agências, para que, assim possam, apontar caminhos que nos levam perseguir as metas, que são suas metas de confirmação, ou seja, o desenvolvimento dos sistemas econômicos e políticos adotados pelo ocidente.

Para compreender como esse escopo técnico entra na organização prática das conferências, podemos apontar no relatório da III CEPM que há uma classificação das segmentações as quais necessita esse argumento desenvolvimentista para fazer deslanchar a política participativa:

Segmentos Sociais	
1	Movimento feminista
2	Acadêmicas e pesquisadoras da área de relações de gênero das universidades
3	Comitês de mulheres de partidos políticos
4	Movimento de mulheres negras
5	Movimento de mulheres indígenas
6	Movimento de mulheres rurais
7	Comitês de mulheres de sindicatos e associações de classe
8	Movimento de mulheres lésbicas
9	Movimento populares de mulheres (associações comunitárias e moradoras, clube de mães)
10	Conselhos dos direitos da mulher
11	Reeducandas do sistema semiaberto
12	Demais categorias
Fonte: DOEMS 7.980	

Cada qual dessas legendas corresponde um setor da “sociedade civil organizada”, que por sua vez, dizem respeito aos organismos da sociedade (civil e política), fracionadas em interesses variados e que precisam constar nas entrelinhas da ideologia progressista do mundo ocidental. Sendo assim, segundo a descrição dos segmentos sociais que podem compor a delegação de mulheres até a etapa nacional, as candidaturas precisam alinhar-se entre esses organismos pré-definidos de figuração da inclusão. Dessa forma, seremos dissuadidos de que esse sistema político é genuinamente inclusivo e assim fechamos a trilha da ideologia dominante que teme que sua faceta seja questionada.

O CAMPO DE PESQUISA

O acompanhamento nas conferências se deu por conta de uma assessoria técnica prestada à Coordenadoria Estadual da Mulher – MS, que tinha como projeto principal o de realizar levantamentos para subsidiar a construção do plano estadual de políticas públicas para as mulheres no Mato Grosso do Sul, que ainda não existia até o momento. Para essa finalidade, a recomendação inicial foi de traçar um perfil das participantes das etapas municipais. Mas, a natureza do trabalho ficou por conta da atuação junto à equipe do organismo, que carece de ampliação no quadro de profissionais para atender as inúmeras atividades de gabinete que toma conta do cotidiano do órgão.

Portanto, tomando por base o contexto, nasce a ambição de avaliar as dimensões gerais do princípio da participação da mulher no espaço das conferências, pois, em pouco tempo do desempenho da função já havíamos apurado que de fora desses bastidores as ações coletivas dos movimentos sociais de mulheres era tido com bastante entusiasmo pelo saldo positivo e inclusivo que incrementava a vida política. Tomados por isso, gerou-nos o anseio de experimentar essa conjectura durante as passagens pelo interior de Mato Grosso do Sul, período da realização das conferências de políticas públicas para as mulheres, para averiguar qual era a conjuntura que nos recebia.

Os dados aqui apresentados, portanto, é fruto de um levantamento, coletado nas etapas convergentes à III Conferência Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres onde foram aplicados questionários de modelo *survey* na busca por referências do “perfil da participação das mulheres” que estavam construindo a conferência estadual, e conseqüentemente, nacional da política de gênero. O levantamento dos dados deu origem a um documento, apresentado à

coordenadoria estadual, no final do projeto, ao mesmo tempo em que está sendo o subsídio para essa nossa análise.

Em síntese, o trabalho de acompanhamento *participante* dessa construção elegemos aqui para apresentar, o seguinte recorte: De um total de vinte e quatro cidades que sediaram os eventos municipais e/ou regionais, foram separadas quatro localidades, que serão evidenciadas, sob a consideração de que existem “fronteiras” sociais, culturais e econômicas, que separam esses municípios das cidades de maior expressividade no cenário estadual e por isso simbolizam mais intensamente o que esboçamos como camadas e grupos subalternos³³.

Desse modo, para essa apresentação, procuramos destacar como perfil, municípios de até 50 mil habitantes, de maior ou grande parte deles que apresentasse expressiva população indígena e assentados rurais. E de acordo com esse escopo definido, nesse caso, foram escolhidas um total de quatro cidades, compreendendo três, das nove sub-regiões de planejamento para políticas de desenvolvimento³⁴ no estado, a saber: 1) Região do Pantanal, sendo a cidade incluída, Aquidauana; 2) Região da Grande Dourados, tendo a cidade contemplada, Itaporã; 3) Região de Campo Grande, municípios envolvidos, Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia.

Alegamos, desde pronto, que as motivações que nos tomaram por considerar essas localidades relevantes para o recorte dessa pesquisa, encontram-se, sobretudo, nas aspirações sociológicas suscitadas pela composição dos locais, por exemplo: a população indígena (em grande medida da etnia Terena) da cidade de Aquidauana faz da cidade município de maior população indígena do estado, dentre as que realizaram conferência da mulher. Já Dois irmãos do Buriti, além da forte concentração indígena, foi escolhida por que agrega a maior parte de sua população na situação rural de residência. A densa concentração de assentamentos de reforma agrária foi o caso de escolha pela cidade de Sidrolândia. E a expressiva população Guarani do complexo de aldeias Jaguapirú, localizada na fronteira entre os municípios de

³³ Exploraremos melhor o conceito no terceiro capítulo desse trabalho, a partir das reflexões de Antonio Gramsci, autor pelo qual subsidiamos nossos referenciais teóricos e que justificam o recorte escolhido para ser trabalhado nessa pesquisa.

³⁴ Conforme consta no caderno Geoambiental definido pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia – SEMAC.

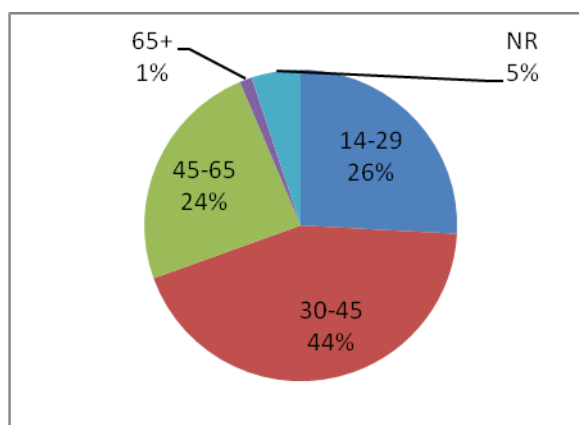
Itaporã e Dourados, determinou a seleção pela contagem de participantes da cidade de Itaporã³⁵.

O recorte sugerido procura seguir a orientação majoritária do nosso trabalho que é ter em consideração a relação entre Estado e sociedade civil e desta para com as classes subalternas, como já adiantamos que será explorado pelo escopo geral da nossa pesquisa.

Por ocasião de apresentar os dados do perfil dessas mulheres que estiveram na construção da participação popular de gênero, seguem os gráficos elaborados a partir da nossa amostra:

Média de idade das participantes das conferências

Gráfico 1: Participantes conforme idade



As mulheres consideradas adultas (de 30 a 45 anos), em contraposição às mulheres jovens (de 15 a 29 anos) correspondem à grande maioria da amostra das participantes, com 39% do total, seguido pelas mulheres acima de 45 anos.

³⁵Os dados se referem ao censo de 2010 e foram consultados no site do IBGE.

Situação de residência

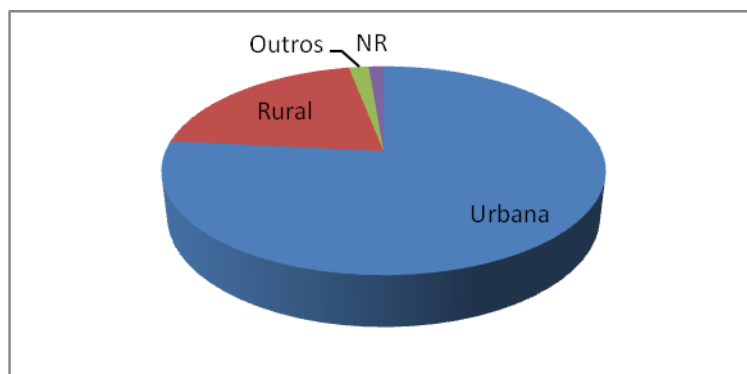


Gráfico 2: Situação de residência das participantes

A população feminina urbana da amostra apresentou sobressalto à população de mulheres da área rural. Na categoria <<outros>> algumas mulheres atribuíram informações como <<aldeias urbanas>> que não foram previstas originalmente no formulário. Isso aconteceu em Aquidauana e Dois Irmãos do Buriti.

As mulheres quanto a sua orientação sexual

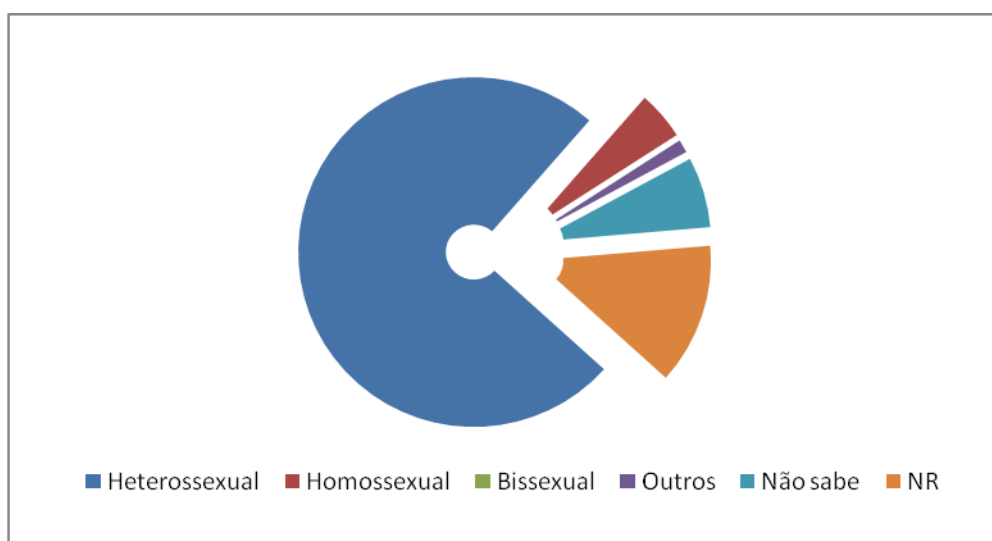
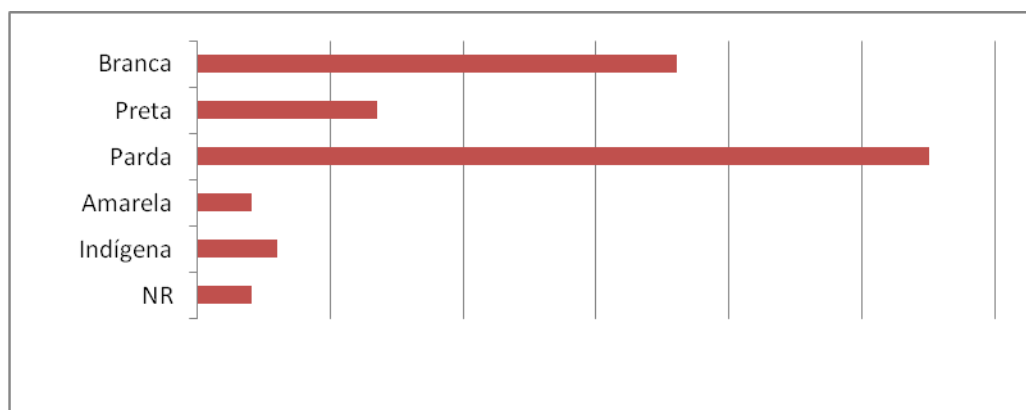


Gráfico 3: Orientação sexual

As mulheres, em geral, responderam ao questionário, indicando a heterossexualidade como padrão determinante de seus comportamentos sexuais.

Perfil racial

Gráfico 4: Participantes segundo auto-identificação da cor/raça/etnia.



Alguns questionários foram devolvidos rasurados no campo em que se referia à cor “preta”, substituída pelo termo “negra”.

Os números registraram a participação das mulheres brancas e pardas em relação à população negra e indígena.

Perfil religioso das participantes

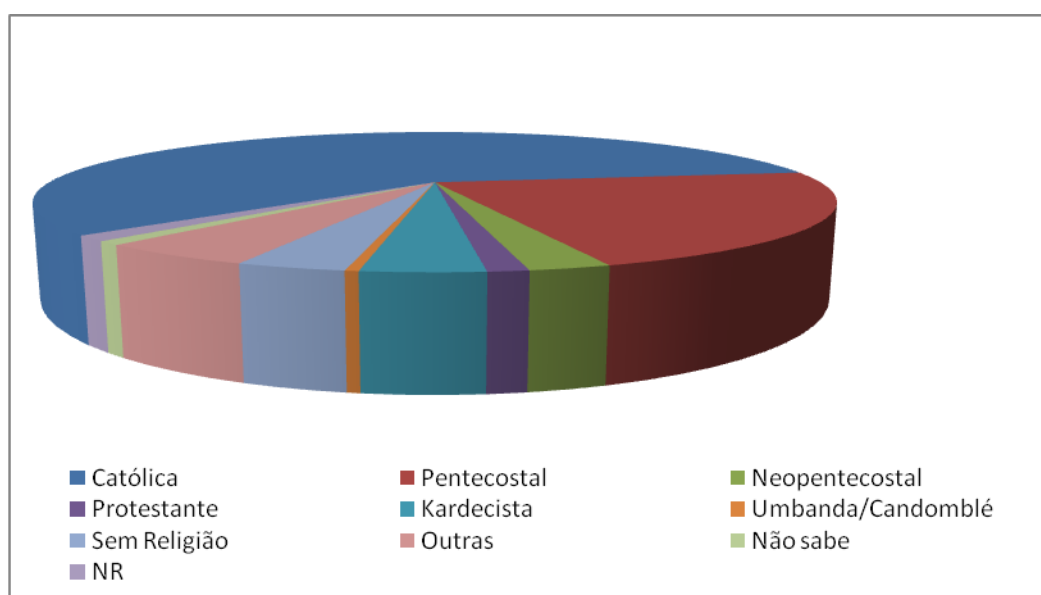


Gráfico 5: Religião das entrevistadas

As religiões mais assinaladas pelas entrevistadas foram: “Católica” e “Evangélica Pentecostal” e apesar de, em algumas regiões a diferença entre católicas e pentecostais ficarem próximas, como é o caso de Sidrolândia e Aquidauana, a religião católica ainda prevalece dentro a religiosidade das entrevistadas.

As mulheres segundo atividade econômica

Grande parcela das participantes exerce atividade remunerada e a renda da família classifica-se entre 1 e 2 salários mínimos, mas as dependentes dos benefícios sociais, formam também parte considerável da população que participa das conferências da mulher. Pudemos ter acesso a essa informação examinando as fichas de inscrição que algumas cidades prepararam para o controle de suas participantes.

Fonte de renda das participantes:

Gráfico 6: Fonte de renda

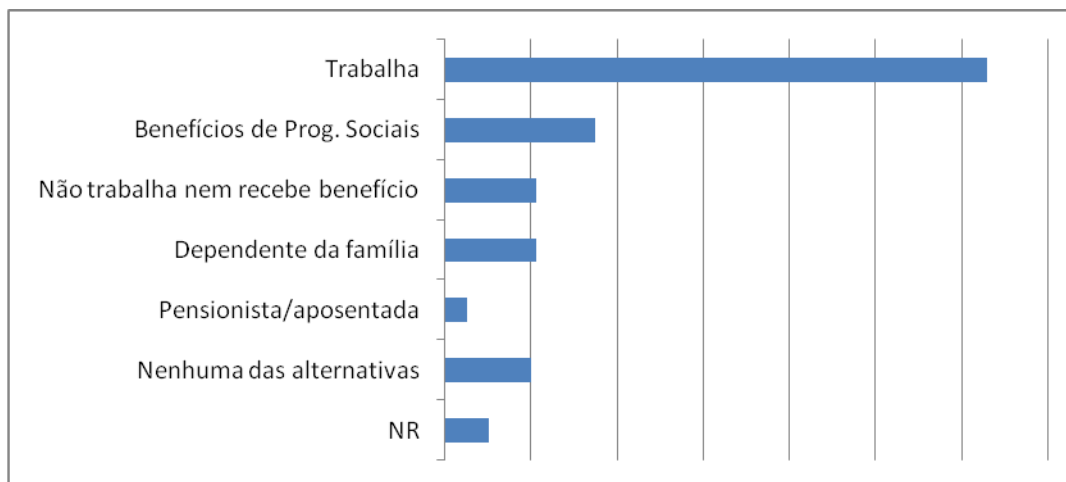
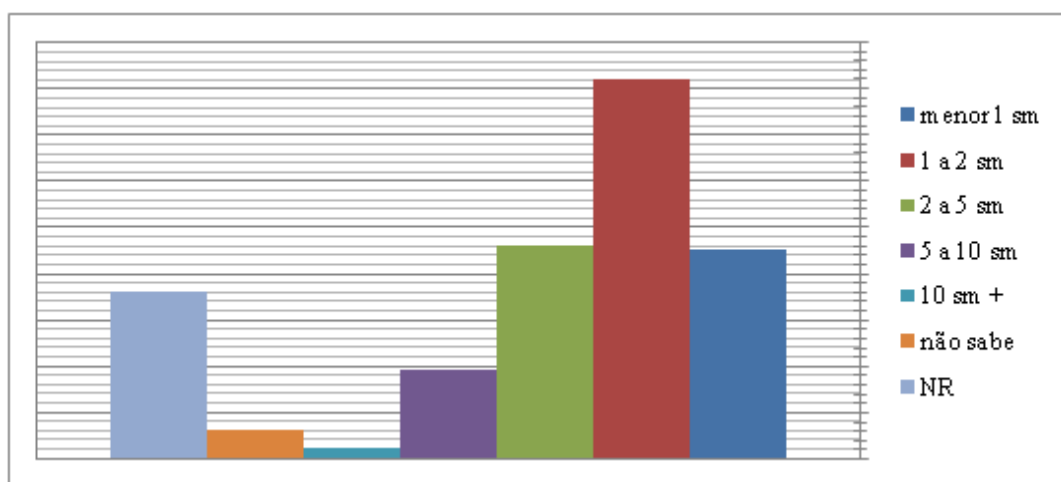


Gráfico 7: Média salarial



As tabelas ajudam a observar que há demarcações que confrontam a perspectiva da participação de gênero quando contrastadas com a situação de classe, raça e principalmente etnia (as categorias consideradas subalternas na estrutura social).

Os municípios escolhidos fazem parte de um eixo de concentração étnica, no entanto, a presença de mulheres indígenas não foi observada em graus significativos. Essa percepção ficou nítida também na visualização presencial das plenárias.

Do mesmo modo, o múltiplo contingente das assentadas residentes nesta região, principalmente em Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, não significou o envolvimento expoente nas instâncias de discussão de políticas que possam atender seus respectivos objetivos de gênero. Pelo contrário, os formulários indicam maior presença do conjunto urbano feminino. O que foi um contraponto à participação dos sujeitos subalternos (rurais, raciais e étnicos), na interlocução dos assuntos de gênero. Uma hipótese levantada para esse fato e que foi observada qualitativamente durante a mobilização dos eventos foi a falta de envolvimento das coordenadoras com as realidades locais da população atendida. Outro dado importante também levantando pelo conjunto desse trabalho é que as conferências são setorizadas e as discussões de gênero, universais, nesse caso, não é uma preocupação específica abranger as condições de subalternidade, apesar da propaganda do governo apontar em contrário, o política de gênero assume um escopo em geral elitista. Ou seja, as classes e grupos que não são majoritárias no imaginário social, são também invisíveis aos operadores da teoria política.

2.1 FILTRO DA PARTICIPAÇÃO

O modelo adotado para a seleção das delegadas é o modelo elementar da democracia representativa: candidatura, articulação política entre as mais conhecidas e eleição da representante que irá “defender os interesses do seu grupo nas reuniões subsequentes” (Fonte: observação participante). Por conseguinte, a escolha das delegadas segue a orientação de um conjunto de legendas as quais as mulheres precisam identificar sua candidatura, ensaiando o pleito tradicional eleitoral dos partidos políticos.

O regimento estabelece ainda que a composição da delegação deve observar as dimensões de maioria da sociedade civil, em contrapartida com aquelas que se encontram vinculadas ao Estado por via de contrato de trabalho fixo ou temporário. Nesse caso a delegação de titulares eleitas para representar as mulheres sul-matogrossenses, que foi a Brasília, contou com 30 mulheres (ou 60%) que correspondiam à identidade política considerada “sociedade civil”. Sendo a outra parcela preenchida por integrantes do governo, funcionárias de “secretarias parceiras da política para as mulheres” e também das gestoras de políticas públicas que atuam nos municípios. Correspondendo a 21 (ou 40%) delegadas “governamentais”.

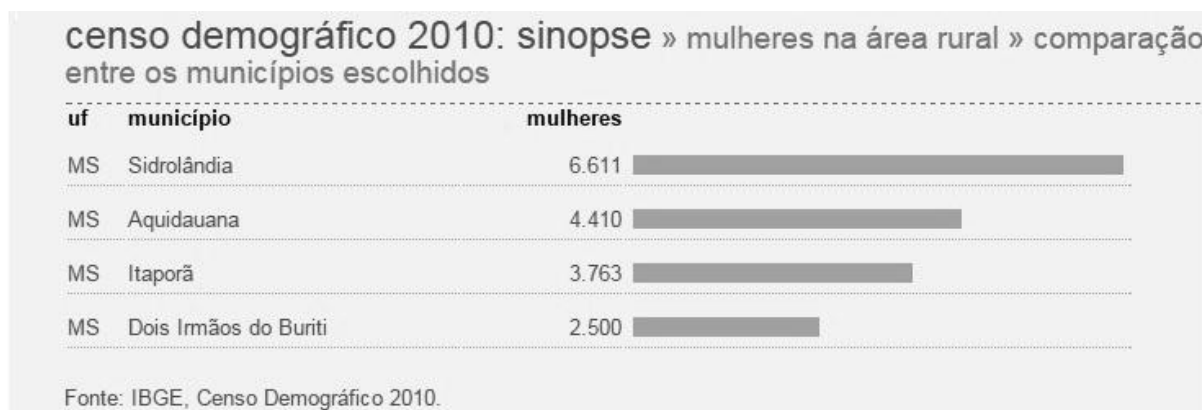
Não obstante, na construção do perfil das participantes da construção do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres que foi extraído durante as reuniões pelo interior demonstra que, por exemplo, nas regiões de maior incidência dos assentamentos rurais e população indígena, a expressividade desse universo de mulheres na participação das reuniões não foi de relevância significativa, e portanto, as escolhidas para representar o segmento rural é fruto da artimanha de criar a sensação inclusiva.

Outro exemplo eloquente: em Dois Irmãos do Buriti, um município de concentração de comunidades étnicas Terena/Atikun, havia presente apenas quatro mulheres indígenas, de um universo de 50 mulheres que compunha a plenária. E Sidrolândia, município de grande número de assentamentos, apenas três, entre 60 das participantes que responderam a pesquisa residiam no espaço rural.

De acordo com o último censo demográfico, apresentamos as imagens abaixo para ilustrar a situação de residência das mulheres nas cidades escolhidas:

População de mulheres residentes na área rural nas cidades escolhidas para análise

Gráfico 8: População feminina na área rural



População de mulheres residentes na área urbana nas cidades escolhidas para análise

Gráfico 9: população feminina na área urbana

censo demográfico 2010: sinopse » mulheres na área urbana » comparação entre os municípios escolhidos

uf	município	mulheres
MS	Aquidauana	18.353
MS	Sidrolândia	14.006
MS	Itaporã	6.695
MS	Dois Irmãos do Buriti	2.332

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Em princípio, as ações participativas dos agrupamentos sociais aparentemente se apresentam, ou são apresentadas, como uma forma paralela e inovadora, de organização política. As abordagens a esse respeito do tema procuram sempre enfatizar o caráter não institucional dessa estratégia de mobilização. Empregando clara separação entre as ações da sociedade civil e as organizações partidárias (ou sociedade política). Todavia, o que geralmente não se reconhece nessas estruturas, ditas não convencionais de participação, ou “autônomas”, é que elas também fazem parte do sistema político, tanto quanto as formas parlamentares e eleitorais. E é exatamente nesse ponto que se desencadeia bastante divergência entre as análises, principalmente a partir “de dentro” dos próprios movimentos.

2.2 NOTAS SOBRE OS CARGOS E PODERES DA POLÍTICA DE GÊNERO NO MS

Em Mato Grosso do Sul há 26 organismos gestores da política para as mulheres, sendo um de responsabilidade estadual e está vinculado a Subsecretaria da Mulher, sendo os demais 24 organismos distribuídos pelas cidades³⁶ do interior, e um da capital, Campo Grande. Esses organismos são denominados de Coordenadorias de Políticas para as Mulheres.

Em geral é uma determinação das diretrizes de implantação que esses órgãos gestores estejam vinculados diretamente ao gabinete do poder executivo. Pois dessa forma, acredita-se dispor de mais “autonomia” em relação às outras secretarias, que, segundo o principal

³⁶ Lista de organismos de política para as mulheres em anexo.

argumento de criação dos organismos de política de gênero, alimentam outros tipos de interesses na condução das ações. Centrando ênfase na importância de um órgão específico.

Autonomia é a principal justificativa para a criação dos organismos de políticas de gênero e da sua característica estrutural.

é importante que o mecanismo esteja vinculado à Secretaria-Executiva, ou estrutura equivalente, como forma de assegurar a interlocução necessária com todas as áreas da instituição, finalísticas ou não (SPM, 2011, p. 54).

As coordenadorias são, por consequência, também responsáveis por articular e promover as conferências nos respectivos locais em que se encontram instaladas. Em geral, as coordenadorias, no início do calendário dos eventos, já se encontram à disposição das etapas municipais de articulação para as reuniões. Pois essas etapas são pré-requisitos para a formação da delegação estadual e depois nacional, e são constituídas de interesses que vão além da política de gênero propriamente dita.

As coordenadorias são pastas políticas. E as conferências funcionam como personalização da influência de quem está à frente do organismo. Há sérias divergências entre os governos municipais e estadual, no que tange às bases eleitorais de cada partido político. E de acordo com a lógica dos conflitos entre os governantes e seus respectivos partidos, percebemos um tom diferente em torno da articulação desses eventos.

Muitas vezes, a coordenadoria local não possui uma agenda bem definida da política para as mulheres, mas nesse momento é importante que todas reafirmem o apoio às pautas de sugestão nacional e consequentemente da gestão estadual partidária. Isso implica na demonstração do grau de apoio, ou oposição, em que estão posicionados os interesses políticos no momento presente. E dentro do bojo dessas expectativas, um movimento em cascata agiliza os ânimos das colaboradoras em prol de um momento de destaque da sua gestão, seja em relação às orientações nacionais e à participação da jornada final da conferência em Brasília, seja em relação ao executivo local e as alianças que esse destaque pode lhes render em questão de espaço político partidário, ou ainda, como veículos de pactuação entre as bases municipais e a gestão estadual, às alianças eleitorais. Queremos dizer que tudo é relativamente ambíguo, mas, o pano de fundo são sempre as próximas eleições.

Como as coordenadorias são pastas dentro das secretarias do executivo, os cargos são políticos. É verdade que muitas vezes, quando elas não são geridas pelas esposas do chefe executivo local, elas podem ser alvos de disputa pelas lideranças “em potencial”, dentro do partido. Para almejar uma indicação, é preciso que tenham vínculos estabelecidos dentro do cenário que se encontra no poder. No período analisado, o governo estadual correspondia ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. Um partido tradicional na administração política da região. E a coordenadora uma figura tradicional da ala feminina do PMDB no MS.

No início do trabalho de mobilização das conferências, o gabinete estava sob processo de mudança organizacional, com a criação da “Subsecretaria da Mulher e da Promoção da Cidadania”, que agora viria abrigar as subpastas da política identitária, conforme se apresentavam no estado, tais quais, gênero, juventude e igualdade racial. Apesar de existir uma coordenação para cada uma dessas subpastas (a exceção da coordenadoria da juventude, que passava por uma estruturação inicial e ainda não tinha definida sua respectiva liderança), a gestão de todas elas está a cargo da Subsecretária da Mulher, como se refere a expressão cotidiana. Essa subsecretária é a protagonista aos olhos da comunidade política. Enquanto que a responsável pela coordenadoria é uma vanguardista militante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro e uma de suas mais fieis assessoras partidárias. Elas são parceiras da mobilização dentro da organização partidária e nenhuma das duas, necessariamente, se identifica com a política de gênero, não sendo parte de nenhuma militância feminista.

O conjunto de aparelhos criados dentro da sociedade e fora do corpo da sociedade política corresponde à Sociedade Civil, esta assim, está impregnada de variado grau de disputa de poder. Portanto, dentro dessa esfera, há constantes embates, conflitos e choque de interesses, e, conseqüentemente, episódios autoritários produzidos pela lógica própria da funcionalidade dessa organização. É importante ter em consideração que essa esfera organizativa, possui razão peculiar de congruência.

Como existe disputa entre grupos no seio da sociedade civil, há dessa maneira, estratégias políticas de ocupação de espaços dentro da lógica de supremacia de um grupo sobre o outro.

Por exemplo. A subsecretária, gestora atual (2011), está no lugar anteriormente ocupado por uma representante do movimento popular de mulheres vinculada ao Partido dos Trabalhadores, conhecido como Marcha Mundial de Mulheres (MMM), durante o governo anterior. A atual trajetória dessa nova subsecretária dentro do tema de gênero se iniciou com a aproximação dela com uma militante feminista, membro da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), a mesma organização majoritária na administração da SPM, tornando-se sua assessora técnica. Por sua vez, essa assessora técnica das relações de gênero da pasta temática da secretaria de Estado e Governo estadual, guarda estreitas relações com o núcleo de pesquisa dos estudos de gênero da Universidade Federal (NEG/UFMS), onde completou sua formação acadêmica. Esse núcleo é dirigido por uma cientista pesquisadora feminista de vanguarda da AMB.

A então subsecretária, hoje (2014) eleita vereadora em Campo Grande, concorreu pela primeira vez à cadeira legislativa no ano de 2007, momento em que não obteve êxito. Na ocasião, a mesma, ocupava a frente da coordenadoria de gênero do município e procurava estabelecer a ala feminina do PMDB em MS, nomeada “PMDB Mulher”. Sua intenção sempre foi a carreira política. O PMDB no MS é um partido bastante restrito quanto à hierarquia entre seus membros. Fazer carreira política dentro do partido é uma tarefa que merece bastante empenho e bons contatos entre as famílias que exercem influência no poder local. Dessa maneira, a via que adotou para demonstrar o seu empenho administrativo foi a via que identificou onde havia espaço, dentro do partido, em construir sua projeção.

Em 2012, a subsecretária concorre pela segunda vez à cadeira legislativa, e desta vez vence as eleições.

Porém, como as posições públicas nunca são ambientes desprovidos de interesse e conflito, dentro do cenário político do movimento de mulheres e feminista, são levantadas muitas dúvidas do seu alcance enquanto representante dos interesses das mulheres sul-matogrossenses, as acusações que pesam é que a mesma se identifica em demasiado com o poder local, e nada contribui em avançar com as melhorias de vida das mulheres da região.

A CONFUSÃO ESTRATÉGICA

A chamada para as conferências é feita pelo governo federal, através da Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República – SPM, já discutimos que esta é um

organismo destinado ao movimento de mulheres e feminista para articular as estratégias de execução da política de gênero no Brasil. É essa secretaria que controla o acontecimento das conferências da mulher pelo país. Para esse propósito, uma série de material indicativo é produzido e encaminhado às coordenadorias estaduais, para que sejam repassados às cidades.

Existe um calendário definido que estabelece o período e a periodicidade que essas consultas públicas acontecem, em geral elas se dão no segundo semestre do ano e ocorrem de quatro em quatro anos, no intervalo entre as eleições federais-estaduais e as eleições municipais. E são gerenciadas pelas secretarias, ou coordenadorias respectivamente em cada localidade. Na ausência desta, a secretaria do governo, ou mesmo da assistência social, costuma dar *start* ao encaminhamento de realizar a reunião. Na edição a que estamos nos referindo, a cidade de Bodoquena e a cidade de Itaporã representam casos onde uma coordenadoria não existe, mas foi realizada a conferência, através da Secretaria de Assistência Social, sob a gestão da primeira-dama da cidade, e pela secretaria de governo, respectivamente.

As alianças se movimentam bastante durante o período da conferência, por exemplo, os municípios aliados do governo estadual solicitaram e foram atendidos pela equipe de apoio da subsecretaria para dar orientação da organização das reuniões. Já os municípios de oposição ao governo do PMDB articularam-se independentemente da subsecretaria e mantiveram pouco contato.

Corumbá e Dourados representaram casos como esse. Em Corumbá a conferência recebeu a visita da assessora técnica que fez questão de compor a mesa e fazer pronunciamento durante a solenidade de abertura, mas, entretanto, não permaneceu na cidade para acompanhar o trabalho nas plenárias que ocorreria no dia seguinte. As relações entre o governo municipal e estadual não se constitui como aliança. Dourados teve um caso parecido, porém, quem se encaminhou para a solenidade de abertura foi a própria subsecretária.

Porto Murtinho apresentou outra curiosidade marcante nesse sentido. O lugar que depois de um histórico de força política do Partido dos Trabalhadores, elegeu um prefeito de oposição e por isso foi atendido ao convite da presença do governo do estado, do PMDB. Nesse episódio a conferência contou com a presença da assistente política da subsecretária.

Essa plenária foi bastante aguerrida. Houveram muitas discussões e o clima foi tenso durante todo o período da reunião.

Em relação a configuração das conferências nos demais municípios, alguns casos nos chamaram atenção. Alguns lugares em que não existia uma coordenadoria da mulher foi convocada a conferência como forma de demonstrar apoio ao governo estadual. Foi o caso dos municípios de Bodoquena e Itaporã (município vizinho de Dourados). Outros lugares tentando demonstrar maior iniciação com a temática de gênero realizaram suas plenárias nas próprias casas legislativas, como forma simbólica de mostrar adesão ao protagonismo do evento, fizeram parte desse acontecimento os municípios de São Gabriel d'Oeste e Nioaque. Houve ainda uma conferência temática idealizada pela assessora política da subsecretária que foi realizada no presídio feminino, da qual, a própria assessora participou apenas da sessão de fotos.

Não obstante, a maioria das reuniões eram preferencialmente realizadas nos centros comunitários ou nas dependências dos Centros de Assistência Social das cidades. Entretanto, Campo Grande foi um episódio a parte, a conferência foi organizada nas dependências da igreja católica Coração de Maria e notamos durante a reunião que eram distribuídos brindes por parte de um vereador componente da bancada evangélica. Ao investigar o episódio, descobrimos que essa era uma iniciativa da mãe do vereador que fazia parte do conselho municipal da mulher na capital. Para nossa percepção, esse ato demonstra a maneira como a “questão da mulher” é encenada na capital do estado. Contrariando as tendências progressistas que separa centro e interior, o episódio de Campo Grande foi o que nos aparentou o mais retrógrado dos fatos. Mais um detalhe interessante desse evento é que em Campo Grande a plenária não foi interessante, pelo contrário, foi uma das mais “mornas” discussões que presenciamos. Em contrapartida, os embates ficaram por conta dos GTs³⁷. Foram debates acirrados, políticos, guiados cada qual por uma liderança reconhecida no cenário da sociedade política ou da sociedade civil e bastante cerceados à demandas novas.

Em matéria de organização das plenárias, podemos destacar alguns fatos que nos chamaram atenção por motivos diferentes. Por exemplo, encontramos em Itaporã uma bem

³⁷ Grupo de Trabalhos

articulada associação de mulheres produtoras rurais de demanda popular que encontravam-se inseridas na produção de goiabada, controlando desde a plantação até a venda do produto. Depois tivemos notícias que essa associação fora escolhida para vender seus produtos durante a copa do mundo que ocorreu no Brasil.

Em Nioaque, por conseguinte, nos deparamos com uma comunidade de mulheres indígenas organizada, também contando com inserção no mercado local com produção e comércio de produtos artesanais e comestíveis, através de feiras organizadas na cidade. Dois Irmãos também demonstrou intensa articulação política da comunidade indígena, contando com lideranças indígenas inseridas no poder legislativo. No entanto, Bodoquena marcou nossa percepção por conta dos problemas sociais levantados pela secretária de assistência social e primeira dama da cidade, que relatou (e depois foi confirmado na plenária) falta de programas que incluísse a juventude indígena do lugar, e destaque ao crescimento do consumo de álcool e drogas entre esses/as jovens.

Por conseguinte, um caso igualmente tocante foi vivido na conferência no presídio feminino, onde a tristeza era generalizada e organização política entre elas, era latente. Existem duas empresas que atuam dentro do presídio e uma vaga nesse posto de trabalho é bastante disputada. Durante a nossa visita, acompanhamos também a precariedade do projeto de ensino que existe no presídio e fomos levadas a conhecer o cômodo designado às visitas íntimas das detentas, esse ato foi especialmente orientado para deixar marcado o quanto as dificuldades eram alarmantes.

Fechando o ciclo das singularidades marcantes, registramos o episódio da visita do MDA que depois de muita insistência em ser recebido, enviou dois representantes para obter informações das conferências nos territórios da cidadania, mas não foram recebidos por nenhuma das responsáveis pelo organismo.

Como dissemos anteriormente as coordenadorias tem um aspecto então, digamos, pedagógico direcionado às outras secretarias que tratam de temáticas que se relacionam com a questão de gênero e que são atingidas pela fixação da questão da transversalidade.

A transversalidade é a maneira como serão abordadas as ações consideradas estratégicas pelo movimento de mulheres e feminista em relação à execução da política de gênero.

3.1 Transversalidade

Segundo consta no documento de Orientação Estratégica para Institucionalização da Temática de Gênero nos Órgãos Governamentais:

transversalidade é, antes de tudo, um pacto de responsabilidades compartilhadas que deve envolver, no caso da Política para as Mulheres, todos os órgãos do governo e todos os entes federativos, garantindo-se a participação social. Isso porque somente uma ação conjunta de todos os setores pode obter sucesso em mudar a realidade de desigualdade entre homens e mulheres, tão candente e, ao mesmo tempo, tão cotidiana em nosso país (SPM, 2011, p. 6).

A transversalidade pode ser entendida também como uma agenda de mudança cultural, pano de fundo principal da teoria feminista desenvolvida nos últimos tempos, e perseguida pela ciência política das relações de gênero em diversos níveis de sua mobilização.

O pensamento feminista se define pela transformação das mentalidades e acredita que o trabalho de formular novas consciências, em que as mulheres são reconhecidas enquanto donas de sua própria autonomia, versa pela desconstrução dos argumentos normativos e a construção de uma nova sociedade sem a hierarquia entre os sexos que se expressa nas relações de gênero. Foi nesse ponto que as teorias das democracias contemporâneas se encontraram com a teoria feminista liberal.

3.2A pertinência com o discurso do Estado

A auto-avaliação da atuação da coordenadoria da mulher no MS, de acordo com o relatório da III conferência estadual, é de saldo positivo. O documento oficial enfatiza inclusive que houve um avanço na construção da equidade de gênero proporcionado pelo governo estadual, esse avanço se refere à promoção do organismo de coordenadoria para Subsecretaria, com podemos acompanhar no trecho abaixo:

A criação da Subsecretaria da Mulher e da Promoção da Cidadania - à qual estão vinculadas as Coordenadorias da Mulher, da Juventude e da Diversidade Racial - inaugura um momento novo na política pública de Mato Grosso do Sul, apresentando potencial positivo na formulação, coordenação e articulação de políticas que contemplem as especificidades das mulheres, fortalecendo ainda mais as possibilidades de articulação com as questões geracionais e de raça/etnia (DOEMS, 11-11-2011, p. 10).

A Conferência da mulher é uma das rodadas participativas de convenções destinadas aos movimentos sociais de ocuparem os espaços de democracia criados pelo Estado, mas essa forma de convenção temática não é a única, há conferências para cada um dos recortes de identidade coletiva na atualidade, além da de gênero. Entre elas, da juventude, idoso, igualdade racial, etc.

Aqui, a ideia de identidades grupais serem celebradas em espaço público estatal dá resposta a uma outra formulação bastante em voga, o envolvimento da Sociedade Civil com o Estado.

Como temos em consideração que o Estado é um ente burocrático e elitizado, as novas teorias da democracia procuraram “ocupar” o espaço da comunidade política com substâncias populares e uma saída que foi encontrada para preencher esses espaços foi a participação dos movimentos sociais por via dos canais que visam “democratizar a democracia”. Além dessa modalidade participativa (as conferências), ainda encontramos outros níveis de organizações que aceitam essa paridade entre sociedade civil e sociedade política na configuração. São eles, os conselhos deliberativos e o orçamento participativo.

No que se tratam das conferências, em síntese, essas convenções funcionam da seguinte maneira: A população é chamada para fazer corpo nos espaços criados para interação entre organismo estatal e sociedade civil. O Estado faz divulgação dessa chamada, via edital, publicada pela imprensa oficial, que logo se estende aos outros tipos de mídia eletrônica, como sites de notícias e blogs de organizações sociais, sindicais e partidárias. Há uma articulação institucional que subsidia a difusão entre os organismos interessados, sendo elas, as demais secretarias governamentais e as coordenadorias da política de gênero firmadas nos municípios.

A partir de então, as secretarias, coordenadorias e órgãos parceiros, preparam as reuniões e divulgam suas chamadas locais, que seguem a mesma orientação das chamadas nacionais e estaduais. Em síntese, as coordenadorias adaptam seus decretos de convocação a partir do modelo de decreto nacional e estadual, sucessivamente.

As reuniões mesclam mulheres da população não-governamental e as funcionárias públicas, gestoras e servidoras de vários setores do governo.

Parte das mulheres a qual se identificam como “sociedade civil”, não possui vínculos formais com os setores estatais, significa que não estão ligadas ao Estado por via de contrato de trabalho, como as servidoras e/ou as gestoras, mas não significa que não estão ligadas à sociedade política de modo geral. Muitas das participantes, ainda, são agenciadas através dos programas sociais, pois estão incluídas nos cadastros de assistência social – uma secretaria de envolvimento expressivo com a causa das mobilizações – que divulgam entre as beneficiárias do bolsa família, data e hora em que acontecerão as reuniões, conseguindo reunir uma considerável plenária. As que exercem algum papel de liderança política junto à comunidade, fazem parte de organizações não estatais institucionalizadas, tais como as “Associações” (de bairro, rural, da igualdade racial, do trabalho, das localidades residenciais – como das moradias denominadas ribeirinhas), Sindicatos, Partidos Políticos e/ou Ongs , etc.

Segundo o governo federal, na figura da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a finalidade da participação dos segmentos sociais na política pública se define a partir da seguinte questão:

As políticas públicas são formas de exercício do poder político, que transformam diretrizes e princípios norteadores em ações, regras e procedimentos, com o objetivo de incidir sobre a realidade e modificá-la. Criam mediações entre Estado e sociedade, uma vez que buscam responder às demandas sociais, passando por um processo de interpretação pelos atores políticos e técnicos, que dão unidade de sentido a um fim perseguido, sistematizando diversos elementos (SPM, MANUAL, p. 3).

É nesse sentido que os organismos políticos da sociedade civil são convocados por parte dos governos por meio de chamadas públicas, como há citado, para ocupar “lugares enquanto cidadãos figurativos”. Sendo que um dos canais de triagem dessas demandas sociais corresponde às conferências, como a que mencionamos nesse trabalho.

As conferências são fóruns temáticos de consultas populares que funcionam como termômetro do envolvimento popular com o sistema de governo em vigor. E muito embora elas sejam classificadas como novos modelos democráticos, pois que juntam perspectivas do modelo oficial (representativo) com modelos deliberativos e/ou participativos, com efeito, elas envolvem um público considerável na ideologia do sistema de representação.

O próprio período de debate das conferências se caracteriza de maneira gerenciada. Antes de chegar o momento “propositivo” – aquele em que as mulheres vão debater uma lista que já vem pré-definida pela SPM – acontece uma série de palestras dirigidas às participantes, que visa formá-las no assunto da política do governo federal e iniciá-las na consciência política de gênero. Destacando o trabalho de construção do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), pelas técnicas da Secretaria da Presidência e trajetória de glória das feministas históricas no Brasil e no mundo.

As conferências, de certa maneira, assumem o papel estatal. Quando, em nenhum momento as palestras e discussões presenciadas, apresentam os dados da realidade das mulheres da plenária, ou que se referem a elas como sujeitos de dignidade social e política. Pelo contrário, as falas todas procuravam ressaltar a presença dos governantes, que como sabemos, são os principais combatente dessa possível união entre as diferenças.

Em 2001 a coordenadoria de política para mulheres do Mato Grosso do Sul lançou o processo de conferências da mulher pelo estado. O Art. 2º, do edital de convocação lançado no diário oficial prevê a seguinte justificativa para a chamada do acontecimento:

I - análise da realidade social, econômica, política, cultural e dos desafios para a construção da igualdade de gênero;

II - avaliação e aprimoramento das ações e políticas que integram o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e definição de prioridades para as mulheres sul-mato-grossenses (DOEMS 7980, 2011, p. 8).

O trecho procura destacar que o plano de políticas para as mulheres no Brasil, encontra-se em estágio avançado de construção e deliberação, marcado pela definição de prioridades para as estratégias que representem as mulheres da situação regional.

No entanto, o que merece destaque nesta avaliação, é que a realidade social no Mato Grosso do Sul é um caso bastante complexo. E do ponto de vista da subalternidade, há uma demanda por autonomia tanto mais urgente que a simbólica, ainda mais negada e negligenciada. Trata-se de uma região tradicionalmente agrária e formada por conglomerados de latifúndios, que faz a sua população expressivamente subalterna.

O momento das palestras, que também podem ser entendidos por difusão da ideologia governamental é um momento de esclarecimento para a população, ali presente, sobre qual a preocupação dos governantes em relação às mulheres e à política. De modo geral, sobre esse aspecto, dois fatos chamam atenção:

1) a exposição dos pontos que circundam as diretrizes da política para as mulheres se resumem em propagandas de governo. Infelizmente, as exposições não representam as preocupações desses governos, ou então, as filas de postos de saúde, o desemprego e o transporte público não estariam tão cheias e os serviços tão precários. Portanto, esse momento entre as plenárias marcam, no máximo, um trabalho que tenta ser desenvolvido pela sociedade civil (aqui representada pelo movimento feminista) que se encontra vinculado à formação de consenso, do qual faz parte o sistema estatal. Ou seja, de tratamento do estado mental, ou da consciência das mulheres, de acordo com o meio cultural, que o motivo delas encontrarem-se à parte da dignidade humana faz jus à tradição patriarcal que isoladamente as mantém a seu julgo, quando, na verdade, os grupos de empresas internacionais lucram com a pobreza das periferias da qual elas fazem parte.

2) a generalidade do discurso empregado revela a fragilidade política que movimento de mulheres que ocupa o espaço estatal adota para sua postura de ação, de proclamar uma política para a mulher inconsistente e fora da realidade. Pois, tratam-nas por abstrações conceituais do que é ser mulher e fala sempre se referindo a generalizações que não conseguem tocar no cerne da percepção de pertença das participantes, tendo em vista, que em seus ambientes cotidianos a realidade é bem diferente. Pois, sem entrar no assunto de como está dada as condições dessas mulheres de acordo com a realidade globalizada do capitalismo internacional, da divisão internacional do trabalho, e na configuração dos espaços de periferia, por exemplo, não há possibilidade em discutir a realidade social na periferia.

Citamos como exemplo: Em Dois Irmãos do Buruti, uma das participantes expôs as limitações do Pronaf Mulher. Alertou que o programa impõe três etapas para ser concedido financiamento de no máximo, R\$ 50.000,00. Os trâmites são burocráticos, o recurso é concedido gradualmente e várias garantias devem ser dadas para poder ter acesso à etapa seguinte. Segundo as poucas que tentaram, essa medida é considerada um profundo desrespeito às trabalhadoras rurais. Porém, no site da SPM, o programa é apresentado como o grande parceiro das mulheres no campo. Todavia, o investimento na agricultura familiar é um

dos mais precários e burocráticos da economia nacional. Um dado curioso para um país composto de enormes extensões de terras e que tem grande parte da população se dedicando às atividades de cultivo alimentar rural.

Devemos lembrar que a economia solidária é um forte agregador de trabalho feminino, tanto no reduto urbano, quanto do setor rural. Onde as mulheres procuram gerir pequenas produções de alimentos, comercializar artesanato, etc.

A economia solidária é uma discussão que suscita bastante interesse às participantes das plenárias no interior. Durante a pesquisa de campo, notamos que esse momento que reunia a conversa em torno da troca de experiência entre aquelas que já tinham conhecimento a respeito, e as que se interessavam em saber mais sobre o assunto, era um momento bem proveitoso. Entretanto, um desalento generalizado tomava a todas, quando algumas mulheres, sobretudo as pequenas produtoras de alimentos, conquistavam a atenção da plenária com extensas listas das dificuldades que encontravam para dar vazão à produção e acessar os tais programas de financiamento, compostos de tantos estágios burocráticos para conseguir desenvolver uma atividade de renda, muitas vezes, mínima. E muitas vezes, a única que alimentava toda a família. Muitas dessas mulheres são inclusive separadas ou divorciadas, e sustentam sozinhas, a casa, os filhos e o sonho da reforma agrária.

Não podemos deixar de citar aqui a questão agrária. Pois, o problema agrário é um dos centros históricos das dificuldades da população pobre no Brasil, frente a qualquer que seja o processo de democratização.

Segundo Almeida (2009), a aliança entre capitalistas e proprietários de terra perpetua a presença viva e atuante das estruturas do passado e representa um pacto de classes no sentido de coadunar interesses e bloquear a divisão da terra, o que torna o “desenvolvimento rural” um problema nacional, político e, sobretudo, de classe. Confirmando a triste realidade acima, é nítida a ausência de políticas de apoio às pequenas propriedades familiares que delimita as condições sociais no campo contribuindo para que o Estado (e seus gestores políticos) deixem de privilegiar uma parcela importante do direito à propriedade e assim assegurar mão-de-obra barata e abundante para a camada dominante.

De acordo com fontes do IBGE, o estado do MS é o segundo no ranking de expansão da safra de cana-de-açúcar, com aumento da área plantada em 36%, ou 78.439ha, se

comparados ao movimento das culturas de feijão, café e arroz, que apresentam retração de 73,49% entre o período de 1990 a 2007. Demonstrando um quanto que cresce progressivamente e sem nenhum embargo político a expansão de culturas empresariais em detrimento do condensamento de cultivos de alimentação, desenvolvidas especialmente pelo trabalhador/a camponês/a (ALMEIDA, 2009).

Outros indícios de que o latifúndio é privilegiado pela política de Estado está presente nas operações de crédito que foi disponibilizado para o setor rural no ano de 2008 em forma de refinanciamento de dívidas que beneficiaram 2,8 bilhões de contratos. Medida provisória sancionada durante o governo Lula que refinanciou R\$ 66 bilhões dos empresários rurais, contra R\$ 13,4 bilhões da agricultura familiar e assentados da reforma agrária. Por sua vez, o mercado de terras vem exorbitando o valor médio do *hectare* em cidades como, por exemplo, Três Lagoas, pólo do setor da produção da celulose e papel, onde o valor médio salta de R\$ 1.200,00 atingindo a cota de R\$ 3.713,00 na negociação entre empresas como a *Internacional Paper* e *Votorantim*, para a construção da *maior fábrica de papel e celulose do mundo*, entre 2003 e 2005. Sendo que no contorno da área o *hectare* varia entre 60 e 100 mil reais, como podemos constatar entre as fontes agrupadas por Almeida (2009).

Por outro lado, aponta ainda a autora que, crescem as denúncias de que a reforma agrária está parada e que o governo federal deste período, não atingiu a meta de assentar 400 mil famílias como previsto no II Plano Nacional de Reforma Agrária – II PNRA (OLIVEIRA, *apud* ALMEIDA, 2009).

A conclusão que aqui se chega é que na realidade, dentre os usos da categoria de gênero, é raro percebermos um interesse coerente no empenho por questões dessa natureza levantadas pelas mulheres presentes durante as plenárias, que também são confirmadas pelos dados oferecidos para análise da “aliança terra-capital”, conforme esboçado acima. Por esse motivo, é inequívoco identificar que há discrepâncias entre os projetos das mulheres trabalhadoras do campo e as teorias desenvolvidas sobre a exclusão da mulher dos espaços de poder que estão em tentativa de ser aplicada pelo Feminismo no Estado. Pois essa última tenta atinar para o fenômeno de conquistas históricas e simbólicas que são expressas pela presença da mulher em altos escalões da atividade política. Enquanto a figuração de mulheres nos ministérios e cargos de chefia no governo federal, infelizmente, não prova que as demandas elementares que percorre a vida das mulheres na maioria da extensão da sua sociogênese

serão, enfim, atendidas. Ou nesse caso mais empírico analisado, que a preocupação elementar com a produção e distribuição de alimentos, e a garantia da sobrevivência digna das mulheres e suas famílias, atinja o centro da importância na busca por autonomia.

Não obstante, a insistência apenas pela ênfase na exaltação das conquistas democráticas construídas através da parceria dos movimentos sociais com o Estado, guinada pelo processo de abertura política do país – que transcorreu a partir da década de 1980 sob o apogeu da *constituição cidadã* – apontando para a implantação de um “novo regime” de projeção progressiva da situação popular e, em geral, das mulheres, é o conteúdo apresentado nas palestras que antecedem os momentos de deliberação na plenária.

E se tomarmos a literatura da participação política no Brasil observamos a multiplicação desse argumento, de que desde a saída dos militares do poder, iniciou-se uma alteração na organização de grupos políticos remanescentes da sociedade civil. E que com a abertura desses novos canais de participação no sistema político, via movimentos populares, inauguramos um novo “sujeito social histórico”, o sujeito popular. Esse discurso é o eixo estruturante fundamental para a construção de uma nova sociedade democrática, isto é, este tem sido o jargão aclamado pelas grandes mudanças e grandes progressos em relação à qualidade de vida, como vem assinalado por vários trabalhos sobre movimentos sociais (DAGNINO; AVRITZER; SCHERER-WARREN; PRÁ; GOHN; *entre tantos*).

Enfim, a crença na progressividade democrática desde o episódio do fim da dirigência militar é a principal substância do tratamento das consciências dos/as leitores sobre as conferências de políticas públicas pelo país. Não obstante, nos processos de conferência pelo interior, não é diferente. O corpo técnico da política de gênero assume também esse discurso e se advém em pontuar sua localização dentre a construção desse tipo de democracia.

Nos documentos que estruturam os ideais da política de gênero, o destaque para a dinâmica entre aliança e progressão está nitidamente expresso, conforme o trecho retirado do Plano Nacional de Política para as Mulheres, frequentemente reproduzido nas palestras de abertura. Sendo assim, é possível constatar abaixo como, quando e onde teve início esse “novo” desenho institucional do Estado:

No Brasil, a década de 80 foi marcada pela interação entre os governos democráticos, o movimento feminista e os diversos movimentos de mulheres. Os marcos dessa interação é saudado pelos movimentos a

partir da implantação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (1984) que contemplava o planejamento familiar, a sexualidade e o aborto em casos de estupro e risco de vida. Além disso, também foram criadas as Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres, e em seguida o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) (SPM, 2004).

Em síntese, essa perspectiva de definir prioridades para as mulheres, que nasceu do fenômeno da democratização cunhado pelos setores intelectuais brasileiros e que hoje em dia fortalece a formulação de planos de políticas públicas para o setor de gênero, se atrapalha em questão de objetividade das ações planejadas. Mas, acerta em construir plenárias numerosas que substanciam os panfletos de propaganda política desejando criar a sensação de uma plenária inclusiva.

Em 2012 um relatório produzido pelo Comitê Estadual em Defesa da Lei Maria da Penha e conduzido ao Ministério Público, pondera que a política de gênero praticada aqui no estado, por exemplo, é tema apenas de folhetins políticos.

Pois, tendo em vista que, no expediente de enfrentamento da violência contra a mulher,

o Mato Grosso do Sul tem cumprido um papel irrisório, [pois] existe uma grande vitrine armada no conjunto das Políticas Públicas para as mulheres no que se referem ao atendimento às vítimas de violência de uma maneira geral, desde a falta de delegacias vinte e quatro horas e em finais de semana e feriados, ao descaso dos agentes de Polícia nas Delegacias de atendimento geral. As mulheres ficam até dez horas na fila, aguardando para registrar o Boletim de ocorrência. As mulheres são obrigadas pelo estado a procurar atendimento nas chamadas Delegacias de Pronto Atendimento Comunitário (DEPAC), as quais ficam distantes e são apenas duas em uma cidade com mais de oitocentos mil habitantes e que registra um número de quinze (15) boletins de ocorrência diariamente. No decorrer de 2011 o número de boletins registrados foi de 6,2 mil, sendo que em 2007 foram 3,9 mil boletins (CPMI/MS, 2012, p. 3).

E quando observadas as condições de vida das mulheres no campo, o relatório aponta para um quadro de violência que conta com a colaboração das instituições tanto do Estado, quanto da sociedade civil, pois ambos são omissos e negligentes ao problema. Observando que o confronto entre os setores da sociedade civil e a sociedade política produz mais de uma versão sobre o mesmo fato da postergação. Para isso, os dados são alarmantes na denúncia:

As mulheres rurais são vítimas de inúmeras formas de violência e, segundo relato de um policial no dia 08 de Março de 2007, durante o debate sobre a Lei Maria da Penha no Assentamento Itamati, localizado no município de Ponta Porã com uma população de 7.000 (sete mil famílias), o destacamento atende mais de cem ocorrências de violência. Destas, 27% são contra as mulheres como: espancamento, estupro e assassinato. Nesse assentamento ainda há um agravante, as mulheres paraguaias, casadas ou conviventes com brasileiros, são constantemente ameaçadas por seus parceiros de serem devolvidas para o Paraguai "com uma mão na frente e outra atrás" se contarem para alguém que são agredidas. (CPMI/MS, 2012, p. 4).

Tanto no primeiro, quanto no segundo caso nos parece irrisório a disputa pelo espaço de maior poder entre a sociedade civil e a sociedade política, segundo as teorias de gênero. Pois, importaria, no entanto, saber de que maneira as instituições estatais e da sociedade civil podem criar melhores condições em alcançar eficiência para conter a fome e criar mecanismos que façam cair objetivamente a violência, ainda mais a violência institucional que é asseverada pela disputa acirrada do poder que confirma a tese da falta de assistência e oportunidades fomentadas pelo capitalismo.

3.3 Alinhamento local da política global

Apesar de tudo isso, o relatório da conferência estadual divulga os dados que prezam por bons níveis da participação através da lista de entidades e organizações representadas pela delegação, que foi extraída desde os processos pelo interior e que agora vai à Brasília representar a política cidadã. Se nos guiarmos pelos dados apresentados, veremos como o processo todo é inclusivo, já que conta com a participação de todas essas entidades sociais:

1. movimento feminista;
2. acadêmicas e pesquisadoras da área de Relações Sociais de Gênero das Universidades;
3. comitês de mulheres de partidos políticos;
4. Movimento de mulheres negras;
5. movimento de mulheres indígenas;
6. movimento de mulheres rurais;
7. comitês de mulheres de sindicatos e associações de classe;
8. movimento de mulheres lésbicas;
9. movimentos populares de mulheres (associações comunitárias e de moradoras, clubes de mães);
10. conselhos dos direitos da mulher;
11. reeducandas do sistema semiaberto;
12. demais categorias (DOEMS, 11-11-2011, p. 9).

Segundo a listagem da delegação sul-matogrossense³⁸, cada um desses setores nomeados, contou com uma mulher que submeteu sua candidatura durante as reuniões; foi votada para representar seu município, situação de residência e/ou sua organização política; e colaborou na formulação da política pública no Mato Grosso do Sul e no Brasil.

Desse modo, o relatório destaca ainda que,

a III Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres de Mato Grosso do Sul, ao ser organizada por segmentos, oportunizou a participação das mulheres sul-mato-grossenses, mobilizando, assim, diversos setores da sociedade civil e do Governo em torno da importância de se rever e de se elaborar políticas públicas para as mulheres, e principalmente, de participar efetivamente deste processo. Mulheres jovens e idosas, indígenas das diversas etnias existentes no Estado, trabalhadoras rurais de vários assentamentos, mulheres negras, de comunidades quilombolas, lideranças de associações de bairros e movimentos populares, mulheres lésbicas, reeducandas do sistema semiaberto, entre tantas outras, mulheres que marcaram a Conferência com suas culturas, identidades e opiniões (DOEMS, 11-11-2011, p. 9).

Esse é um argumento que tenta provar que o processo político de participação de gênero, tem uma perspectiva de “baixo pra cima” e por isso significa um tipo de avanço político inédito no país e no mundo, por colocar a mulher no cenário público e reuni-las em espaços de formação política. Porém, contestamos que numa perspectiva de “cima pra baixo”, pode-se interpretar o processo em termos de formação de consenso para que as classes populares colaborem com o sistema de governo neoliberal.

Segundo o Relatório do Comitê Estadual em Defesa da Lei Maria da Penha,

tal situação levanta algumas hipóteses: a primeira pode evidenciar o descaso com que os governos Estaduais tratam a questão; a segunda pode revelar que os estados não encaminham projetos para obter recursos do governo federal porque não querem executar a política; a terceira pode demonstrar que os estados não têm condições de executar a política, isto é, baixa produtividade ou poder de execução de políticas de enfrentamento à violência contra a mulher (RELATÓRIO.. 2013, p. 66).

³⁸ A listagem encontra-se no arquivo da Subsecretaria, porém, o acesso que nos foi permitido, foi apenas visual e de anotação de dados manualmente.

3.4A malograda crença da eficiência

Mesmo diante de todos esses fatos, quando interpelado a respeito do atendimento à violência contra a mulher no Mato Grosso do Sul, é recorrente assistirmos pela televisão as entrevistadas que representa o governo responder que existe uma rede de enfrentamento à violência doméstica e que ela encontra-se em pleno funcionamento. Quando notamos que essa é uma estratégia retórica para desarticular as reclamações (que são muitas) das clientes dessa política, já que a rede é um caso, que de fato existe, mas que não funciona.

A rede de enfrentamento ao combate à violência contra a mulher é uma das principais ações que marca a mobilização dos órgãos oficiais da política de gênero (é o que os define, inclusive). Entretanto, este parece ser também o principal problema a ser resolvido dentro da perspectiva das ações da *transversalidade* das políticas públicas. Pois o que em realidade acontece desse organograma, é um jogo de empurra-empurra das responsabilidades por agir contra o agressor.

A rede de atendimento é um organograma que envolve o encaminhamento da vítima para estabelecimentos de lei, acolhimento e saúde, que visa estancar o problema, de imediato, e dar sequência na apuração da punição do agressor.

A principal reclamação por parte das mulheres nas reuniões das conferências, é que a rede não atende conforme o previsto e elencado pela maioria absoluta dos discursos que envolvem a Subsecretaria da Mulher, Coordenadoria Estadual, Delegacias da Mulher, etc.. Primeira e exclusivamente, porque não há delegacias especializadas em atendimento à mulher nos municípios, não obstante, haja índices altos de violência doméstica. Apenas algumas cidades contam com uma dessas unidades. Em segundo lugar, que, na capital do estado de MS, Campo Grande, a Delegacia de atendimento à Mulher, DEAM, curiosamente não mantém um atendimento permanente, estando aberta às diligências apenas em horário comercial. E finalmente porque, a gestão dos organismos vinculados à rede encontra sérios limites de execução e até abordagem sobre o que é entendido por violência doméstica. Constatamos pelos relatos das plenárias, que esses limites vão desde confrontamentos valorativos que se relacionam com a religiosidade dos agentes de atendimento, se entendendo também por disputas internas pelo *protagonismo* da liderança dentro das repartições públicas.

Nesse caso, o organograma previsto de integração das instituições de atendimento de saúde, acolhimento, justiça, investigação, etc., existe só no papel. Pois, empiricamente, nenhum desses agentes sabe responder qual seria a sequência do encaminhamento da vítima. Já que isso fica por conta da disponibilidade própria da vítima e do tempo que ela dispõe para efetivar os registros. Que são diversos, demorados e espalhados pela cidade.

Enquanto isso, os índices da violência doméstica aumentam a cada dia. A Região Centro-Oeste, possui três de suas quatro Unidades da Federação na lista das 10 mais violentas contra a mulher (Fonte: Relatório..., 2013).

BASTIDORES DA POLÍTICA DE GÊNERO NO MS

A coordenadoria estadual de política para as mulheres no Mato Grosso do Sul foi fundada no ano de 1999, durante o governo do Partido dos Trabalhadores (PT). A pasta, até o momento desta pesquisa estava vinculada ao organograma da Secretaria de Estado e Governo, e no ano de 2011 foi incorporada pela recém criada Subsecretaria da Mulher e Promoção da Cidadania (SMPC/MS).

No ano de 2009/2010 a coordenadoria estadual de política para as mulheres participou de um projeto da SPM de fortalecimento dos organismos de políticas para as mulheres, fazendo aquisição de viaturas para atender as diligências contra a violência à mulher no interior do estado. No encontro com uma das delegadas durante a conferência em Jardim/MS, soubemos que em uma das cidades contempladas, a delegada era compelida a não deixar a viatura estacionada no pátio da delegacia, sob a iminência de “perder” a prioridade da utilização do veículo para os “colegas” que atendem outras ocorrências, sob a justificativa da prioridade questionável do enfrentamento da violência doméstica.

Isso ainda, não é tudo, a observação participante coletou relatos, que pronunciados durante acaloradas conversas nas conferências, que denunciam a negligência na administração de contraceptivos emergenciais, conhecidos como “pílula do dia seguinte”, nos casos de tratamento das vítimas de violência sexual. Estas atitudes são justificadas pelo teor religioso dos/as atendentes da rede de saúde. Não que esse seja um fato desconhecido pela mobilização feminista. Mas a pergunta que fica é que a quem esses incidentes tendem a prejudicar? Já que sabemos que a população que procura atendimento nos setores públicos, é a população pobre.

Entretanto, enquanto estivemos na pesquisa de campo, nada foi dito a respeito disso pelas técnicas nem gestoras do governo estadual. Também nenhuma indicação a respeito desse assunto foi feito pelo governo federal, na figura da Secretaria de Política para Mulheres da Presidência da República.

Pelo contrário, o que presenciamos foram longos discursos de concordância de que a política para a mulher, tanto do governo do estado, quanto da presidência da república, colabora para o bem-estar das mulheres no Mato Grosso do Sul, assim como no país inteiro. Já que, sob as observações das orientações de classe, raça e etnia, as políticas para o setor vinham sendo desenvolvidas de maneira progressiva e inclusivamente. Pois, em parceria com a sociedade civil e com o aval das mulheres das classes subalternas, negras e índias, que estavam presente nas edições anteriores das conferências (através dos indicadores sociais que representam os segmentos da sociedade civil organizada).

Com certeza, esses discursos foram recebidos com descontentamento na plenária, já que não foram reconhecidas essas inclusões, conforme apontam seus relatos ou os dados que fazem jus a sua realidade de fato.

4.1 Embates, insurgências e tensões

Um dos momentos mais delicados que envolviam os debates na plenária era o momento da votação das delegadas locais e estadual. Pois esse era o período em que floresciam as divergências políticas e as disputas concorrenciais pela vaga para ir a Brasília.

Esse momento não era apenas pela preocupação em discutir a política pública para as mulheres, mas pelo *protagonismo* de sua instituição partidária ou da sociedade civil no ambiente político que foi criado pela política de gênero. Ou seja, existem várias organizações que fazem parte dessa “sociedade civil organizada” e elas concorrem entre si pela maior importância na política feminista ou aliança democrática que existe no país. Sendo assim, muitas lideranças se comportam como *inimigas* e por isso é importante que estejam em meio a delegação que vai a Brasília, ou melhor ainda, que aquelas que são seus desafetos não consigam vagas para participar da plenária nacional.

Há também uma disputa interna entre a gestão atual e a gestão anterior da Coordenadoria Especial Políticas Públicas para as Mulheres (CEPPM). Sobretudo porque a

gestão atual representa o partido do PMDB e a gestão anterior fazia parte do Partido dos Trabalhadores. O clima entre essas líderes é sempre tensa e uma acusa a outra de falta de competência política e de domínio sobre o tema de gênero. Isso porque a gestão atual do PMDB representa a ala do PMDB mulher e faz parte do poder local, ou seja, tem vínculos com as grandes famílias que estão tradicionalmente na política do estado, enquanto a outra faz parte da pastoral de mulheres que atua na periferia.

Frente a tudo isso, outro episódio tomou a cena. No meio do processo de conferência deflagrou-se uma divergência entre a coordenadora e a representante do movimento das mulheres lésbicas que vem procurando consolidar espaço de discussão sobre a sexualidade das mulheres na capital, episódio responsável por um nível maior de atrito na formação do cenário da conferência estadual neste ano (2011).

Em entrevista com a própria liderança, soubemos que o que atrito ocorreu vem se desenhando desde o ano 2009, quando esta resolveu articular o movimento LGBTTT sob o objetivo de empoderar o segmento e fomentar a militância representada pela sigla L (lésbicas) e B (bissexuais) nos círculos locais da política de gênero e assim reivindicar mais atenção às mulheres Lésbicas e Bissexuais* dentro do tema.

Entretanto, a Subsecretaria resolve enfrentar essa articulação se colocando em posição de embargo a sua liderança no ambiente de articulação da conferência. A disputa se estende ao cenário da permeabilidade ao espaço político já conquistado pelas figuras pioneiras da política de gênero e conclui-se com o êxito da candidatura, sob forte campanha da liderança L & B* à presidência do conselho da mulher, assumindo a presidência do conselho.

De posse da função, a liderança L & B* procura demandar pela formação de uma chapa contra a articulação governamental dentro do conselho e denunciar o *lobby* constituído pela sociedade política num espaço que tecnicamente é majoritariamente preferencial a participação popular e/ou da sociedade civil. De acordo com tais apontamentos, o conselho estava sendo impedido de exercer sua função de monitoramento da política de gênero e funcionava apenas como espaço extensivo do poder governamental, contando com a presença figurativa das personagens não-governamentais que era montada entre as líderes do governo.

Segundo a liderança L & B*, durante a sua gestão como presidente do conselho, a parte governamental iniciou um escancarado boicote de qualquer pauta apresentada pela

sociedade civil, ou nesse caso, de sua iniciativa como liderança dessa força. Enquanto isso revela ainda que no período de composição da conferência, o conselho ficou isolado da construção dos eventos.

Queremos dizer que, segundo consta as indicações da entrevistada o conselho da mulher no MS, não desempenha sua função de ser uma instancia agregadora da participação popular, tendo em vista estar disposto em função do poder político governamental. Nesse caso, a “sociedade civil organizada” que encontra-se vinculada ao conselho desempenha o papel de colaborador com esse constructo, fundindo-se ambas, no mesmo interesse de inviabilizar a participação construtiva entre população e governo, como tecnicamente é a meta do conselho.

Outra proeminência de que a relação que se constrói nesses organismos é confusa, é que durante o período de acompanhamento no gabinete, notamos que a assessora técnica, principal contato da secretaria com o movimento feminista era a única fonte de motivação dos interesses da política da mulher. Essa figura política tinha também um relacionamento complicado com a coordenadora (ou a assessora partidária da subsecretária). Entre as duas lideranças dentro do gabinete haviam declarados problemas de comunicação entre as linhas de ação (partido *versus* movimento social). Já que a coordenadora representava diretamente o partido dentro do ambiente. E era um fiscal do governo estadual para com as ações do movimento social (de gênero).

Por conseguinte, a assessora técnica, militante do movimento feminista (representante da AMB) posicionava-se como legendária do movimento social e ponte genuína com a linguagem da SPM, que procura firmar espaço na agenda estadual que faça jus aos interesses do Feminismo de Estado.

Nesse caso, é notável compreender a atuação de um movimento social como forma de atuação política em consequencia do sistema eleitoral, uma vez que, sua organização funciona à guisa da correlação de forças entre comunidade política e sociedade civil. Assim, apesar de apresentar-se dentro de um possível caráter de oposição, percebemos que os movimentos sociais se relacionam em larga medida com os demais canais participativos – visto que, se conjuga enquanto parte do sistema hegemônico. Não obstante, isso não significa,

necessariamente, uma dicotomia entre as partes. Mas, respectivamente, uma correlação de forças. Em que há disputa entre protagonistas, mas, não dos enredos.

MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESTADO: COMO ENCARAR A AUTONOMIA?

Notamos acima o quanto “autonomia” é uma questão de ordem dentro do movimento de Mulheres, por razão da meta de emancipação que carrega em seu radical. Na edição atual das conferências (2011) o termo marca a estrutura dos blocos de discussão que ficam divididos em quatro tipos de autonomias. Como foi citado igualmente acima.

O fato de a Secretaria de Políticas para as Mulheres ser um organismo de relativa autonomia em relação às demais secretarias e ministérios, se constitui então no fator simbólico da gênese do movimento feminista que foi transformado pela teoria política de gênero e é contemplado com bastante entusiasmo no discurso das técnicas da secretaria. Entre, os argumentos que consideram válidos para justificar esse ideal, está presente uma certa altivez do organismo nacional que se auto-distingue por contar com um emblema de “status de ministério”.

A decisão por vincular os organismos diretamente às secretarias executivas se deve a crença no fato de, assim poder ter mais liberdade (autonomia) no planejamento e condução das ações formuladas pela pasta, tendo em vista a compreensão por parte do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Política para as Mulheres (o signo maior da sociedade civil organizada em termos de gênero), que tal iniciativa favorece na interferência direta da captação de recursos a partir do Plano Plurianual, no intuito de influenciar os demais setores do governo com as políticas de do tema.

Assim, as metas que são aconselhadas pelo documento de Orientações Estratégicas para a Institucionalização da Temática de Gênero nos Órgãos Governamentais, incluem:

- a) Interferir na formulação do Plano Plurianual em relação à proposição de políticas que considerem a perspectiva de gênero; b) Estimular a reflexão conjunta entre as diferentes áreas da instituição a respeito da incorporação da perspectiva de gênero nas ações desenvolvidas e em outras que possam vir a ser implementadas, favorecendo o reordenamento da programação institucional em direção à transversalização de gênero no conjunto das políticas desenvolvidas; c) Garantir a articulação permanente entre todas as áreas da instituição – finalísticas ou não – para o planejamento, execução e monitoramento integrado de novas ações ou a adequação de ações já desenvolvidas em benefício das mulheres ou da igualdade de gênero; d) Desenvolver

ações de capacitação das equipes – permanentes ou não – dos órgãos governamentais na temática de gênero, raça e etnia aplicadas à elaboração de políticas públicas, incluindo o planejamento e a dimensão orçamentária; e) Definir, junto às diferentes áreas, as prioridades de execução anual do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e coordenar as atividades de elaboração das propostas da instituição para as novas versões do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Essa atividade se dá em momento subsequente à realização das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres; f) Capacitar as equipes – permanentes ou não – para preenchimento do Sistema de Acompanhamento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e acompanhar a alimentação trimestral dessa ferramenta de monitoramento; g) Encaminhar servidoras/consultoras/estagiárias que apresentem denúncias ou demandas relacionadas ao aprimoramento das relações internas de trabalho às instâncias responsáveis (ouvidorias, recursos humanos, entre outras) e capacitar as equipes dessas esferas para o atendimento qualificado e humanizado (SPM, 2011, p. 53).

Entretanto, observamos que a noção de autonomia é ambígua ou lacônica, pois as instâncias pontuadas aqui estão todas em larga medida, orientadas para a esfera estatal. Estando, em todos dos casos, diretamente vinculada a esta e na busca pelo desempenho de suas metas confundem-se facilmente ao desempenho deste mesmo ente, que justifica a exclusão da mulher, segundo o argumento público/privado que é conteúdo da sociedade civil, e o motivo pelo qual se faz necessário abrir as esferas de participação neste ambiente.

Por exemplo, vimos que o agenciamento da participação das mulheres nas conferências acontece a partir de uma agenda estabelecida pelo governo federal que tem prazo e conteúdo determinado para ocorrer. Esse fato mostra que o ato de reunir as pessoas a partir da perspectiva de discutir as melhorias de vida necessárias a ser realizadas em prol das dificuldades que elas encontram no ambiente social em que vivem, não são atos autônomos provenientes da população. Pois as matérias a serem discutidas são filtradas através de textos pré-construídos que não leva em consideração a realidade dos locais em que elas vivem, conforme já pontuamos aqui.

Pois, ao examinarmos o fato mais de perto, percebemos que as proposições se formam a partir de um constructo genérico do que se projeta da realidade social das mulheres nos municípios e não são atualizados através da contrapartida das associações locais, principalmente porque não há *espaço* que contabilize as demandas da classe pobre. E como dissemos, estão banidos da discussão o ato de ponderar sobre o número de postos de saúde, a

falta de transporte coletivo, a distância entre as escolas e as residências rurais, o serviço de saneamento, de segurança pública, o contingente de recursos humanos disponível nas instituições de atendimento de saúde, e a qualidade do atendimento por parte desses profissionais.

Nesse sentido, contrapomos o argumento que a participação política de gênero que se ancora no “estímulo do ativismo social, abrindo caminho para a politização de grupos excluídos da vida social e política” (PRÁ, 2007, p.94), pois, o exame dos casos das mulheres nessas conferências, procura destacar que a cidadania ainda exclui de seu potencial efetivo um bloco de bastante relevância, e já bem conhecido da população, ao qual se encontram agregadas ao conjunto dos grupos inferiores da hierarquia social, tais quais, as mulheres trabalhadoras rurais, negras e indígenas, que estão nas classes subalternas no Brasil.

Esse fato está substanciado pelo contexto destacado a seguir por Di Fiori (2007):

Ao relacionar-se com a dimensão subjetiva, o paradigma feminista optou por afastar-se da dimensão objetiva voltada à crítica estrutural do sistema capitalista. Acrescentando a essa característica da terceira onda, a caracterização enquanto luta social identificou o movimento com mudanças nas ações coletivas e a mudança de concepção (...). Assim, o movimento feminista, ao afirmar a diferença e ao enfatizar as dimensões subjetivas, tenta resgatar um ideal de igualdade, porém com respeito à diferença, tanto no âmbito público como no âmbito privado na sua luta cotidiana. E se por um lado o movimento nessa perspectiva se aproxima à vida concreta das mulheres, principalmente àquelas que ocupam postos de trabalho ou cargos na política, antigos redutos masculinos, por outro se afasta do questionamento crítico do modelo econômico vigente, tendo como consequência a dispersão e a negação dos antigos referenciais da luta feminista. (IDEM, p. 318-230).

Convergente nessa perspectiva, as experiências de participação popular evidenciam os limites da atual estratégia feminista na aglutinação de experiências participativas dos variados grupos de mulheres que não vem sendo contempladas nas conferências de políticas públicas, no Mato Grosso do Sul.

Por isso consideramos que o tipo de política fomentada pelo *partido* feminista hoje, destaca-se da política para as mulheres e se aproxima de um tipo de feminismo de Estado.

Em geral, a sugestão da atuação dos movimentos sociais no Brasil é de que as táticas adotadas pelo movimento feminista se inscreve à guisa de reformas e mudanças importantes a

nível cultural de denúncia dos abusos e invisibilidades das mulheres na história social, relegando o sujeito feminino a espaços de tutela do sistema patriarcal. Estratégia que ocupou lugar de destaque na “abertura política” ou redemocratização dos espaços de decisão, promovendo resistência e insistência espetacular na busca pela adição das flexões de gênero ao conceito de cidadania, trazendo à tona, demandas de todos os sujeitos excluídos e subalternizados, a exemplo do movimento negro por direitos civis e inclusão histórica nacional.

No entanto, a configuração do movimento feminista sob bases liberais de política estatais acabou criando uma enorme lacuna entre as mulheres participativas dos setores da elite e as mulheres invisíveis das classes subalternas.

CAPÍTULO 3 – O “OUTRO” DA SOCIEDADE CIVIL: A CLASSE SUBALTERNA

O estudo do lugar das classes subalternas no processo histórico depende, antes de tudo, que se diga com a clareza possível o que se entende por classes subalternas, qual a extensão e quais os limites desse conceito (MARTINS, 1989, p. 97).

Conforme é possível aduzir, o primeiro “outro” a reivindicar direitos diversificados de cidadania foi o sujeito feminino. Assim como, o primeiro “outro” a reclamar coletivamente a falta de alteridade nas relações sociais. A propósito da questão, as novas formas de lutas desse sujeito foi o ato que trouxe o feminismo para linha de frente na arena política da sociedade civil. Essa foi a formação que fez do coletivo de mulheres um partido engajado no bojo da pluralização de temas para o debate público no mundo moderno e contemporâneo, e como vimos foram esses movimentos por identidade quem nos trouxeram “novos atores” para atuar no cenário da política.

Não resta dúvida que as bandeiras da sociedade civil e política eram resumidas até então, e careciam contextualizar suas substâncias para dar mais atenção à alteridade dentro de suas plataformas políticas. Entretanto, indagarei nesta fase do trabalho até que ponto as mudanças de fato vieram colaborar com o projeto de alívio da opressão e como essa nova visão de política optou por adotar um caminho mais relevante em questão de conquistar espaços no poder, e que na realidade foram enredados pela ideologia da democracia social, que esvaziou suas lutas por autonomia.

Para Spivak, os movimentos que vieram desse saldo foram movimentos que surgiram do interior das universidades e pretenderam reescrever a história das antigas relações de poder em outros termos semânticos. Só que agora primando pela originalidade alternativa, de fazer a reescrita apagando partes daquilo que seria conveniente negar e assim criar sensação de ascensão para as conquistas. Essa atitude comprometeu o trabalho de avançar na reflexão sobre a alteridade, e seu resultado não foi original. Pois, embarcar nessa inovação no discurso, foi perder-se no foco da autoridade do poder, contribuindo não com a construção dando alteridade, mas dá alicerce para novas elites políticas que de subalternas passaram a colaborativas, e agora cooperam com velhos agentes de dominação. Pois, se um dia os “outros

sujeitos” foram sua bandeira, hoje, de fato precisam negar esse outro em nome do itinerário da sua própria ascensão.

Esses “outros sujeitos” ganham então uma nova gerência, pois os grupos que ascenderam consoantes a eles, serão, enfim, seus novos senhores coloniais.

Spivak ,com isso, chama atenção que especialmente por isso “refazer a história é uma grande tarefa, e por isso é que não se deve tomar entusiasmo e convicção como se fossem as únicas garantias pensadas para esse o processo”. Pois, lembra que quando a ação é pensada pela finalidade em si mesma, ela alimenta falsos anseios de liberdade e sobrepõe a oferta do momento político por velhos golpes de dominação (SPIVAK, 1994, p. 194).

O ponto de análise, para Spivak é a mulher subalterna. E, para mostrar como a subalternidade interfere na realidade do indivíduo da periferia (territorial, tanto quanto simbólica), a autora reflete sobre por quê “o subalterno não pode falar”. Quanto a isso, Spivak diz: “se você é pobre, negra e mulher, está envolvida em níveis subjacentes de categorias marginais” (SPIVAK, 2010, p. 85).

Então, concluímos que as categorias da qual trata Spivak guardam conflitos de interesses gerais e conflitos políticos entre si, por exemplo: mesmo sendo a mulher, uma categoria de subalternidade os conflitos de classes colocam em oposição os interesses entre grupos e isso distinguirá as mulheres da periferia, das mulheres da elite dominante. O movimento feminista interpreta esse campo antagônico. Pois, mantém em sua raiz pontos de conflito de posição política, sobrepujando pontos agregadores de reciprocidade.

Examinando o caso sugerido por Spivak, tornar-se-á patente que a condição de ser negra ou “de cor”³⁹, perderá valor semântico dentro da dicotomia da busca por autonomia. Já que, para firmar-se como elite política é imperativo que um grupo sobreponha a outro, pois há categorias definidas de como se deve lutar pela desigualdade, tendo em vista que esta não é uma luta aberta.

³⁹ A autora utiliza essa expressão para distinguir as pessoas não brancas, ou seja, para abranger a categoria das exclusões que estão relacionadas com a cor/raça/etnia. Sabemos que no Brasil essa é uma expressão pejorativa, tendo em vista a particularidade do preconceito brasileiro estar marcado pela cor da pele, mas, entretanto, resolvemos manter a expressão no texto querendo fazer relação àquelas pessoas estão fora do padrão hegemônico, ou seja, fenótipos que fogem ao padrão europeu de cidadãos do mundo. Assim, podemos localizar esses sujeitos no lugar simbólico que foram colocados pela cultura eurocentrista.

Sendo assim, no que se refere à mulher, a categoria correspondente de luta é o “gênero”, que por sua vez, já encena a autoridade pelo combate à exclusão da mulher e por isso nega a categoria classe, raça, etnia. Pois, as categorias no campo de ação não congregam forças em união, porque assumem formas preventivas de estabilidade política, pois seus atores representam, necessariamente, o sistema hegemônico.

Fundamentalmente por isso, a sua perspectiva de exclusão descarta conjuntos articuladores e agregativos de níveis de consciência que contribuam com a visão de totalidade das causas de exclusão, tendo em vista, evitar a formação de consciência coletiva capaz de ameaçar os agentes de segregação.

Assim é mais pertinente que cada setor ou segmento sinta de maneira distinta e particular seus problemas, pois dessa forma não existirá nenhuma possibilidade de unificar a consciência as experiências através de juntá-las e transformá-las em contestação objetiva, na forma de um intenso poder popular. Não obstante seja perfeitamente aceitável e presumível, destacar cada qual a sua temática como única, exclusiva e especialmente isolada das outras.

Essa desarticulação forçada separa a vontade coletiva para unirem “atores” sob terreno seguro de um sistema dominante e normativo, colocando a disputa por interesses no nível concorrencial da ocupação dos espaços de comando, ou seja, quando o seu desencontro já é fato consolidado pela desunião imperativa de ser “o protagonista” dessas disputas, advogar-se-á uma arena para esses conflitos. A arena da Sociedade Civil.

É por isso, que os trabalhos que argumentam em sentido crítico tentam chamar atenção para o fato de que, mesmo que exista uma vontade revolucionária, ou um propósito concreto pela alteridade entre os movimentos sociais, os grupos que representam esse propósito não ultrapassam o terreno da sociedade civil, em direção de um terreno que ameace o sistema dominante. Pois no território da sociedade civil, a ação é restrita e conservadora. Existem dois motivos para assegurar esse fato: 1) há um monopólio da autoridade que possui função de regular a ordem do agir político; 2) A atmosfera que legitima esse tipo de ação legítima considerada pelo ambiente político da sociedade civil está impregnada da ideologia conservadora do *status quo* do grupo de elite.

Ou seja, existe um sistema de crenças o qual sustenta as ações sob um patamar de ideais que estabelecem o caminho próprio que poderá ser trilhado pelos movimentos políticos

quando tentam organizar-se. E esse caminho circunstancia a posição do Estado no patamar soberano de dirimir as desigualdades. Eis o engano.

Nas sociedades modernas o Estado é um acontecimento jurídico de mais alto grau da institucionalização do poder. É claro que na existência da humanidade, existiram (e existem) formações diversas de organização de poder político, mas, no entanto, porque vivemos majoritariamente sobre vigência imperiosa da modernização ocidental, essas experiências não nos destacam nenhuma significância.

É por isso que em termos políticos, todos os organismos até o atual momento de ocidentalização de nossa sociedade, atribuem ao Estado centralização suprema das decisões coletivas.

Incluirei aqui Balandier (1969), na tentativa de demonstrar o quanto essa interpretação de Estado é precária, pois reduz o fato estatal a seus aspectos “oficiais”, e não situa os problemas em seu verdadeiro nível, que é, em primeiro lugar, político.

As hesitações e incertezas que estão compostas nesta acepção são reveladoras e mostram o quanto é difícil conceber uma organização política não estatal. Isso expõe o quanto o nosso pensamento está corrompido por “um tipo de referência, o do Estado moderno, elaborado na Europa, que quer servir de modelo exclusivo a todas as sociedades políticas novas em curso de construção” (BALANDIER, 1969, p. 117).

O autor citando estudos da sociologia compreensiva para o modelo de Estado recorre a Julien Freund⁴⁰ para destacar algumas características cruciais desse tipo de organização do poder social, que servem à nossa discussão neste momento.

Segundo Freund, em primeiro lugar, devemos notar que existe uma distinção rigorosa, neste modelo, entre o exterior e o interior que representa a intransigência e a autoridade da sua estrutura. Segundo, que sua unidade política ocupa espaço nitidamente fechado e delimitado às demandas que não são as demandas do grupo. E por último, que esta concepção cumpre uma apropriação total do poder político, ou seja, exige a total repulsão a todas as outras

⁴⁰ Julien Freund é sociólogo e filósofo francês, principal introdutor do pensamento do Max Weber na França.

formas de poder que tenham origem não estatal, ou que emane do exterior da sua autoridade soberana (BALANDIER, 1969, p. 117).

Então, para entender o quanto essa posição é especial, do ponto de vista do quanto os movimentos sociais estão imbuídos delas, podemos empregar o exercício de entender proposto por Balandier que visa compreender a importância da existência do Estado é compreender,

o movimento pelo qual a sociedade cria para si um Estado, e apreender este último em sua relação com a totalidade social, é entendê-lo como expressão oficial (e simbólica) do social e como instrumento de conservação das desigualdades constituídas (BALANDIER, 1969, p. 120).

Para entrar em detalhes das desigualdades constitutivas do Estado, observamos também em Durkheim as formas de solidariedade e como elas empenham-se em demonstrar as fisionomias históricas assumidas pela sociedade política que se expressa na noção de Estado moderno. Para tanto, observamos que essas fisionomias estão constituídas a partir da divisão do trabalho.

Em essa analogia a essa proposta, Balandier evoca em Durkheim o seguinte dilema:

o Estado é um organismo que se tornou preeminente no conjunto dos grupos sociais que constituem a sociedade política. Grupo especializado, detentor da autoridade soberana, é o local onde se organizam as deliberações e onde se elaboram as decisões que interpretam a toda a coletividade (BALANDIER, 1969, p. 120-121).

Entretanto, apesar de o argumento do Estado jurídico ser um fenômeno material e real, porque congrega normas e leis fixas que dão-nos uma sensação congruente de que esse tipo de organização conta com corpo e vida própria. Balandier chama atenção que, de acordo com a fisionomia histórica da sua sociedade política, ou seja, do grupo que ocupa o espaço que é chamado de Estado, fica exposto que esta é uma concepção mística, uma metáfora que a sociedade política faz de si própria, se colocando à nossa frente e tentando existir para além de sua realidade metafísica, fato denuncia sua real fundamentação. Nesse caso, diz Balandier, percebemos que o conceito de Estado é alegórico, pois que recorre a introdução de uma crença de que tem esta capacidade de pensar e agir, que faz deste um agente do pensamento

social “neutro, que não representa interesses de classe. Quando na realidade trata-se de um ambiente vazio e abstrato que só chega ser preenchido pelas concepções morais e elitistas da filosofia política que faz dele um ambiente fechado e restrito à sociedade que lhe compõe.

Portanto, retornando à ideologia do Estado como ponto único e central da ação política, significa dizer que apesar de haver mais de um sentido prático para executar a meta ou ação dos grupos que tem por condição elevar suas demandas políticas, temos, porém, apenas uma teoria de poder que é legítima. Eis aqui a falsa verdade que leva os movimentos sociais a embarcar na luta por ocupar o Estado.

Sobretudo, quanto a isso, precisamos acrescentar que o engajamento dos movimentos sociais nessa ideologia do Estado soberano em dirimir as diferenças e discriminações que existem de uns grupos sobre os outros, não se dá puramente pelo argumento cru da ocupação do espaço estatal. Ela é disseminada ainda por outros canais igualmente (e ainda mais) “neutros” a essa perspectiva de disputa que a corrida pelo poder estatal nos remete.

A fé no desenvolvimento e progresso é um exemplo que nos leva direto para este ponto. Pois, é nitidamente notório o quanto sempre nos foi unânime, mesmo entre os desejos revolucionários, que o Estado fosse mais progressista e conduzisse de maneira objetiva o desenvolvimento dos seus grupos sociais.

Então, de fato tivemos outras tentativas práticas de expressar o poder na modernidade, todavia, o valor imperioso que o poder assumiu na mentalidade política dessas alternativas demonstra que foi sempre o mesmo para todas as maneiras de pensar a sociedade até agora. Ou seja, desenvolvimento e progresso, foram os meios e/ou os fins para a conquista da autonomia.

Por consequência, mesmo o estilo fomentado pelo pensamento revolucionário nas Ciências Sociais contemporâneas que foi desejoso de mudanças, esbarrou seu alcance no conservadorismo prático que baliza a legitimidade da ação em direção a ideologia de um Estado (formal) progressista e inclusivo.

Por essa razão é que procuro apontar o quanto os movimentos sociais modificam suas pautas e transformam sua morfologia quando entram em relação com o Estado, deixando de

ser o que eram no momento da sua necessidade de insurgência e passando a operar como delegados da classe burguesa, como ferramentas de promoção do poder da elite.

Mas, quanto a isso, acrescento ainda, que é também uma fraude acreditar que as barreiras de promoção de igualdade encontram-se essencialmente e isoladamente no Estado. Pois se assim fosse, tomar o Estado seria o suficiente e já experimentamos na história que essa não é uma saída tão simples para o agravamento do problema. Sendo assim, os movimentos sociais que se encontram neste ambiente não atravessariam por tantas dificuldades para colocar em prática as perspectivas de sua gênese revolucionária. Por conseguinte, avaliamos, neste trabalho, que o problema encontra-se no tipo de mobilização impregnada na sociedade civil. Vejamos.

Desenvolvimento e progresso, tanto quanto “*inclusão*” e “*progressista*”, são termos que carregam cargas ideológicas de mesmo valor. Pois, nos dois casos, está pressuposto a posição conservadora do *status quo*, que encobre o conflito entre classes e confere autoridade aos interesses de subsunção dos grupos subalternos.

Dissemos que o movimento feminista interpreta esse campo antagônico, por fazer parte de um desses agentes de mudanças da *esfera pública* que advogam a favor da escolha de categorias que subjugam as outras na raiz de manutenção de seu poder como movimento social que liberta a mulher do amálgama da não participação no mercado capitalista, mas não interroga a perversidade desse mercado.

Pois, está presumindo que o campo das lutas sociais contemporâneas, por si só já são ambientes de inclusão. O argumento tal como elaborado dessa maneira, fecha uma tríade da hegemonia (capitalismo, racismo e patriarcado), que como vimos no capítulo anterior, reunirá o produto principal da sociedade de classes, ou seja, alienar-se-á à utopia de que a democracia social e a participação de segmentos sociais femininos no Estado, promove a equidade de gênero.

Veremos o quanto esse discurso, aqui acionado por Spivak, não poderia estar longe da discussão sobre a economia política⁴¹, tendo em vista, sobretudo, a disposição da ordem internacional da divisão do trabalho que divide territorialmente as nações e simbolicamente seus sujeitos nacionais. Pois, como objetivamente aponta a pensadora indiana, acrescenta camadas de marginalização (territorial e simbólica), à medida que expande a degradação do Outro pelas mesmas vias que expande os ganhos e lucros através do desenvolvimento ou modernização das relações sociais e políticas que apregoa.

Spivak é importante na frente desta discussão, porque é uma das poucas feministas conhecidas no cenário mundial que trás no debate sobre “a mulher”⁴², a questão da mistificação dos grupos subalternos através da divisão internacional das categorias estruturantes da exclusão. É essa estrutura que determina quem obterá a legitimidade de ser incluído no contexto do capitalismo e quem fica de fora da sua política hegemônica, corroborando da manutenção das diferenças entre seres sociais que são também matéria de consumo notável à expansão e crescimento do mundo moderno e ocidental. Esta é para Spivak, a nova faceta do já conhecido imperialismo.

Sobre o trabalho e sobre-trabalho

Conforme nos foi sugerido em Durkheim, o trabalho tem centralidade na sociedade moderna. Não é por acaso que a existência desta é marcada pela revolução industrial que inaugura nova forma de sociabilidade e esta sociabilidade se funda na solidariedade orgânica, ou seja, no tipo de trabalho que cada pessoa desempenhará na estrutura social e que complementarará o seu equilíbrio. Justificando a existência de cada uma das razões existentes através da função essencial que exerce em manter esse quadro (a sociedade como ela é).

Assim em alusão a essa estrutura observamos que para ser salvaguardado o lucro a partir da circulação de mercadorias, justifica-se a necessidade de obtermos um espaço criado especialmente para escoação desses bens de consumo – produto próprio do estilo de sociedade industrial. Entretanto, para existir a produção de todos esses bens de consumo, assim como

⁴¹ Justificamos desse modo, por que damos o nome para nosso trabalho de “Política para as mulheres ou o feminismo de Estado?”. Pois trata-se de, através dessa experiência da inclusão da mulher na política, indagar a cerca de qual mulher a sociedade de classes deseja, ou mesmo, aceita ser incluída no seu jogo político.

⁴² Vimos no capítulo anterior que Heleieth Safiotti merece igualmente o prestígio pelo conteúdo de suas descobertas, no entanto, a nossa intelectual feminista ainda não é tão conhecida como Spivak.

para consumi-los de forma voraz gerando mais lucro e assim o capitalismo atingir o seu fim, será imperioso mantermos um conjunto de mão-de-obra que sirva para atuar na linha de produção desses bens. Ao mesmo tempo em que aquece o consumo por meio de seus desejos intensos de possuir coisas, ou precisarem delas para viver. Pois se não for assim, teremos uma falha geral do funcionamento da sociedade, um colapso, uma desintegração social fatal para a saúde geral dos indivíduos, uma anomia, que poderá inclusive conduzir-nos ao cometimento do suicídio. Pois, aprendemos desde a nossa tenra existência que o mundo funciona dessa maneira e assim tem que ser.

Foi por essa razão que o *ethos* social da modernidade ficou responsável pela abolição da escravidão. Pois carecendo cada vez mais de mercado, colocou a necessidade de todos os elementos sociais atuarem em pé de igualdade na sociedade (de consumo). Se colocando, neste sentido, como um sistema democrático que inclui todos os segmentos sociais, abrangendo negros, mulheres e demais sujeitos até então subalternos. Visto que, até o advento da sociedade moderna somente os homens aristocratas de parentesco real, eram considerados co-participes da sociabilidade presente.

A sociedade industrial insere deste modo na sua categoria de mão-de-obra, os segmentos sociais que experimentaram escravidão em outros regimes. Homens comuns, mulheres, negros e mouros ascendem a uma condição especial dentro do capitalismo (em exceção, os sujeitos étnicos. Voltaremos neste ponto).

Então, sociologicamente falando, descrevemos que a maneira de conceber a integração social traz o trabalho como o centro organizador da sociedade. Dessa forma, alegamos que a sociabilidade em função do trabalho é tão significativa para a nossa concepção de mundo, que nossa experiência de vida é recortada por um mundo do trabalho e um mundo do desemprego, ou subemprego.

Essa visão sugere conseqüentemente que há uma separação nítida entre um mundo iluminado pela possibilidade da aquisição de bens – de imediato, as carências essenciais e em consecutivo, os desejos de consumo superficiais. E um mundo das trevas, onde reina a miséria, em que as necessidades fundamentais também são fontes de desqualificação da

humanidade do homem⁴³, aproximando pulso de vida a expressão subjetiva rude das condições de resistir e sobreexistir, e lá onde (no íntimo ou lugar longe) se confundirá facilmente natureza e violência numa só ocasião de viver.

A CONFLUÊNCIA PERVERSA DA IDEOLOGIA - DESENVOLVIMENTO E PROGRESSO

Então dissemos que o capital sobrevive da mais-valia nas relações desenvolvidas do trabalho assalariado, e sua principal base, será, portanto, a jornada de trabalho. Esse é um tema amplamente discutido na Sociologia e por isso não retomaremos aqui essa discussão. Mas, partiremos desse princípio para nos indagar a cerca de algumas questões. Por exemplo: e quando o trabalho não é regulamentado por regras e leis formais da mão-de-obra do seu o ambiente em primeiro plano? Ou, quando categorias previsíveis ou que foram quantificáveis pela Sociologia tradicional não alcançam esse trabalho?

A sociedade é uma tradição urbana dentro da Sociologia, portanto, o trabalho, para esta tradição, é o trabalho urbano, fabril, industrial, ou do setor de serviços. O trabalho não moderno, ou não urbano (ocidental), entra na categoria das Ciências Sociais como de solidariedade mecânica, ou aquele que se dá pela crença, misticismo, consciência irracional, bruteza, e desprovido de consciência social. Ou seja, se refere exclusivamente a mundos arcaicos, longínquos, formas tribais, que por sua vez não são sociais, pois tratam-se de comunidades no sentido antagônico do termo sociedade, pois, aqueles são espaços do não pensamento, do irracional e portanto não recebe a qualidade do que é público, pois não representam o progresso ou mais especificamente, não se referem ao mundo.

Neste ambiente o trabalhador é livre? Apenas parcialmente. Pois o conceito de liberdade alcança só até onde o termo trabalho assume conceito histórico posterior ao período escravista. Visto que, além de ser trabalho não totalmente livre é ainda, duas vezes mais sobrepujado, pois que atua primitivamente na estrutura de acumulação do capitalismo e é peça chave da sua expansão e consistência.

⁴³ No sentido de ser humano. Também contestamos a associação automática que a nossa linguagem faz entre ser humano e homem, no entanto, não dispomos de outro termo que melhor diz sobre esse sujeito da ação que foi construído pela história e, junto com a linha oficial da história, é o foco principal da ação do mundo, aquele dá/deu significado a natureza humana, tal qual concebem os filósofos e cientistas naturais, ou seja, Homem: caçador – aquele que se move pelos instintos e carrega nas suas entranhas pulsão de morte e violência.

Mas, entretanto, essa força de trabalho que aqui se constitui, se funda num atributo *desqualificado* para a venda e nesse caso, a troca de sua energia produtiva ocorre num ambiente muito mais perverso e sofisticado das relações de trabalho, tal qual conhecemos do ambiente urbano. Pois, conta com um tipo especial de *semi* legalização dos direitos dos trabalhadores que o executam, simplesmente porque não estão nos horizontes dos operadores de políticas, nem nos setores que advogam-se inclusivos, em geral, esses trabalhadores ficam muito mais a mercê das relações clandestinas de recrutamento para o capital. Em síntese, um espólio muito mais acessível e mais descartável também.

É nesta sorte que se constrói uma força de trabalho peculiar, inferior, e que será recrutada por blocos econômicos de natureza ainda colonial, (mesmo que o colonialismo já tenha sido banido historicamente da história oficial da humanidade). Tal qual, por exemplo, podemos citar o trabalho de peonagem, ou escravidão por dívida que frequentemente são “descobertos” nas fábricas de carvão, pelo interior, usando muitas vezes crianças, ou mesmo nas indústrias sucroalcooleiras explorando gente através do estilo de trabalhador *bóia-fria*, aqui onde a expressão mais moderna para a antiga exploração da economia da cana, ainda vive e se refaz.

Quanto a isso, Almeida, no trecho a seguir nos aponta:

A gravidade da situação no campo pode ser revelada quando analisamos os conflitos trabalhistas que se dividem em: “Ocorrências de Trabalho Escravo” e “Ocorrências de Superexploração e Desrespeito Trabalhista”. Esta divisão visa explicitar que temos trabalho escravo no Brasil do século XXI. [...] Quando o assunto é trabalho escravo, símbolo maior da barbárie, o Centro-Oeste comparece de forma significativa, inclusive no período de 2006 a 2007 houve um aumento das ocorrências e do número de trabalhadores libertos. Em 2006 foram 627 trabalhadores libertos e, em 2007, tivemos 2.409 trabalhadores libertos [ou seja, ele persiste] (ALMEIDA, 2009, p. 13-14, *grifos nossos*).

Esta atividade implica para o capital, a retirada ainda mais absoluta de mais-valia, sob emprego nas atividades de *fronteira* da linha de produção do capital, que distingue trabalho útil para o desenvolvimento do conhecimento tecnológico e trabalho invisível que não carece de legalização nem atenção, pois é desempenhado por setores sociais (pessoas) não reconhecidos de humanidade na era da razão. Eximindo da necessidade de investimentos e tributos sociais do trabalho aquela sociedade que está imbuída da raiz evolucionista que

coloca o centro e a periferia dispostos em um paradigma crescente civilizador. Em que o centro é sempre o objetivo final de todo o progresso.

Esta lógica expõe a lógica do capital e aponta sua autonomia de controle sobre as atividades fins, tanto quanto, e principalmente o domínio do início da produção.

Para essa análise, Martins (1989) expõe de maneira teórica uma informação eloquente:

A criação de excedentes populacionais, cuja utilidade está na exclusão do trabalhador do processo de trabalho capitalista e sua inclusão no processo de valorização de formas indiretas de subordinação real do trabalho, por via de relações clandestinas (...) é também o núcleo da concepção do subalterno (MARTINS, 1989, p. 99).

Conforme Spivak, essas já conhecidas formas de exploração do trabalho são recriações contínuas das relações sociais expoentes que foram das colônias e que agora, caminham junto ao progressivo desenvolvimento das forças produtivas, cada vez mais modernas e arrojadas no campo dos negócios. Pois, desde que contam com ampla adesão da opinião pública, como o grande fenômeno desenvolvidor das regiões do mundo, esse é o tipo de sociedade agrega uma corrente vigorosa de colaboração ideológica.

Neste sentido, aproveitamos para de pronto dizer que, o lugar que ocupa um indivíduo ou grupo subalterno não se trata de uma condição contingencial apenas, que será resolvida a partir do desenvolvimento das relações modernizadoras ou desenvolvimentistas, como tende a se convencer os formuladores dos indicadores sociais. Pois, uma característica levada a sério pelo capitalismo é sua maleabilidade de atualizar os processos de subalternização que estará cada vez mais presente na sua moderna caracterização. Assim como, o negro, a mulher, o índio (de ontem e hoje), há novos subalternos sendo criados e mantidos nesse processo, garantindo a ampliação e diversificação dos grupos e classes subtraídos, atualizando constantemente um repertório cíclico que foi de colonialidade, mas que ainda não se findou (sobrepunhando operários nas periferias, expropriando camponeses pobres, alijando povos tradicionais).

Os camponeses, ou, a população que vive no e do campo, são referências absolutas para estas considerações de colonialidade as quais nos referimos neste trabalho. Em síntese, são eles, o grupo emblemático da condição subalterna, uma vez que sintetizam dilemas

políticos e históricos das classes incluindo o dilema de como são vistos pelos grupos intelectuais.

Desde o surgimento das cidades, a imagem do camponês sofre uma dupla mitificação, pois convive lado a lado um desprezo pelo “rústico” e uma imagem romântica do “lavrador” ou do “pastor”, ou são mantidas onde estão sob um “elogio da aldeia”. Já no plano político a tendência é serem vistos como reacionários, ou então repositórios de grandes esperanças revolucionárias (PAULILO, 2004, p. 232).

Dessa forma, a imagem que as elites produziram deste sujeito ao longo da história tem a ver com a valorização que ela própria fazia sobre razão e emoção. Daí decorre visões opostas do camponês. Ora representado como um ser puro, quando a emoção falava mais alto, ora como um ser bruto, quando se valoriza mais a razão. Como notamos, as expectativas são diversas e por isso eles não são deixados falar.

Referências como essas resgatam para o cotidiano, situações promulgadas da situação da mentalidade colonial que se misturam ao *status* do trabalhador que é tecnicamente livre, mas sobrepujado pela falta de condições de trabalho, que eleva sua dignidade à tornar-se cidadão reconhecido do processo histórico do desenvolvimento da humanidade. Eis aqui a base para a subalternidade desses sujeitos.

A questão da subalternidade foi desenhada de maneira sistemática, por dentro do marxismo, a partir do texto trabalhado por Gramsci que ao indagar problema sobre a *questão meridional*⁴⁴ na Itália tenta explicar que o processo de apreensão da alteridade do outro não pode incluir o progresso como elemento implacável a partir do ponto de vista iluminista. Pois, atingir essa premissa de alteridade devemos, primeiro de tudo, livrar-nos das imposições de

⁴⁴ O texto se refere ao estudo de Gramsci (1926) sobre o impasse entre os comunistas do Norte da Itália que tentavam afirmar a superioridade da classe operária na condução do processo revolucionário que compreendia a direção política dos camponeses do Sul, uma região menos desenvolvida de acordo com a mentalidade ocidental de progresso da tecnologia, indústria e ciência, argumentando que essa leitura baseia-se na leitura superficial de o “18 Brumário...” em que Marx apresenta os limites da classe camponesa enquanto classe para si, ou seja, apontando esse como motivo pelo qual a classe camponesa foi sendo inserida nos processos de revolução no curso da história, sempre tolhidos da possibilidade de participação da condução histórica e política como classe que conhece suas demandas, mas pelo contrário colabora a partir de um esquema de alienação política. Tendo em vista tal grupo/classe experimentar um histórico de dominação por parte de grupos que sob a chave revolucionária, contou com o convencimento de sua cooperação, mas serviram apenas de combustível para efervecência das energias de revolução sendo depois recolocada sob direção da classe burguesa na ordem social hierárquica.

valores universais, de perspectiva historicista, inventado pela civilização ocidental e estendida a certos grupos e classes vistas por fora da ideologia do desenvolvimento do capitalismo (REIS, 2012).

Anuímos o argumento de que essa ideologia cria um ambiente propício para o capitalismo, difundindo uma expectativa falsa em relação ao desenvolvimento das relações de produção que se estende às relações sociais mesmo em ambientes que se propõem a movimentar a mudança radical da sociedade.

Essa mentalidade em realidade alimenta um ambiente dinâmico que circunstancia um sentimento de anti-apoio às lutas do campo. Concepções como estas conseguem distorcer as referências camponesas, que são, em realidade, manifestações de oposição às consequências do progresso que destrói outros tipos de sociabilidade e em nome de colocar o bem e o mais ajustado, se coloca na contramão da coletividade da propriedade que é centro da forma de vida da comunidade campesina (incluindo a forma de vida indígena).

Puxamos um gancho aqui para incluir a discussão que encontramos em Mariategui (2005) e aproveitamos para deixar claro a questão sobre a urgência de superar não o método do marxismo, mas a perspectiva européia no ato de oposição ao capitalismo. Em outras palavras, argumentamos sob perspectiva de Mariategui de descentralizar o pensamento revolucionário do axioma corrompido pela ideologia do progresso, que tem como referencial o ambiente urbano a partir de uma visão linear da história universal compartilhada por grande número de leituras marxistas que não enxergam o equívoco.

Em sua proposta, Mariategui inclui uma visão dialética entre presente, passado e futuro incluindo camponeses e indígenas no que chama de indianismo revolucionário, destacando-se do romantismo camponês e indígena encontrado nas leituras antropológicas indigenistas e da sociologia francesa da comunidade. A proposta de Mariategui para a América Latina é de um socialismo que fosse além de cópias e recalques do desenvolvimento eurocentrista. Pois aqui, os índios deixam de ser objeto de exploração de pesquisa sobre o outro e passam ser encarados como sujeitos de resistência contra o desenvolvimento capitalista, por ser portadores da herança de um passado comunista original – que já era presente em Marx (TIBBLE, 2009).

1.2 PARADOXOS CENTRO-PERIFERIA

As relações paradoxais do campo e cidade constitui um sujeito rural desencaixado. Menegat (2013) destaca como exemplo desse desencaixe, a luta das mulheres pela resistência nos assentamentos rurais no pantanal sul-matogrossense. Lugar em que as dificuldades de produção são de tal aporte que faz com que mulheres assentadas realizem trabalho doméstico na cidade para sustentar a permanência da família no lote (MENEGAT, 2013).

Já Paulilo (2004) coaduna nosso argumento de que o transformismo⁴⁵ das demandas dos trabalhadores do campo vai tão longe que uma série de desqualificação do sujeito camponês foi agitada no decorrer do historicismo agrário fazendo com que a construção da identidade social do campesinato, migrasse em direção de um novo modo mais “neutro” de reconhecimento político de sua categoria social.

O princípio que prescreve a necessidade dessa mudança é o peso do conflito que carrega a significado expressivo de ser camponês. O deslocamento do referencial que nega o sentido de camponês, procura agregar as demandas do trabalho no campo em torno da identidade da agricultura familiar, mas esta é uma tentativa tão artil, que não existe uma categoria de trabalho familiar ou um apontamento específico que classifique todos os trabalhadores da família como trabalhadores agricultores da unidade econômica familiar. Apenas o chefe da família possui um registro de trabalho como este, e este registro encontra-se agregado sob a categoria agricultor, termo que não distingue grandes capitalistas de pequenos produtores.

Esse é um nó que amarra a unidade economia e faz dela um problema em desfavor dos trabalhadores como veremos a abaixo:

Embora exista no Brasil a agricultura familiar enquanto tipo de empreendimento econômico, não existe a categoria profissional ‘trabalhador familiar’. Nas estatísticas, com exceção do homem, considerado como responsável pela exploração, a esposa e os filhos

⁴⁵ Tomamos de empréstimo de Antônio Gramsci, o termo Transformismo para destacar nosso argumento. O conceito de transformismo está bem definido por Simionatto no trecho que diz: “significa uma experiência privada de hegemonia, de elementos capazes de possibilitar o encaminhamento de transformações e reformas profundas, excluindo da vida democrática amplos setores populares. Agrega-se ao transformismo a noção de “revolução passiva”, uma revolução na qual os principais sujeitos históricos são excluídos do processo e cooptados pela hegemonia de classes totalmente alheias aos seus interesses (SIMIONATTO, 1998, p. 48).

aparecem como ‘membros não remunerados da família. [...] Embora, segundo o Censo Agropecuário 1995/96, os agricultores familiares representem 85,2% do total de estabelecimentos agrícolas do país, não há no nosso direito um estatuto que ampare o trabalhador familiar (PAULILO, 2004, p. 245-246 *grifos da autora*).

Paradigmas como esse que reúnem os dois ambientes numa lógica de interação e troca de relações econômicas e sociais fazem das relações campo-cidade relações permeadas por dificuldades de integração entre os sujeitos de um e outro ambiente. Essas dificuldades são alimentadas pelos padrões de pensamento, que mesmo nos espaços de discussão sobre o rural, serão persistentes. Por exemplo, as políticas de reforma agrária fazem parte de um circunscrito da lógica perversa que trata do desenvolvimento do campo por via da referência de modernidade das relações sociais e da agricultura, que pressupõe a integração rural ao mundo moderno como se aquele espaço/forma de vida não tivesse sua própria essência e suas preferências de sociabilidade política, econômica e social.

Ramiro (2013) arremata o paradoxo assinalando que o imaginário que o cidadão da cidade faz do sujeito do campo faz parte do constructo do anti-apoio aos movimentos populares do campo. Essa lógica é a base que sustenta a dirigência da elite agrária.

1.2 CIDADANIA PRA QUEM?

Martins (1983) desde longe vem denunciando que camponeses, indígenas, extrativistas, posseiros, não fizeram/fazem parte do pacto político de cidadania deste país. Tendo em vista que todos esse projetos de vida estão desonrados pela legitimidade da construção de uma sociedade política asséptica e de referenciais de urbanidade (limpeza) da disputa política.

A cerca disso, Castro-Gomez citando o trabalho da pensadora venezuelana Gonzalez Stephan explica:

Existem três práticas disciplinares que contribuíram para forjar os cidadãos: as constituições, os manuais de urbanidade e as gramáticas do idioma. [...] Por isso o projeto fundacional da nação se leva a cabo mediante a implementação de instituições legitimadas pela letra

(escolas, hospitais, oficinas, prisões) e de discursos hegemônicos (mapas, gramáticas, constituições, manuais, tratados de higiene) que regulamentam a conduta dos atores sociais, estabelecem fronteiras entre uns e outros e lhes transmitem a certeza de existir dentro ou fora dos limites definidos por essa legalidade escriturária. [...] A formação do cidadão como “sujeito de direito” somente é possível dentro do contexto e da escrita disciplinar e, neste caso, dentro do espaço de legalidade definido pela constituição. A função jurídico-política das constituições é, precisamente, *inventar a cidadania*, ou seja, criar um campo de identidades homogêneas que tornem viável o projeto moderno da governamentalidade. [...] A aquisição da cidadania é, então, um funil pelo qual só passarão aquelas pessoas cujo perfil se ajuste ao tipo de sujeito requerido pelo projeto da modernidade: homem, branco, pai de família, católico, proprietário, letrado e heterossexual. Os indivíduos que não cumpram com estes requisitos (mulheres, empregados, loucos, analfabetos, negros, hereges, escravos, índios, homossexuais, dissidentes) ficarão de fora da “cidade letrada”, reclusos no âmbito da ilegalidade, submetidos ao castigo e à terapia por parte da mesma lei que os excluí (GONZÁLEZ STEPHAN, *apud* CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 171-172, *grifos do autor*).

Entretanto, como dissemos anteriormente, o projeto de vida dos sujeitos do campo é recriar o estilo camponês. Farias (2013) esclarece que os movimentos sociais do campo trabalham no sentido de construir pontes entre campesinato e mercado, mas, sem abrir mão do projeto de utopia de um novo lugar, novo espaço de vida. Recria laços de solidariedade, relações humanas, organização social do espaço (coletivo), restabelece os sentimentos de pertença à comunidade e sentimentos desfeitos nas relações capitalistas, urbanos e objetivos, característicos da modernidade.

Infelizmente quando essas concepções não são compreendidas, mesmo pela corrente crítica do pensamento político, denota que esse pensamento está fundamentado por ideais mais fixos do interior iluminista de sentimento burguês do intelectual. Pois, à medida que o político aparece como território de outras classes, os povos do campo, e suas lutas, deixam de ter importância de reconhecimento na luta política por mudanças (tal qual é o caso das lutas indígenas que não alcançam *status* de lutas políticas e nem de lutas de classe).

Isso acontece porque o intelectual de Estado só consegue aperceber-se daqueles que considera incluídos no mundo capital. Pois, adotam a velha visão fetichizada do processo político e da função do Estado, e por isso se recusam dar atenção ao fato de que o organismo estatal está a serviço das classes dominantes.

Então, lutar por meio desse organismo significa distorcer a gênese da vontade política pelo poder popular. Por isso, “um discurso que unifique retoricamente as classes subalternas não produz a unidade. Ao contrário, mistifica as interpretações de sua realidade” (MARTINS, 1989, p. 107).

Assim, considerar a extensão e os limites do conceito de sociedade civil considera também, e antes de tudo, que encontraremos conflitos de interesse e conflitos políticos entre si neste ambiente político, onde modelam-se os cotejos por méritos.

É por esse fato que o encargo da tradição gramsciana é pertinente, pois, considera a diversidade das situações de subalternidade, pela sua riqueza histórica, cultural e política. Visto que, “a categoria de subalterno é certamente mais intensa e mais expressiva que a categoria simples de trabalhador” (MARTINS, 1989 p. 98), pois indagar-se a cerca da subalternidade “desatando as contradições internas que não são apenas contradições principais do desenvolvimento do capital, da oposição burguesia-proletariado” (MARTINS, 1989, p. 98), mas traz dimensões mais amplas que “não expressa apenas a *exploração*, mas também a *dominação* e a *exclusão* econômica e política” (IDEM).

É a partir de Gramsci que nos lançamos nesse debate. A partir do princípio de que a classe subalterna é formada da classe operária, dos camponeses e dos povos coloniais. É aqui que acrescentamos que a artimanha de forjar essa classe pelos manuais de civilidade que tenta criar uma identidade nacional universal para a subalternidade brasileira que invisibiliza as categorias de trabalho dos povos do campo e assim negam suas experiências de vida e organização política.

É exemplo disso os trabalhadores braçais, cortadores de cana, de ambos os sexos que atuam nas usinas no interior do Brasil, incluindo no estado de Mato Grosso do Sul, que não estão previstos pelas legislações e por isso dão condições ainda mais desumanas à expansão do capital e para quem não se volta nenhuma política pública.

E é nesse caso, que somos coagidas a ovacionar o feminismo por poder contar com mulheres ocupando funções nas áreas do setor sucroalcooleiro, nas tarefas que envolvem, principalmente, a condução de maquinário para colheita. Esse é o teor das conquistas exaltadas equidade de gênero. A de que hoje temos mulheres assumindo postos de trabalho que estão relacionadas com a força física e estereótipo masculino de personalidade de um

capataz. E não de que o de trabalho na usina é degradante tanto para o meio ambiente, quanto para as relações de trabalho da qual se alimenta, ou seja, da mão-de-obra barata que ela emprega e do sistema de rotatividade que mantém regulado o preço médio do salário pago (baixo) nesses confins.

Essa ideia de avanço nos leva a ideia da “correção dos efeitos do patriarcado” que, tomada pela proposta em si mesma, como observa Safiotti (1969) já citada no capítulo anterior fomenta um feminismo elitista que desconsidera as clivagens de sujeição que atravessam a experiência da mulher subalterna.

Essa é a ideia de um feminismo governamental representado na sociedade civil, que prevê que sejam identificados espaços em que a mulher está excluída, ou encontra-se mal representada (do ponto de vista da imagem/estereótipo), para que sejam formuladas estratégias de reversão desse quadro. É assim, que as instituições assumem compromisso de “inclusão” desses novos “atores sociais”. Por isso também, temos cotas reservadas para mulheres nos partidos políticos. Mas inclusão, mesmo. Não temos.

Essa estratégia de inclusão é a unânime nas políticas públicas. Se pensarmos que o apelo pela “equidade” é reservar espaços para as mulheres em lugares onde os homens estão historicamente dominando o cenário. A sensação que nos despertará é que temos no sujeito masculino enquanto o inimigo supremo da autonomia da mulher. E assim, será bem mais fácil atribuímos a esse sujeito, toda a história de violência⁴⁶ e aniquilamento da subjetividade feminina. Dessa maneira, estamos protegidas de pensar que esses fatos estão conectados a estruturas muito mais complexas de opressão e violência, são parte de sistemas de exclusão estruturadas e abrangentes.

Pois, como é o caso da indústria da cana-de-açúcar, não importará nos preocupar o quanto a atividade das usinas substitua a diversidade da fauna e flora por extensos hectares de monocultura que prejudicam o potencial orgânico do solo; que a queima da palha da cana produza efeitos tóxicos na atmosfera, causando doenças através dos resíduos que lança no ar atingindo a população das cidades em torno dos canaviais; que aumentam a quantidade de agrotóxicos utilizados para os novos plantios. Além da mão-de-obra mal paga e precária

⁴⁶ Não que esse não tenha a sua parcela de culpa.

oriunda do corte da cana; e também dos registros de trabalho escravo que contabilizam as usinas sucroalcooleiras, os problemas sociais que a migração temporária de trabalho nas usinas deixam para as cidades, aumentando a quantidade de mães e filhos desamparados, enquanto que em outras cidades novas famílias são formadas e depois esquecidas.

Mas, o que importa é que as empresas estejam engajadas em programas de equidade, colaborando para a inclusão do sujeito “mulher” no mercado de trabalho. Mantendo figuras femininas em seu quadro de operação de maquinaria para a colheita, provando que isso pode, também, ser serviço (mal pago) de mulher.

Do mesmo jeito, se dá a ideologia da participação política pelo país. O governo investe em consultas populares para dar uma personalidade popular ao poder oligárquico, uma face humanizada ao controle burocrático de um Estado que segrega e precisa criar um ambiente *democratizado* para o sistema político formal ser legitimado.

Sendo assim, se assumirmos que há um certo nível ilusório nos modelos de identidades sociais nessa virada de perspectiva contemporânea de luta por autonomia, perceberemos que há categorias que são especialmente criadas para ser replicadas no rol do festival democrático, incluído no discurso do progresso e avanço simbólico da inclusões. Esse fato pode ser observado no deslocamento do contexto da subalternidade, pois ao invés da revolta pelo sistema de exploração desse setor de degradação humana e ambiental temos que sentir-nos felizes e motivadas pela gloriosa inclusão da cana.

Não por acaso, foi por onde se firmaram as lutas sociais na difusão democratizante do mundo, ou melhor dizendo, nas sociedades civis organizadas onde não se empregam antagonismos, mas pluralismos, e esses transformam-se em segmentos sociais, pois a disputa por alteridade neste nível não está mais presente. Visto que, a disputa desde o momento de acesso ao circuito da sociedade civil é uma luta por autoridade.

Sendo assim, neste jogo o que está em disputa é ocupar os espaços de poder. Mas, quem os ocupa, e a partir de quê, é tema vencido na transição dos movimentos sociais para as ações coletivas da “esfera pública”.

Reconhecer isso significa perceber também, que houve (e ainda há) um período em que movimentos sociais se juntaram (e ainda se juntam) por motivos de fortalecer resistências

contra a exploração. E não querem a pacificação desse espaço, ou seja, se posicionam contra a violência de um ente que exclui (o Estado), e não pela autoridade de quem o comanda⁴⁷. Em outras palavras, agem pela ruína desse modelo garantidor do privilégio exclusivo. Entretanto, esse debate está hoje suplantado pela regra do jogo, e a regra do jogo é entrar em confronto não com modo de produção, mas com os agentes que administram esse cartel.

É por esse motivo que assinalamos que o centro do foco da atuação dos movimentos sociais da “esfera pública” é entrar em atrito com a sociedade política pelo alcance de socializar o domínio e não de detê-lo.

É por isso também que entre eles não se faz um debate direto sobre o poder, sobre quem é, e o que representa o poder (o poder pra quem?). Ou o quê mesmo significa alcançar esse poder. Mas, destaca-se o quanto é forte o consenso entre todos esses agentes que se deve persegui-lo acima de tudo.

1.30 AVANÇO DA MAIS-VALIA

Como dissemos, à medida que a sociedade capitalista avança, difundem-se com isto, e, sobretudo, as relações variadas e indefinidas de trabalho e vidas. Esse fato nos coloca diante da aparentemente impossível forma de como classificar o trabalho (e o não trabalho), essas variações perturbam a própria conceituação sobre o fato que há tipos estranhos de trabalho que ainda persistem.

Levadas a lugares e contextos extremos de onde a conceituação foi originária, criam-se condições próprias de falsificação a cerca do produto desse tipo de trabalho. Varias lacunas se abrem se levarmos a cargo essa percepção.

Por exemplo: o camponês pertence a que grupo social? Tem gênero o trabalhador rural? Porque toda a família não pode se registrar como agricultores familiar? Posseiro é trabalhador? Lavrador e colono são da mesma categoria? Há ainda categoria não identificada

⁴⁷ A exemplo disso evocamos a ação das mulheres da Via Campesina que ocuparam uma unidade de pesquisa biotecnológica da empresa americana Monsanto e destruíram um viveiro e o campo experimental de milho transgênico, em Santa Cruz das Palmeiras, no interior de São Paulo, na manhã desta de 07/03/2015 em véspera da comemoração do 08 de março, dia da mulher.

de trabalho? Trata-se de quê o trabalhador indígena? Ele é sujeito étnico? É cidadão? Ou autóctone? Seu modo de vida é moderno ou tradicional?

Essa é uma regra condizente com a determinação própria que o capitalismo decreta para diferentes contextos. Queremos com isso dizer que o capital cria tensões distintas fora da indústria e conseqüentemente, a concepção de desenvolvimento (desigual) não nos permite entender que ocorrem transformações profundas na concepção externa e interna do sujeito social moldado pelo trabalho na periferia.

Pois, é sob esse ponto que se produzem relações fora dos limites da lei restrita sobre a classificação e as modalidades de trabalho, fazendo com que de tão comuns, fenômenos grotescos transformem-se em fatos invisíveis e até aceitáveis. Transfigura imagens que se confundem com a paisagem do lugar (idílica/ acrítica), e confunde cenários, que de tão cotidianos, dá um ar natural àquelas sociedades que são o maior reflexo do desenvolvimento hermético do capital. Naturaliza a miséria.

Mas, se isso causa espanto, alegamos que certamente esta não é uma novidade para a economia política do capitalismo, pois,

o principal da expansão do capitalismo é basicamente isso: – os trabalhadores se transformam em trabalhadores livres, isto é, libertos de toda a propriedade que não seja a propriedade da sua força de trabalho [...] Como já não são proprietários nem dos instrumentos de trabalho nem dos objetos, das matérias-primas, empregados no trabalho, a alternativa que resta é vender a força de trabalho ao capitalista, ao patrão (MARTINS, 1983, p. 152).

Todos nós conhecemos que é esta a relação de liberdade entre os homens proporcionada pelo advento do capitalismo. A “liberdade” de não serem mais escravos, no sentido de não ser posse de um proprietário ou senhor de escravos, que coloca-nos além de livres, em posição de ‘igualdade’, no sentido de que um pode vender e outro comprar a força de trabalho. Pois, livremente um trabalha e outro paga um salário pelo trabalho feito. Essa relação, claro, só pode acontecer em contextos juridicamente específicos de contrato social, “isso não acontecia no regime escravista, nem servil da idade média”. É por isso que somos obrigados a admitir que esse tipo de trabalho assalariado é um tipo moderno de trabalho na história da humanidade, pois que liberta e ainda democratiza as relações (de exploração).

Assim,

os trabalhadores são livres para vender a sua força de trabalho [...] e são iguais ao capitalista, ao patrão [...]. A relação entre compra e venda só pode existir entre pessoas formalmente iguais. Só pessoas juridicamente iguais podem fazer contratos entre si. E porque são iguais, cada uma delas tem a liberdade de desfazer o contrato quando quiser. Entre desiguais não há possibilidade de contrato, há dominação (MARTINS, 1983, p. 153).

Igualmente, esse trabalho, de tão inédito, é um artigo de luxo em sociedades herméticas no desenvolvimento do capitalismo, e tal qual julga sua ideologia, talvez nunca tenha ocorrido verdadeiramente porque é absolutamente plástica a sua habilidade de recriação de condições novas de exploração da mais-valia.

Quer dizer, criativa em termos. Pois, onde vamos procurar trabalho encontraremos exploração, já que aquele da conceituação fabril, regulado por um contrato, que na expansão óbvia do capitalismo será estendido a todo e qualquer sujeito trabalhador (tendo em vista a globalização inevitável do capital), irá nos mostrar que a universalização se refere especialmente à acumulação do lucro, demonstrando coexistir arcaísmos de formas de vida do trabalho, junto com desenvolvimento potente das forças de produção de bens. Essa fórmula é a fórmula basilar da produção de trabalhos e vidas subalternas.

Martins complementa que,

por isso, no capitalismo só é pessoa quem troca, quem tem o que trocar e tem liberdade para fazê-lo. A condição humana, a condição de pessoa, específica dessa sociedade, surge da mediação das relações de troca (IBIDEM, p 153).

Entretanto, se o reconhecimento da pessoa humana frente a sociedade é realizada por intermédio da sua posição de trabalho dele nesta mesma sociedade, pois se as relações interpessoais são moderadas pela atividade profissional que cada indivíduo tem para oferecer à sociedade. É claro que o reconhecimento da pessoa enquanto tal será efeito da moderação entre o emprego e o desemprego, acrescentado, de quê tipo de emprego a sua posição social irá alcançar nas relações de troca.

Para entender a diferença difusa da identidade localizada entre trabalhador e desempregado, considera-se que existe uma fronteira na compreensão dos interesses dessa inédita identidade do trabalho assalariado, capaz de nos remeter a existência de uma oposição física entre as sociabilidades antagônicas do mundo social capitalista, que, longe de marcar uma linha entre antiguidade e modernidade, civilização e barbárie, complementa-lhes em sentido de especulação de mais-valia. Isso é tão forte e inquestionável quanto à sólida razão instrumental desenvolvimentista da sociabilidade capitalista pelo trabalho.

Para melhor esclarecer Spivak (2010) baliza que o capitalismo global produz um tipo de sujeito trabalhador que se reconhece sob o refluxo do emprego e do desemprego. E é essa ideologia sobre a identidade do trabalho que baseia-se na difusão de um tipo de trabalho paracapitalista, que fundamenta o sobre-acúmulo de mais-valia remontada na estrutura heterogênea do mercado de trabalho internacionalizado que controla as identidades subalternas.

Ou seja, essa é para Spivak a base atual da teoria política global sobre o subalterno, que em termos culturais funda a teoria político do “Outro”, no mundo.

Pois,

o desenvolvimento histórico peculiar da sociedade colonial não exclui a crítica da análise de classes como uma imposição normativa de um instrumento de leitura. Até onde esta crítica representa um grupo com um nome, este é o subalterno [...] esta mulher não emancipada, espaço descolonizado, estando duplamente deslocada nele, é o veículo apropriado para a crítica de uma pura e simples análise de classes. Separada do centro do feminismo, essa figura, a figura da mulher da classe subalterna, é singular e solitária [...] finalmente, a mulher subalterna esconde uma diferença entre ela e a mulher nativa da elite (SPIVAK, 1994, p. 191).

Teremos assim, além da divisão social do trabalho e sexual do trabalho; a divisão internacional do trabalho e a (aparente) insignificância de alguns sujeitos no circuito do trabalho produtivo.

Para Spivak, uma análise da luta dos trabalhadores nos revela que a teoria sobre da emancipação cultural tenta nos esconder, justamente porque é nela que se encontra expressa a natureza violenta da camuflagem de interesses forjada na transparência que essa violência

assume na teoria política da emancipação pós-estruturalista, da qual os movimentos por identidade que conceituou a subalternidade universal dos sujeitos pós-modernos, participa.

A cerca disso, Gramsci tem a dizer que alguns aspectos teóricos e práticos tomaram conta do movimento operário. Sob esse *start*, um certo economicismo tem sido a marca dos grupos intelectuais defensores da inclusão e formuladores da hegemonia *alternativa*, que por excluïrem a essência da luta de classes da sua base moral, abonaram o enfraquecimento de categorias de lutas, que de maneira isolada, (como vimos em Spivak) estão dotadas de pouca eficácia no plano da construção da almejada hegemonia para os grupos subordinados virarem dirigentes da suas próprias demandas.

Por tudo isso, Gramsci já alertava:

Deve-se ver em que medida o sindicalismo teórico se originou da filosofia da práxis e em que medida derivou das doutrinas econômicas do livre-câmbio, em última análise, do liberalismo. Por isso, deve-se ver se o economicismo, em sua forma mais completa (o sindicalismo teórico), não é uma derivação direta do liberalismo, tendo mantido em suas origens, bem poucas relações com a filosofia da práxis, relações de qualquer modo, apenas extrínsecas e puramente verbais (GRAMSCI, 2011, p. 46, *grifos nossos*).

O pensador italiano atribui para sindicalismo teórico, o mesmo codificador que Spivak dá para a *intelligentsia*, ou a força tarefa pela construção da cultura política da independência da Índia.

Por esse exemplo entendemos que na relação global entre centro e periferia uma oportunidade se abre para os grupos que pretendem fazer parte da elite local. Essa contingência pode ser observada no jogo dos interesses que exerce a nação sobre seus governados. Essa ocasião nasce da disputa por poderes hegemônicos dentro da sociedade nacional, e para que um projeto de emancipação dessa dependência seja alcançado, é preciso estar sempre alerta à combinação de interesses que se arma no jogo, pois, um projeto que pretende transcender esses limites tacanhos, precisa estar ciente que as armas ideológicas são elementos estáveis e firmes, e o quanto elas minam o objetivo de origem. Ou seja, as alianças, como já percebemos no curso histórico, servem para ratificar a ascendência de um grupo, mas não servem para dar garantias de apoio ao projeto abrangente de autonomia. Pois os interesses de ascensão ao poder, por ele mesmo, não são coincidentes com o projeto de autonomia.

Melhor dizendo:

Na história real, estes momentos implicam-se reciprocamente, por assim dizer, horizontal e verticalmente, isto é, segundo as atividades econômico-sociais (horizontais) e segundo os territórios (verticalmente), combinando-se e cindindo-se variadamente: cada uma destas combinações pode ser representada por uma própria expressão organizada econômica e política. Deve-se ainda levar em conta que essas relações internas de um Estado-nação entrelaçam-se com as relações internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas. [Assim,] uma ideologia nascida num país mais desenvolvido, difunde-se em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local das combinações (GRAMSCI, 2011, p. 46).

Sendo assim, se o mundo social também é político, e tal quanto seja os interesses do agir, são disputas ditadas pelo poder hegemônico, então, o campo de batalha não se refere exatamente a *quem* reivindica a alteridade, mas, sobretudo, quem tem autoridade *para* reivindicá-la.

Nesse sentido, para entender esse campo e como ele se move, carece de compreender, sobretudo, o papel que ocupam os líderes, categoria conceituada por Gramsci, como “os intelectuais”. Pois, no campo político, mesmo que se queria assumir uma postura neutra em relação a sua atitude, é preciso estar atento que estaremos fazendo isso sempre em questão de aparência. Pois, de acordo com as posições que tomamos (ou não tomamos) em relação a determinados interesses, estaremos denunciando o quanto estamos comprometidos com tais e quais instâncias.

De maneira geral, quanto mais nos pareçam difusos os méritos da questão subalterna, um conglomerado de coisas aleatórias e – sem ordem, sem direção – essas, de fato encontram-se formados pela combinação entre forças centrais que se expandem, que se movem absorvendo conquistas de consenso e persuasão.

Se aplicado ao objeto do qual estamos falando (as novas nações), perceberemos que os interesses particulares que regulam a dinâmica interior da política nacional está em sincronia, mesmo que aparentemente de maneira eventual, com instâncias exteriores de dominação e controle.

Gramsci esclarece que é esse o papel da camada dos partidos⁴⁸

cuja função, em escala internacional, é a de mediar entre os extremos, de “socializar” as descobertas técnicas que fazem funcionar toda a atividade de direção, de imaginar compromissos e alternativas entre as soluções extremas (GRAMSCI, 2011, p. 42).

O trecho que trabalhamos até agora procurou fundamentar a crítica de Spivak ao grupo de intelectuais nativos, representado nas notas da autora pelo grupo de estudos subalternos, ou, os centros de pesquisa para o desenvolvimento das novas nações “independentes”. Esses centros mantiveram pesquisas culturais e econômicas sobre o capital social, cultural e político em potencial florescimento nos novos países⁴⁹. Spivak centra sua crítica na posição que assume esses formadores de opinião interna – e informantes externos – que nutrem de conhecimento as agências de regulação, quanto aos níveis de satisfação que alcançam a ideologia imperialista, em garantir com que as massas governadas cooperem.

Em analogia a esse mesmo estilo de movimento político, aplicamos as críticas formuladas pelos dois pensadores da subalternidade, aos movimentos sociais no Brasil, que também embarcaram na formação de uma *intelligentsia* nacional que preparou o contexto da *transição democrática*, a pedra de toque da sociedade civil hoje no Brasil.

⁴⁸ O pensador italiano entende partido como todo aquele veículo formador de opinião e consenso. Neste sentido, pode se referir a organizações que fazem parte diretamente da sociedade política, tanto quanto outros tipos de organizações que se alimenta dos fins cuja sociedade persegue, ou seja, um canal de TV, uma revista, um clube ou maçonaria, são exemplos de organizações coletivas que assumem papel de partido, desde que carregam em seus objetivos a mesma disputa política por hegemonia e poder.

⁴⁹ O *Subaltern Studies Group (SSG)*, ou estudos culturais, grupo de sul-asiáticos estudiosos interessados nas sociedades pós-coloniais e pós-imperiais do sul da Ásia. O *subaltern studies* era assim definido: “O trabalho de pesquisa projetado aqui é o de investigar, identificar e medir a natureza específica e o grau de desvio dos elementos que constituem os grupos dominantes nativos regionais e a partir do ideal e situá-los historicamente”. Na América Latina também existiu um grupo como esse: *Latin American subaltern studies*, Universidade George Mason (site hoje sob assinatura da Universidade de Ohio – fundado em 1992 e findado logo após, sob a metodologia de Testimonio: gênero de literatura que reconta os acontecimentos históricos com elementos literários, como diálogo, poesia e as metáforas de uma perspectiva de testemunha ocular, combinando duas disciplinas acadêmicas tradicionalmente distintas, história e literatura para ajudar a transmitir experiências históricas. Conhecido como ‘a história vista de baixo’ ou história do povo, história social. Abordagem revisionista para escrever a história de pessoas comuns, “em vez de líderes políticos”. Outros grupos de pesquisa sobre as sociedades pós-coloniais também existiram, como por exemplo, podemos citar a CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, que foi criada em 25 de fevereiro de 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC). Como uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas (ONU), criada para monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo.

Queremos com isso comprovar que um grupo intelectual conduziu a força popular pela *constituente* da cidadania nacional, fenômeno que veio no caldo do fim da intervenção militar, mas que, entretanto, versa de disputas geopolíticas gestadas anteriores e que já vinha ocorrendo entre sociedade e Estado, desde a República. Vejamos.

Spivak, explica que a reivindicação da alteridade para os grupos subalternos pela elite nativa veio no bojo da luta por autonomia pós-colonial na Índia. Ela explica ainda que a operação cultural do movimento pela independência se respaldou nos estudos da subalternidade que fez uma interpretação enviesada das obras de Gramsci e se desenvolveram na formação de uma elite nativa que atuou direta e indiretamente na transição do colonialismo para o neo-colonialismo, mantendo a subalternidade da massa nacional intacta, em consequência da ascensão de uma camada soberana, os brâmanes cultos⁵⁰.

Essa fase estrutural da composição da nação correspondeu, não por coincidência, na mesma fase de trans-nacionalização do capital financeiro, amplamente discutido nas teses críticas da economia política, a qual assinala que, por meio da circulação de grandes transações comerciais internacionais, se estenderam em paralelo, pacotes de investimentos e programas de levantamentos de dados sobre as realidades locais das periferias, na intenção de manter o controle sobre o desenvolvimento do novo mundo dentro da ordem moral e global do capitalismo.

Em nível mundial, os acontecimentos do período foram decisivos para o florescimento da concepção política descrita por Spivak, e como não poderia deixar de ser, o Brasil também sentiu esse reflexo.

Essa bandeira colonizadora veio impressa sob a ideologia da *democracia moderna*, regime que depois de muita querela, foi difundido, e até hoje exaltado, como padrão adequado para o gerenciamento político dos Estados nacionais. Por consequência, veremos que a aplicação da medida democrática nas novas nações foi parte de um sistema de dispositivos

⁵⁰ Sumariamente, no colonialismo a colônia não é um país, propriamente dito, mas um quinhão de terra que pertence ao país colonizador, assim como o escravo pertence ao senhor, a colônia é parte da posse territorial da metrópole. Já no neo-colonialismo o país se constitui uma nação, entretanto, devido a divisão mundial do controle econômico, o país de “terceiro mundo”, ou a nação “em desenvolvimento” é livre, porém dependente e inferior em relação aos países que, antes foram seus colonizadores, hoje são seus “investidores” externos.

imperialistas, articulado em torno de um *amoldamento seguro*⁵¹ do significado de participação popular, que o sistema político da democracia traz sob seu julgo. Explicaremos melhor, a seguir.

A BANDEIRA CIVILIZATÓRIA DA PARTICIPAÇÃO

Dantas (2014) sugere que se hoje presenciarmos um grave retrocesso nos horizontes estratégicos da classe trabalhadora brasileira, esta derrocada é fruto da profunda crise da esquerda socialista e comunista desde a ruína do socialismo real, que culminou no abandono do projeto emancipatório da camada popular, negociado-a em troca de conquistas no interior da ordem burguesa, ou seja, uma reorganizada exploração de classe. O autor identifica como ponto de convergência dessa queda a forma de atuação da sociedade civil hoje, verificada desde o percurso de sua formação, e explicitamente manifesta na renúncia pelo confronto com o capitalismo, posicionada em favor da adequação tática da conciliação entre as classes.

Concordamos com o autor quando afirma que “o festejado processo de participação social no Brasil está no centro desse debate, dessa disputa e também deste impasse” (DANTAS, 2014, p. 7). Tendo em vista a recusa da perspectiva de combate ao capital e se consagrando no cenário político através de uma agenda internacional democrática e fetichizada (de valor abstrato e universal), se adiantou em estabelecer relação da classe trabalhadora com o Estado, em suma, foi uma luta destacada e setorial, subscrita pelo abandono do projeto emancipatório que trouxe por conseqüência a criação de um ementário de participação panfletária, arrolada pelo discurso de transição de um Estado *autoritário* para um Estado *participativo*, conjectura que só ocorreu de forma figurativa.

Tendo em vista isso, afirma ainda o autor, que a luta dos trabalhadores foi rearticulada sob o episódio da **reunião entre intelectuais e movimentos populares** em torno de uma reforma sanitária (tanto em sentido denotativo, quanto conotativo).

A cerca disso, podemos constatar a seguir nas palavras do autor:

A luta organizada dos trabalhadores no bojo do combate à ditadura empresarial-militar, reuniu intelectuais, profissionais de saúde e movimento

⁵¹ Seguro, contra o perigo comunista e em favor do regime neoliberal.

popular, como luta setorial. Em essência, suas bandeiras diziam respeito às péssimas condições de saúde da população brasileira, na relação direta com as insuficiências, deficiências e ausências das políticas públicas para o setor. Como reflexo de uma luta de classes pujante e necessariamente transbordante dos limites setoriais, a RSB também encampava um projeto de sociedade, que se pretendeu socialista (DANTAS, 2014, p. 2).

Dantas faz questão de salientar que o *start* de elaboração desse campo de força, destaca um fator elitista que fez da democracia, um elemento fundamental de consenso e que veio da inquietante vontade de democratizar a máquina estatal, que, em registro mais amplo, confirmará o afastamento das experiências do “socialismo real”, e se expressará em favor da absolutização do poder de Estado como estratégia de classe. Em consecução, reformas setoriais como esta, tornar-se-á tática a ser percorrida pelos intelectuais brasileiros das políticas públicas.

Sendo assim,

fosse para promover a autocrítica de esquerda, fosse para lutar contra a ditadura, fosse para lutar pelo socialismo, o caminho a percorrer parecia ser o mesmo. Diante de uma sociedade civil compreendida como reduto do *bem* e supostamente fragilizada diante de um Estado percebido como intrinsecamente autoritário, no registro da específica formação social brasileira, a reeducação deste Estado por esta mesma sociedade civil, através da abertura de canais formais de participação democrática, era o norte a ser buscado. O Estado, portanto, ele mesmo, figuraria como o agente, o patrocinador da democratização pelo estímulo ao fortalecimento da sociedade civil. Eis o nó a nos desafiar (DANTAS, 2014, p. 2).

Um problema que nasce na junção de projetos diversos, mas adaptado de modo a não interferir no andamento da histórica guinada democrática liberal conservadora da nossa política.

Assim, há duas versões para esse episódio, enquanto uma faz referência à tradição conselheira inspirada da Comuna de Paris e da organização *soviete*, herança do processo revolucionário russo (certamente a ideia defendida pelos movimentos populares); a outra será fruto das reconfigurações expressas pelas indicações internacionais de regulação do Estado,

sob vigência do capitalismo monopolista que se deu na derrocada da experiência do socialismo soviético (a versão oficial do Estado).

No primeiro caso, a motivação revolucionária é clara: como desdobramento da luta, promover a construção de espaços e formas de poder popular capazes de mobilizar o *governo operário*, pondo a ordem sob tensão, com o objetivo de superá-la. No segundo caso, trata-se de uma participação no mais das vezes rebaixada, incapaz de tensionar a ordem constituída, e que veio servindo, desde então, como importante peça ideológica do capital para a legitimação de suas ações, no registro da divisão de responsabilidades com a sociedade civil e redução dos custos com a política social (DANTAS, 2014, p. 2).

Para melhor entender a natureza da crítica à transição desenvolvida por Dantas, seus argumentos apontam no sentido de que houve uma perda do referencial do projeto original da participação popular que foi aproveitado pelo transformismo⁵² que trouxe à tona o fenômeno da participação no Brasil, por conseguinte, faz alusão a vertente que maior teve influência política, explica a gestão das políticas estatais conforme está hoje estabelecida.

O autor esclarece que o anseio por uma nova democracia sempre foi o pilar de sustentação da emergência política dos grupos intermediários, de romper com os limites do maniqueísmo liberal capitalista. Entretanto, na abertura para novos atores, precisou atender a exigência sobre essa agenda democrática reajustando ao cenário político, um novo plano que fizesse do planejamento da participação popular um tema pertinente à estrutura do estado. A opção arriscada veio por via de uma concepção fetichizada da expressão popular alternativa, retirada da referência social que faziam da democracia.

Nesse caso, aponta que especialmente a segunda motivação foi a que imperou sobre o fenômeno da participação no Brasil de maneira decisiva. Tendo em vista, o retrocesso da alternativa principal, o contexto começou a virar “na sequência da saturação do modelo fordista junto à derrocada do mundo socialista, permitindo ao capital uma contra-ofensiva” que foi articulada sob um conjunto de resultados formulados por “organismos internacionais – FMI e Banco Mundial (BM) (1944)”. Esses setores, “tecendo recomendações para

⁵² O emprego da análise que trata do termo neste trabalho, como dissemos, é nosso, trata-se nossa interpretação dos fatos apresentados pelos autores aqui articulados.

configuração das orientações ao Estado conjugados por Breton Woods e ONU” formulariam modelos que seriam aplicados às novas nações sob uma forma ideológica (imperialista) de desenvolvimento social (DANTAS, 2014, p. 4-5).

A execução desse projeto teve em vista a concentração das energias sociais que irrompiam à sociedade civil contagiando os ares pela vontade radical por mudanças. Em consequência, a construção do consenso contra essa vontade, se deu de tal modo, que a adesão à ideologia da participação foi integral.

O que queremos destacar até aqui, é que o fetiche de empoderar a população, foi tecnicamente guiado pelos grupos de intelligentsia que carregavam entre seus interesses de transformação, os mesmos interesses hegemônicos de controle social interno. E a propósito desse terreno frutífero de otimismo pela participação foi que as grandes agências internacionais de fomento à soberania popular não demoraram em oferecer o “progresso” em nome da liberdade dos direitos democráticos.

A manutenção da estabilidade financeira internacional, sob um novo padrão monetário, e o financiamento da reconstrução dos países destruídos pela guerra, logo voltou atenções também para a América Latina, em face do *perigo vermelho* representado por Cuba, que havia feito a sua revolução em 1959. Não por coincidência, é de 1961, sob o governo de Kennedy nos EUA, o programa da *Aliança para o Progresso*, cujo objetivo central foi conter o possível avanço comunista no continente. Coube ao BM, através da Usaid (*United States Agency for International Development*) as ações apoiadas pela iniciativa norte-americana de “instrumentalizar a participação da comunidade como veículo de promoção da sociedade de consumo” (DANTAS, 2014, p. 4, grifos do autor).

O xeque mate, segundo Dantas, desdobrou-se em prol de amoldar a participação das comunidades nos moldes da reprodução do capital e da sua dinâmica econômica em face do medo de aproximação da influência comunista. A essa altura, a sociedade encontrava-se impregnada pelas probabilidades da democracia burguesa ingressando com toda sua energia nesta, que seria de fato, nada mais que uma reação conservadora.

Porém, essa iniciativa corou a *aliança para o progresso* sob a perspectiva de adornar um altar “popular” para a entrada solene de novos atores na classe dominante, isto é, a classe média.

Prosseguindo ainda na direção apontada por Dantas, nos juntamos ao autor, para constatar que foi notadamente no campo da saúde o lugar onde germinou a força perene dos grupos organizados e que depois veio tornar-se modelo de estímulo para as estratégias de ocupação dos espaços, cada qual relativo a um setor-chave que sustentasse os tentáculos da força política da sociedade civil em formação. Fomentando um Estado que consistirá a imagem e a semelhança do seu poder hegemônico.

Precisamente para que [o Estado] pudesse se manter numa posição estratégica para a fração hegemônica do capital – e diríamos [...] no papel de seu “comitê executivo” – é que precisou, em paralelo, legitimar-se ampliando a sua base de sustentação, mediante a generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais que lhe permitisse organizar um *consenso* que assegurasse o seu desempenho [...] *Participação comunitária* foi o nome assumido por este modelo. Como desenho da *medicina comunitária*, surgida nos anos 1960, nos EUA, tomará corpo na América Latina nos anos 1970, através dos programas de saúde das agências internacionais (DANTAS, 2014, p. 4-5⁵³).

Então, em consonância à situação mundial da classe trabalhadora que internacionalmente enterrava o *welfare state*, acelera-se por aqui a chegada da agenda neoliberal, coisa que, a reconfiguração do aparelho do Estado sob a aposta convicta na democracia, não tardaria em expressar sob a participação democrática dos conselhos de saúde. Fenômeno que em seguida serviria como “a ponta de lança da bandeira civilizatória que nasceu na saúde e se extrapolou por outros setores”, e como dissemos está hoje na política pública.

Diante do exposto, queremos tornar claro o quanto isso deixa o terreno ainda mais livre para o capital, esvaziando o conteúdo da classe trabalhadora aproximando a demanda popular do Estado transformando-o em agente assistencialista, e deixando livre o terreno para

⁵³ Em seu original, no texto de DANTAS, o trecho apresenta indicações de referência que apontam para NETTO (2001); CÔRTEZ, 1996 e RIBEIRO; RAICHELIS, 2012.

as investidas do capital, tudo isso, protegido por uma camada de sociedade civil preocupada em construir sua hegemonia frente ao Estado. Convertendo energia revolucionária em transformismo, a sociedade civil teve a democracia neoliberal como aliada, tornando a participação popular “objeto de puro fetiche”, e a colocando na cena como pedra filosofal da camada da *intelligentsia* brasileira.

Foi especialmente depois da ditadura que esse cenário mudou consideravelmente para dar ênfase de conquistar avanços no terreno do Estado. Porém, essa virtude de conquistar hegemonia num terreno elitista designado de “sociedade civil”, não foi ventura de todos os movimentos que, de uma forma mais ou menos direta, tinha interesse em se colocar frente ao Estado para guinar suas demandas.

Havia entre o projeto de nação brasileira, um projeto de classe, da constituição de um poder popular.

O poder popular foi tema amplamente percorrido por Gramsci, por isso seu pensamento é tão importante, para demonstrar aqui os transformismos que o projeto socialista sofreu na mão da social democracia. O socialismo para o italiano “adepto do conselhismo, e para quem a ideia da construção do poder popular deveria seguir as bases próprias, autônomas, adequadas à classe trabalhadora, como forma do próprio modelo do Estado proletário” (DANTAS, 2004, p. 4).

Recobramos que a discussão acerca dos conselhos democráticos, desenvolvidos pelo pensamento socialista, é descrito como espaço exclusivamente de controle e execução por parte da classe trabalhadora dentro dos estabelecimentos de produção de trabalho, quando a própria administração do estabelecimento, encontra-se em poder dos operários (GRAMSCI, 1981).

Mas, quando a política é determinada por um Estado liberal, uma visão dogmática, e não dialética toma conta do conceito de Estado, sendo o seu melhor desígnio a expressão de “guarda noturno”, isto é, uma organização coercitiva e tutelar do desenvolvimento dos elementos da sociedade. Ou seja,

numa doutrina que conceba o Estado como tendencialmente passível de extinção e de dissolução na sociedade regulada [socialista], o argumento

fundamental do elemento Estado-coerção desaparece à medida que a sociedade se funde ao Estado, ou Estado ético é organicamente sincronizado com a sociedade civil. Isso não significa o surgimento de um novo liberalismo, ou neoliberalismo, mas sim, “uma era de liberdade orgânica” (GRAMSCI, 1981, p. 149-150).

Então, participação no Estado burguês não é um projeto da classe trabalhadora. Mas, um projeto *para* a classe trabalhadora. Em suma, esse é um projeto da ala “progressista” da classe dominante.

Gramsci adverte que esse movimento de representação das forças sociais se tornou uma tendência na organização social, se alastrando do ambiente dos partidos, para outras formas de agrupamentos coletivos, reproduzindo os sistemas de hierarquias e salvaguardando estruturas de poder e repressão através do isolamento que condiciona os meios de ação por via das classes proletárias.

Spivak identifica esse movimento da seguinte maneira:

A obra de Antonio Gramsci sobre as classes subalternas amplia o tema da posição de classe e consciência de classe que se apresenta de maneira isolada no *Dezoito Brumário*... Também porque Gramsci critica a posição vanguardista do intelectual dentro do movimento cultural e político dos subalternos para a hegemonia. Fazendo que este movimento determine a produção da história como relato (da verdade) (SPIVAK, 2010a, p. 266).

Nos conselhos de fábrica, o pensador italiano assinala a tática de desenvolver uma educação auto-organizativa, sem deixar de preservar a importância da questão subalterna. Considerando que esse se constitui num nicho especial da exploração do trabalho e reprodução do capital, desde o passado, como também percebemos.

A formação de uma vontade coletiva nacional-popular é impossível se as grandes massas dos camponeses cultivadores não irrompem simultaneamente na vida política (...). Toda História (...) mostra o esforço das classes tradicionais para impedir a formação de uma vontade coletiva deste gênero, para manter o poder “econômico-corporativo” num sistema internacional de equilíbrio passivo (GRAMSCI, 1980, p. 8).

Uma vez que os interesses caminham em conjunto, a ideologia funde a prerrogativa econômica ao campo de desenvolvimento político e a sociedade política busca ramificações de interesses de classe, em prevalecer economicamente e desfrutar de privilégios (GRAMSCI, 2012).

Esta identificação, portanto,

não passa de uma rerepresentação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, pois deve-se notar que na noção geral de Estado entram elementos que também são comuns à noção geral de sociedade civil (nesse sentido, poder-se-ia dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção) (GRAMSCI, 1980, p. 149).

Então, os organismos que têm a intenção de representar a massa subalterna impedem esta de vir à tona enquanto força dominante do cenário sócio-político e desenvolver-se enquanto classe dirigente, para construir sua proposta de hegemonia engendrada na teoria e na ação, de formação de bases dentro da sociedade civil para depois levar seus interesses como Estado (GRAMSCI, 2004).

Esta é a fase estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias (...) entram em confrontação e uma delas tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, (...) criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados (GRAMSCI, 2011, p. 41).

Podemos evidenciar que o modo como a ciência defende a sua posição de classe, nos leva a ponderar que, a forma particular das relações de produção exprime as relações entre as classes, isto é, as relações entre os diferentes modos de repartição entre dos meios de produção, essas relações têm uma importância crucial para a sociedade. Pois elas determinam o aspecto dessa sociedade, sua estrutura.

Eles [os interesses] estão enquadrados nos esquemas tradicionais da sociedade burguesa, nos quais a parte integrante do bloco agrário-capitalista controlam as massas camponesas e as dirigem segundo os seus objetivos (GRAMSCI, 2004, p. 131, *grifos nossos*).

Por isso que no sistema das relações sociais é necessário distinguir os elementos “técnica”, “trabalho”, “classe”, etc., entendidos historicamente e não “metafisicamente”, como um número em contraposição às “aparências”, no sentido metafórico e positivo, da superestrutura. A concepção de que, “no terreno ideológico as pessoas adquirem consciência das relações sociais” é afirmar a necessidade e a validade das “aparências”. Essa concepção exclui os focos de desejo de mundaça, já que não se pode misturar “paixão” ou força ideológica, com organização permanente, o que determina a incapacidade de execução. Exclui assim, todo o “plano” de ação concreta. Todavia, entre os dois sistemas coletivos as coincidências são tantas que, na realidade pode-se dizer que se trata do mesmo organismo (GRAMSCI, 1980, p. 13-14).

Pois,

a razão dos sucessivos fracassos das tentativas de criar uma vontade coletiva nacional-popular deve ser procurada na existência de determinados grupos sociais que se formam a partir da dissolução da burguesia comunal, no caráter particular de outros grupos que refletem a função internacional da [nação] (...). Esta função e a posição consequente determinam uma situação interna que pode ser chamada “econômico-corporativa”, isto é politicamente, a pior das formas de sociedade, a forma menos progressista e mais estagnante (GRAMSCI, 1980, p. 7-8).

Para nosso tema, esse ponto é notadamente importante, já que, além da classe naturalmente dominante, desde o período da colônia, ou seja, os nobres senhores das oligarquias, outras entidades políticas se colocavam em disputa no terreno aberto para a sociedade civil, e mesmo que esse projeto não tenha ficado explícito no relato até o momento, adiantamos que essa será a nossa sequência de exposição. Entretanto, queremos até aqui deixar bem marcado que a força que venceu o duelo e ficou a cargo de compor a classe condutora das energias políticas e consequentemente, da dirigência (da burocracia) do Estado, lutou ao lado da classe dominante, contra a classe popular desde o início. Não por crueldade

da natureza humana, mas, sobretudo, pela própria maneira como foi construída a camada intermediária e progressista no caso do Brasil.

Sabemos que o principal legado da história política no Brasil é a história da revolução conservadora, por isso, na contramão dessa história, tentaremos tornar essa narrativa mais atraente ilustrando daqui em diante que no bojo desse confronto político pela sociedade civil nacional, havia ainda um projeto de outro tipo de Estado, ou de outro comando da sociedade, portanto, e só a partir desse fato que podemos estar seguros que no Brasil, havia (e ainda há) um projeto de classe/poder popular.

Havia um projeto de classe

Desde o século XIX no Brasil as organizações populares e camponesas se mobilizam a contra gosto dos setores conservadores e resistem à visão hegemônica de quem já decretou o seu fim.

Uma série de revoluções populares e camponesas faz parte do legado de um sentimento insubmisso por uma sociedade mais justa. Podemos citar para enumerar esses casos, a Cabanagem no Pará, a Balaiada no Maranhão e Piauí, a famosa Revolta de Canudos na Bahia, a Guerra do Contestado que persistiu por quatro anos na divisa de Santa Catarina com o Paraná, e as revoltas dos anos cinquenta, especialmente, Porencatu – Paraná, e Trombas e Formoso – Goiás. Além de conflitos generalizados contra a grande propriedade que eclodiram nos anos setenta e oitenta, em todo o país (MARTINS, 1989).

Todos esses levantes, foram, inclusive, duramente combatidos pelo Exército, o que quer dizer que foram perigosos no que tange ao *status* da classe dominante.

Só nesses casos surgiram propostas radicais de transformação social. Foram diferentes das nossas revoluções urbanas, todas elas efetuadas para promover transformações antes que o povo o fizesse. Não por acaso, [uma sequência de] revoluções urbanas dirigidas por militares, e defensores do Estado, ainda que casualmente em conflito com os governos (MARTINS, 1989, p.18, *grifos meus*).

Martins acrescenta que esses focos de ação nunca foram entendidos como políticos, e nem como potenciais dignos de autoridade da gestão social. Por isso, as revoluções populares e camponesas foram (e são) invisíveis, pois quando aparecem, surgem guiadas por

esclarecidos do meio político ou então servem apenas para formar lideranças que vão atuar na linha de frente, em projetos que não os são seus.

O conflito de terra no Brasil é antigo e bem acirrado. Uma história de expulsão e violência sempre esteve do lado dos pobres do campo, ou mesmo dos moradores de favelas que constantemente são remanejados para áreas distantes que vão dar lugar a uma nova fazenda ou há um condomínio de luxo.

Em várias regiões do país existiram insurgências populares que, de acordo com as características locais, foram duradouras, como é o caso da experiência que aconteceu em Goiás, onde camponeses firmaram posses numa área de terras devolutas, chegando a reunir 3.000 pessoas que se organizavam a partir de conselhos desenvolvendo trabalho coletivo e mutirão armados para defenderem-se contra ataques de jagunços e da polícia. Fundaram em seguida uma associação de lavradores encarregada de representá-los na obtenção da propriedade da terra e viveram em comunidade, negando o Estado (MARTINS, 1981, p. 62-81).

Esse desejo de autogestão é latente, notamos no caso das Ligas camponesas, associação que surgiu no Nordeste como iniciativa de organizar uma sociedade civil para tratar da defesa dos direitos dos operários da usina e assim também, dos antigos moradores daquele lugar que vinham sendo expulsos para dar lugar ao desenvolvimento da cana, e que não demorou para se multiplicar pela região a vontade da autogestão, até que foram banidas em substituição do processo de sindicalização do campo que é a origem do maior movimento social rural dos “sem-terra”, que há mais de 30 anos vem trabalhando na recriação da categoria “camponesa” no Brasil (MARTINS, 1981, p. 62-81).

Outras experiências, porém, tiveram gestação demorada e obtiveram resultados explosivos, como por exemplo, é o caso da guerrilha de Porecatu, que entre 1946 a 1950 foi elaborada pouco a pouco no processo dos despejos violentos feitos por grandes proprietários que haviam recebido a cessão de áreas já habitadas por 1.500 famílias de posseiros, atraídos pela proposta de projetos de colonização, pelo governo do Estado do Paraná. Esta ação eclodiu na formação de grupos armados que resistiam ou atacam fazendas persistindo durante um ano, mobilizando um esquadrão que contava com cerca de 400 homens armados

emboscados na mata, prontos para atacar para defender seus objetivos libertários (MARTINS, 1983, p. 62-81).

Pouco depois, mais a sudoeste, em 1957 camponeses formaram *Assembléias Gerais do Povo e Juntas Governativas* foram eleitas conseguindo reunir 4.000 camponeses em marcha sobre a cidade de Francisco Beltrão, a ponto das autoridades locais fugirem, estações de rádio serem tomadas e dissolverem-se após a entrada das tropas da polícia militar nas várias localidades onde existiam as *Juntas* (MARTINS, 1983, p. 62-81).

Algumas estratégias de lutas ainda contaram com artimanhas ardis, como a “operação arranca-capim” que nasceu da iniciativa de arrendatários que reivindicavam direito de posse com base da lei do inquilinato. Mas, que, diante do despejo depois do plantio do pasto, pelo o fazendeiro, decidiram arrancar o capim para forçar a prorrogação do contrato de arrendamento e assim garantir a permanência na terra até a colheita de suas lavouras. Ação que levou a vários litígios, em que em todos os casos foi causa perdida para os camponeses que foram expulsos da terra e líderes do movimento foram presos (MARTINS, 1983, p. 62-81).

Desses todos, o que deixou seu legado e foi o grande divisor de águas do projeto popular, foi o episódio atribuído às Ligas Camponesas.

Martins (1981) conta que, como o processo de sindicalização que tinha sido aberto desde 1943 não atingia o meio rural, observou-se então, que era possível criar uma sociedade civil. Isso porque as formalidades legais para a associação eram muito mais simples. Tendo em vista que um sindicato está subordinado ao Ministério do Trabalho e por isso depende de reconhecimento deste órgão para existir.

As ligas camponesas encenaram uma disputa de propostas políticas. De um lado, a liberdade do camponês caminhava para uma proposta de revolução camponesa. De outro a sindicalização que veio a partir da experiência das ligas orientava um caminho da coexistência pacífica com a burguesia, tendo em vista mobilizar uma revolução democrático-burguesa (MARTINS, 1983, p. 138-151).

As ligas foi um projeto derrotado, foi perseguido pela ditadura militar e foi banida, em substituição foram permitidos existir apenas os sindicatos rurais. Isso demonstra a natureza da força política que carregam as Ligas. A força da vontade política por um poder popular.

Conforme a reconstrução histórica empreendida pelo sociólogo rural José de Souza Martins, o medo estava em torno da ideia de que “camponeses são donos de seus próprios meios de subsistência, e por isso têm condições de suportar melhor os confrontos com os fazendeiros, tem liberdade de locomoção”. Coisa que não acontece com o trabalhador assalariado, “sujeito ao salário, sem mobilidade e sujeito ao favor da moradia” (MARTINS, 1981, p. 78).

Foi então por isso que era mister o transformismo das Ligas para os sindicatos, pois, conforme a lógica do associativismo brasileiro, esses organismos já nasceram cooptados e presos ao centralismo do Estado.

Entretanto, o legado da liberdade e autonomia disseminado pelas Ligas, vive ainda hoje. Podemos localizar isso em Paulilo (2004) que, investigando o desencaixe da situação do trabalho da mulher no campo discorre sobre a percepção dessas “atoras” a cerca da força da identidade camponesa que elas pretendem firmar ao tempo presente.

Discorrendo a respeito da identidade camponesa, a autora revela:

O uso ou não do termo ‘campesinato’ para designar agricultores familiares brasileiros sempre foi polêmico. Muitos estudiosos crêem que essa categoria só se aplica a países que tiveram um passado feudal. Outros a reservam para agricultores pouco ligados ao mercado. Nós, neste trabalho, estamos considerando como camponeses os agricultores que trabalham principalmente com mão-de-obra familiar e são considerados pequenos e médios proprietários e produtores, segundo os critérios do INCRA e da FAO para a região em que vivem. Admitimos que, com isso, estamos trabalhando com um falso grau de homogeneização desse grupo, que o conceito de ‘agricultor familiar’ também não elimina. O termo ‘camponês’ nos é mais adequado porque, primeiro, nos permite comparar melhor estudos feitos na Europa e no Brasil. Segundo, tem uma conotação política de criação de identidade em momentos de luta (haja vista as Ligas camponesas), que as militantes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) estudadas neste artigo querem recuperar. Tanto querem recuperar essa identidade que está em processo a mudança do nome do movimento para Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Ressaltamos que não estamos considerando o termo ‘agricultura familiar’ mais neutro politicamente que o de ‘camponês’, apenas que ele cria uma identidade menos moldada pelo confronto (PAULILO, 2004, p. 230).

O trecho apresentado denota a situação atual das mudanças na identificação do trabalho que ocorreu no campo. Desde a derrocada do projeto original de revolução camponesa, confirma também o legado que os movimentos do campo pretendem resgatar e qual dos projetos faz parte da mística de sua resistência na terra. Denuncia a expurgação empregada na construção da identidade do trabalhador/morador do campo, e demonstra como a política pública trabalha a ideologia dominante no campo.

Mas, destacando a sequência da trilha dos conflitos no campo, queremos deixar também perceptível que os confrontos de terras não atingem apenas os brancos, mas igualmente são responsáveis pela violência contra os povos indígenas. Quase todos os dias, desde a história da imprensa nacional, os grandes veículos de comunicação têm noticiado disputa entre brancos e índios.

As comunidades indígenas também seus projetos de emancipação, podemos identificar aqui rapidamente, para demonstrar o quanto são ativos neste sentido, a retomada dos índios kaingang no Sul do país que foram protagonistas da expulsão de centenas de lavradores que ocupavam suas terras como arrendatários do órgão oficial responsável pela tutela do índio (FUNAI), que depois de converterem-se em patrões dos kaingang e utilizavam sua mão-de-obra na lavoura (MARTINS, 1983, p. 103-118).

Do mesmo modo, no Maranhão, as disputas de terra envolvendo os índios guajajara foi palco para dezenas de mortes pela retomada das terras que há muito tempo foram arrendadas por frades capuchinhos. Cerca de cinco mil jovens guajajara resolveram expulsar todos os moradores destruindo o povoado de Marajá completamente para retomar a autonomia de suas terras (MARTINS, 1983, p. 103-118).

PROJETO DE ONTEM, CONFLITO DE HOJE, SONHO DE FUTURO

Já o levantamento acerca dos números dos conflitos por terra levantados no estado do Mato Grosso do Sul assinalam um confronto violento entre índios e fazendeiros. A disputa entre esses dois grupos fez com que os conflitos por terra saltassem de 18 em 2010, para 58 em 2012, desse total 17 envolveram acampamentos e ocupações e 41, desencadeados por fazendeiros 39, contra povos indígenas e 2 contra sem-terra (CONFLITOS NO CAMPO, 2012).

Consequentemente, os governos dos últimos 12 anos, foram os que registraram os menores investimentos e ações para a garantia de direito ao território indígena.

Especificamente entre os Guarani-Kaiowá, entre 2004 e 2009, foram demarcadas apenas quatro áreas, correspondendo 17.164 hectare. E nos dois últimos anos do governo atual, nenhuma área foi demarcada. Correspondendo a um desrespeito sistemático de omissão aos direitos indígenas e, por outro lado, a tendência de fortalecimento do agronegócio, que se espalha sobre as terras indígenas, sob a recusa de demarcação, agravando os conflitos e violências⁵⁴.

Ao mesmo tempo, o modelo de gestão da educação escolar estruturado na forma de territórios etnoeducacionais enfrenta dificuldades de funcionamento, por conta da oferta de serviços básicos estarem em plena confusão entre a responsabilidade dos serviços, se são de correspondência da União, dos estados, de municípios ou de prestadoras de serviço. Há denúncias por parte da população de que as audiências de consulta pública às comunidades não tenha procedido de modo a envolver os sujeitos a quem esta política se destina.

O mesmo se repete na saúde, onde muita confusão entre a política de terceirização da gestão e execução das ações gerando desassistência entre a briga das prestadoras de serviços e a Funasa. Causa de auditorias por parte do tribunal de contas da União, aos contratos firmados pela Funasa. Aumentando a corrupção dentro dos organismos responsáveis pela política de saúde. Fazendo da região a primeira entre os maiores índices de mortalidade, entre a população Guarani e Kaiowá⁵⁵.

Enquanto isso aumenta os ataques às comunidades indígenas, perseguições às lideranças, criminalização das lutas e dezenas de assassinatos, atropelamentos, espancamentos, ameaças de morte, invasão e depredação das terras.

A tabela do Conselho Indigenista Missionário, uma das poucas entidades que trabalham pela articulação da causa indígena revela que a violência registra altos índices na região:

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Idem.

Assassinatos de indígenas no Brasil e em Mato Grosso do Sul - 2003 a 2012, segundo o relatório Conflitos no Campo/2012:

	Mato Grosso do Sul	Restante do Brasil
2003	13	42
2004	18	37
2005	29	43
2006	28	58
2007	53	92
2008	42	60
2009	33	60
2010	34	60
2011	32	51
2012	36	57
Total	318	560

Fonte: CONFLITOS NO CAMPO/2012

Mato Grosso do Sul desponta como líder absoluto no assassinato de indígenas: 36,6% do total das mortes registradas são contra índios. Destes registros, 36 dos motivos da causa das mortes estão ligadas ao conflito de terra.

Em relação ao suicídio o número é igualmente espantoso, o relatório aponta ainda que o suicídio vem aumentando entre a parcela jovem da população.

Suicídios entre indígenas em Mato Grosso do Sul – 2003 a 2012

Ano	Nº de Suicídios
2003	53
2004	42
2005	50
2006	40

2007	40
2008	60
2009	42
2010	42
2011	45
2012	52
Total	466

Fonte: CONFLITOS NO CAMPO/2012

Os dados são surpreendentes, mas não se findam aqui. Recentemente, o Ministério Público Federal da cidade de Dourados ajuizou ação, pedindo que fosse determinada a análise da água do Rio Dourados, após receber laudos que atestavam presença de agrotóxicos em valores acima do permitido. Foi encontrada a presença do agrotóxico clorpirifós etílico - inseticida, pesticida e formicida, classificado como altamente tóxico pela Anvisa - e o temefós - larvicida comumente utilizado contra proliferação de mosquitos. Não só o consumo de água com estes produtos é prejudicial à saúde, como também afeta a alimentação dos peixes do rio, que concentram altos níveis das substâncias nocivas (MPF/NOTÍCIAS, 2014).

Não obstante, no que diz respeito à formulação das leis, a Frente Parlamentar da Agropecuária conta com 268 dos deputados, ou 52,24% dos 513 deputados eleitos, mesmo que correspondam a apenas 16% da população nacional, de acordo com o último censo de 2010 (CONFLITOS NO CAMPO, 2012).

Por que não aparecem?

Todas essas revoltas não caminhavam sozinhas, elas apareceram no cenário social sob forte bandeira mística, religiosa ou étnica, e esses fatos são responsáveis por não prestar condições de serem percebidas, devido aos limites da nossa Ciência Social, que fincou sua bandeira dentro do território da elite iluminista.

Veremos enfim, que “na tradição antropológica e sociológica, os pobres da terra”, os camponeses, trabalhadores rurais e índios, quase sempre foram tratados como depositários e

agentes de culturas tradicionais, “vítimas irremediáveis do tradicionalismo conservador (MARTINS, 1989, p.17), mas nunca foram vistos como sujeitos revolucionários de suas próprias demandas.

Entretanto, todos esses movimentos apresentam uma certa unidade enquanto à sua causa: “a luta dos camponeses é contra a renda da terra” (MARTINS, 1983, p. 80).

O que levou o conflito aos posseiros foi a tentativa de extração de uma dupla e até tripla renda da terra. O camponês era obrigado a pagar mais de uma vez pela mesma terra a cada companhia que se apresentasse munida de um título de propriedade, sob pena de expulsão (MARTINS, 1983, p. 79).

Mas, como é de costume todas essas tentativas foram invisíveis. Pois, é recorrente sermos interpelados pela história de glória da agitação social que tivemos durante e principalmente depois da ditadura. Como se houvesse da antiga república até a democratização uma pausa em que a força popular adormecesse em berço esplendido, para só depois ressurgir, montada no cavalo branco da justiça participativa.

Porventura, como tudo na história, esse é um panorama hegemônico de quem reivindica autoridade sobre a inovação dos padrões sociais, feita por meio da constituição de uma nova cultura política. Mas, todavia, percebemos que o empreendimento desta auto-proclamanda sociedade civil, não é assim um evento original, já que trata de um daqueles casos do episódicos do conservadorismo político.

Portanto, a população do campo não ocupa apenas um espaço geográfico em contraposição à cidade, mas na estrutura da sociedade, a população do campo tem um determinado destino histórico de segregação e violência. A situação das lutas no meio rural não alcança status no meio político, muito menos conceitual do desenvolvimento histórico brasileiro.

É um exemplo vivo a ilustrar a categoria de subalternidade, pois a maneira que é designado à estrutura social subjacente, é recorrente referir-se a população do campo como aquele que não tem história, não tem cultura (quicá tem folclore) e muito menos faz política.

Não é preciso muito esforço para concluir que a população do campo no Brasil, está às margens, é tido como um excluído.

NÃO, NÃO PODEM FALAR

Aos olhos do ocidente, as ações populares que vêm do campo é estranhada e encarada como incapaz de definir o processo histórico, assim como são encarados o cotidiano indígena, ou mesmo designado como atrasados, como é dita da luta camponesa pela reforma agrária.

Em geral, é esse panorama que define a colocação desses sujeitos no debate. Isso implica um tratamento de “conscientização ou aliança subordinada” aos temas de caráter urbano.

Por isso alertamos aqui, da existência de uma política indigenista, da conversão maciça do campesinato em classe trabalhadora rural subalterna, do transformismo de um plano de reforma agrária para uma estratégia falida, a reserva do trabalho doméstico urbano para pretos e pobres, coisa que nunca foi questionada. Pois nunca tivemos projetos deixados brotar do interior do mundo subalterno. Já que todas as tentativas de criar um poder popular foram sequestradas e realinhadas ao projeto padrão.

Por outro lado, é quase que obrigatório traçarmos a história da sociedade civil, junto da história dos movimentos que conseguiram romper a barreira da ditadura, ou que sofreram com ela no exílio. Mas, anterior a esse período fica difícil detectar no registro do cenário político, a presença de uma sociedade atuante no Brasil.

Entretanto, pesquisas sócio-históricas demonstram que elas existem e sempre existiram, e que havia entre a sociedade civil no Brasil, desde a república, uma forte marca popular tentando (também) opor-se às oligarquias rurais.

Por tudo isso, podemos conceber, desde o momento da abertura democrática que a reestruturação da classe política civil guiou-se por decisões que foram gestadas antes da ditadura e executadas pelo governo militar em prol do fortalecimento desses setores intelectuais da cidade, sobre teorias importadas diretamente da França ou Estados Unidos.

Em efeito, até a ditadura militar, alegamos que ainda houvesse em curso, entre as camadas populares brasileira, um forte projeto de classe. E a propósito dessa percepção é Martins quem nos ajuda a entender:

A intervenção dos militares no processo político brasileiro [...] foi a clara tentativa de impedir que o espaço vazio criado pela deteriorização dos vínculos de dependência pessoal fosse preenchido por um novo sujeito histórico, o trabalhador rural. E basicamente porque, excluído tradicionalmente da ação política pela sujeição pessoal, que fazia dele um cliente [...], na nova situação sua cidadania podia ser viabilizada por partidos políticos, também de “fora” do sistema político, como era o caso dos partidos clandestinos e dos grupos de esquerda (MARTINS, 1989, p. 78, *grifos do autor*).

Nesse caso, a intervenção da ditadura resolveu, num só tempo, dois problemas cabais: primeiro convencionou dismantelar o poder das oligarquias, para instalar uma nova classe dirigente nos estados, e em paralelo, impedir que florescesse um projeto de teor popular, como se pode confirmar a seguir:

a revolução de 1930, ao derrotar as oligarquias rurais e substituí-las por novos grupos dominantes nos estados, geralmente de origem militar, reconheceu e firmara as bases de um pacto entre civis e militares, que continuou sendo a base do poder (MARTINS, 1989 p. 78).

Para o autor, o tumulto da proposta republicana que culminou na revolução tenentista expõe as duas faces conflitivas do processo histórico da formação do país. A revolução de 1930 foi o ápice da injeção do rompimento do Estado com o poder local, as oligarquias, e as influências de velhos atores na arena de decisão. O que pretendia a revolta da nova classe de militares intelectuais progressistas era realinhar o destino geopolítico para o acesso de uma casta empresarial de ares desenvolvimentistas que pretendia modernizar o Brasil. Coisa que no regime clientelístico das oligarquias, não seria possível.

Essa classe que já vinha se definindo durante as frentes de atuação contra os focos de guerrilha oriundos do setor popular, passa agora a cobrar sua autoridade a partir dos anos 1930, de forma organizada. Esse procedimento obteve tanto sucesso que se concretizou na intervenção militar do Brasil.

Todavia, a Revolução tenentista, que deu origem ao golpe de 1930, também carregava sua ambiguidade. Enquanto firmava uma ordem de força hegemônica elitista, concorria em seus bastidores uma vontade antiimperialista que circulava a América Latina, com projetos de bases mais populares.

Não demorou essa força, passar atuar na subalternidade, em paralelo do pacto social que foi se desenhando na sociedade civil que temos hoje em dia.

Nos anos cinquenta, tivemos as revoltas camponesas no Paraná, em decorrência da grilagem de terras. Nesses mesmos anos, a revolta de Trombas em Goiás. Nos dois casos, a participação do Partido Comunista do Brasil politizou as lutas, levando até o limite da criação de governos populares locais e à criação de enclaves territoriais liberados e autogovernados (MARTINS, 1989, p. 76).

Mas, assegurada a estabilidade do projeto liberal conservador, impresso sob a democracia moderna americana do pós-ditadura, vence a disputa a abertura democrática “proposta pelo Estado, agora sob o fortalecimento de uma elite”, que, “em nome da política representativa e da tutela política, subtrai aos movimentos e organizações populares”. A possibilidade de inserirem-se no processo político⁵⁶”.

Na abertura democrática a concorrência que se instala é o da disputa pelo campo de força da sociedade civil do qual os movimentos organizados por essa lógica se lançam na arena, no que mais tarde virá conformar sociedade civil organizada.

Entre as vias do campo de força da participação concorreram os projetos, operário e acadêmico, militante e científico. Todavia, em questão de política de base estatal, o projeto tornou-se notório durante o governo do Partido dos Trabalhadores⁵⁷ é hoje matéria para nossa reflexão sobre as políticas de controle social, a partir da sociedade civil sobre as classes subalternas.

ANTAGONISMO CONCLUSO: A CLASSE SUBALTERNA E O PACTO SOCIAL BRASILEIRO

O fim da escravidão definiu a fase brutal da propriedade de terras e criou conflitos internos entre os habitantes delas, que foi reforçado pela política de concessão de terras na era do Estado novo, excluindo em definitivo o componente étnico e racial da cidadania brasileira; a foice da sindicalização põe ordem mais uma vez na inquietação das lutas do campo e cessa vínculos intra-classe designando que certos setores (negros, índios, camponeses/caipiras) não contariam com o reconhecimento de status de trabalhador.

⁵⁶ Idem, *ibidem*, p. 66.

⁵⁷ A administração federal do Partido dos Trabalhadores teve início no ano de 2002.

Esta foi a imposição de uma necessidade pautada pela ordem urbana dos movimentos sociais que gera exclusão dentro de sua matriz política e essa exclusão é hoje a principal marca da ação política que envolve os povos do campo, assim como também os indígenas, como os adversários a ser excluídos.

Segundo Pereira de Queiroz (1976), “a existência dessa população, que não era nem senhor, nem escravo, não era grande fazendeiro”, mas também não era trabalhador operário, avultava.

Assim,

o caipira, o tabaréu, o caboclo figuravam nas narrativas folclóricas e eram descritos por escritores. Assim Monteiro Lobato dada vida ao Sítio do Picapau Amarelo [...] uma existência que nada tinha a ver com a de fazendeiros mas que era uma continuação quase dos matutos que Martins Pena fizera viver em seu teatro, quase um século antes (PEREIRA DE QUEIROZ, 1976, p. 11).

A história das classes subalternas no Brasil foi encenada pelo folclore em que seu sujeito histórico sempre foi cliente da classe dominante e da classe dirigente.

A classe dirigente, ou seja, a classe média: a sociedade civil se formou nos anos trinta, através da ascensão política dos militares. Esse foi também os anos de ascensão da mentalidade autoritária, centralizadora e modernizante do nosso país. Consequentemente, o caráter corporativo da ordem social e política da classe média criou condições propícias à sua inclusão no ambiente do Estado, conforme afirma Martins (1989).

Em correspondência, as lutas dos trabalhadores do campo irromperam em vários pontos do território nacional desde momentos anteriores ao processo de sindicalização que chegou no campo depois dos anos 1950. Todavia, a história oficial do Brasil é a história aguerrida das elites bandeirantes e da apatia de uma população apolítica, do ponto de vista da busca por seus direitos.

Contudo, a exclusão que experimentam é uma exclusão ideológica,

como alguém que participa como se não fosse essencial, como se não tivesse participando (...), que é ausente como se fosse desnecessário e

alheio à apropriação dos resultados objetivos do seu próprio trabalho
(MARTINS, 1983, p. 25)

Resta dizer que, a história oficial, assim como a crítica brasileira, é a história da evolução do espaço urbano, “uma história dos que mandam, ou dos que participam do pacto político”.

O índio e o camponês não são esses sujeitos. Sua história é ignorada, ultrajada e distorcida pela história do atraso *versus* desenvolvimento. Mesmo dentro da linha crítica de história das organizações políticas de confronto ao pensamento liberal capitalista, não há linhas que pontuem a insubmissão do campo. Ou que a considere útil à análise do processo histórico da contradição entre capital-trabalho na ordem do ritmo da resistência ou da revolução. Isto porque “a história do Brasil é privilégio da sua elite dominante, senhores, generais, intelectuais”. E nunca a história dos despossuídos, dos não-assalariados ou dos rebeldes (MARTINS, 1983, p. 26).

Paralelamente, é verdade que o movimento sindical e político-partidário que está presente no espaço rural do camponês, desde a década de 1940. Em alguma medida consegue envolver lideranças étnicas no sistema político⁵⁸. No entanto, esse é o sistema político oficial, e ele se estende à atuação no ambiente da luta no campo, mas não é capaz de assimilar nenhuma das perspectivas dos sujeitos que se encontram no campo, para tanto, subjuga-as deliberadamente. Esse quadro atravessa o recorte histórico e perdura até o momento atual.

De acordo com esse recorte histórico, o Estado nacional trabalhou pela conservação da ordem de exclusão a esses seres abjetos da política de cidadania e direitos territoriais originais, ou de sobrevivência desde o Brasil colonial, atravessando o período da constituição da república e assim age no cenário presente (2015).

Gramsci já anunciava essa tendência:

A unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas é, necessariamente, a história dos Estados e dos grupos

⁵⁸ Por exemplo, em Dois Irmãos do Buriti/MS, há vereadores indígenas ocupando cadeiras legislativas.

de Estados. Mas não se deve acreditar que tal unidade seja puramente jurídica e política, ainda que também esta forma de unidade tenha sua importância, e não somente formal: a unidade histórica fundamental, por seu caráter concreto, é o resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e “sociedade civil”. As classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar “Estado” [ou dirigente]: sua história, portanto, está entrelaçada à sociedade civil, é uma função “desagregada” e descontínua da história da sociedade civil e, por este caminho, da história dos Estados ou grupos de Estado (GRAMSCI, 2002, p 139-140).

Por consequência, é recorrente na história da república federativa do Brasil, acessarmos a minuta de formação da sua sociedade civil, por via das conquistas que os *movimentos sociais* garantiram à inclusão das diversidades culturais no cenário da *constituente*⁵⁹. Coincidentemente, esta mesma moral pioneira é também vangloriada pela expansão bandeirante na colonização das regiões do Brasil, frente que levou o desenvolvimento e a expansão do trabalho (aquele que enriquece a nação – ou pilhagem) para o território selvagem do interior do país.

5.1 História pronta para a classe subalterna

Dessa história, destacamos a Era Vargas como *start* da origem elitizante da classe trabalhadora, pois, nessas conquistas da sociedade civil, entendemos que a conceituação que foi feita sobre o trabalho e quem poderia ser atendido pelas leis do trabalho, logo, seria quem teria direito à cidadania. Mas antes que nos deixemos levar pelo pensamento liberal de que somos iguais e livres, cabe a ressalva, de que à categoria “trabalhador brasileiro”, não se aplica a todos os habitantes deste território.

Foi justamente sob o Estado Novo do Presidente Vargas que notamos isso como fato, por ser a primeira vez que somos inclinados a pensar sistematicamente a categoria Trabalho, e exatamente pela sorte da sua formação, concluiremos que isso não se estendia a todos os tipos Trabalhadores. Apesar de não ser objetivo deste trabalho os grandes detalhes da história do Presidente Vargas, a invocamos aqui, a respeito de pontuar de acordo com a exegese das

⁵⁹ Tratamos disso no capítulo anterior

origens da classe trabalhadora oficialmente aceita como legítima e participante do pacto político da sociedade civil⁶⁰.

A Era Vargas é o marco da instituição das leis trabalhistas, que chegaram a prelo através da Carta do Trabalho. Esta foi uma ação pioneira no sentido de fazer do nosso projeto nacional, um projeto moderno e cidadão.

No período que correspondeu o *varguismo*,

o salário mínimo foi institucionalizado. Para mediar as relações entre patrão e empregado, o governo regulamentou a Justiça do Trabalho. Através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sistematizou a legislação trabalhista (PANDOLFI, 1999, p. 11)

Sendo assim, entre 1951 e 1954, sob o alvo de consolidação da categoria trabalhador, Vargas auferiu consideráveis benefícios a camada social construída durante o Estado Novo. Com essa atitude sua imagem de protetor da classe operária soou solenemente, contornando a postura autoritária e controladora que tinha para com as organizações populares, por via do investimento maciço na propaganda do regime getulista, que conseguia tonificar o apoio das massas para sua gestão como o “pai dos pobres”.

Mas, como podemos perceber ao *Revisitar o Estado Novo*, perceberemos que esta não foi exatamente a realidade dos fatos. A história que liga os fatos da Era Vargas é bem conhecida, a política internacional de controle social, através da implementação da Carta do Trabalho, tinha o intuito de arregimentar o terreno para o investimento capitalista internacional e fortificar o novo sistema de lucro financeiro.

Nacionalmente falando, um Estado novo exigia um produto social novo que coligasse novos parâmetros a velhos interesses e codificar as relações de trabalho para regular a cidadania do sujeito nacional brasileiro, nasce assim a CLT.

A CLT elegia um tipo de trabalhador específico ainda não existente no Brasil – e que talvez um ideal que nunca nem tenha sido atingido – ou seja, o da indústria. Chamamos

⁶⁰ Queremos rapidamente grifar no meio dessa querela, a maneira virtuosa com que a figura do presidente Vargas (e do seu legado posterior, o *getulismo* ou o *varguismo*) é projetada no imaginário nacional-popular, como a figura das políticas sociais e o mestre do planejamento estratégico da administração estatal.

atenção para o fato de que essa parcela que só existiu dentro do alcance discreto das grandes metrópoles nacionais, que foram poucas se comparadas com a extensão do país não metropolitano.

No Brasil, o número de metrópoles e seus parques industriais é rigorosamente sutil em relação às outras formas que assume o trabalho, para além das cercas metropolitanas. Sumariamente, a regulação do trabalho no Brasil, não corresponde a todas as modalidades existentes de trabalho que circunscreve o trabalhador brasileiro a uma classe banida, ou subalterna. Isso porque ficou a cargo da população da cidade, e não só. Mas, sobretudo, se manteve afastada da periferia.

Queremos dizer que o tipo de trabalho que a CLT se propôs regular, delimitou e estruturou a relação do Estado, e conseqüentemente da sociedade civil, com outros setores da sociedade, em especial, chamamos atenção para o trabalho agrícola (rural), e o trabalho doméstico (urbano). Formalizando-se assim, a uma nova versão nacional, a versão classe *desapropriada* do trabalho.

Martins (1983) conta ainda que foi o Estado quem abriu caminho para o capital da terra, fomentando a formação de latifúndio, a expulsão dos moradores nativos criando condições favoráveis para a consolidação do grande capital agrário. Não foi pela abertura de um espaço livre que se formou uma classe burguesa neste país. Contudo, essa é uma lenda que pode ser demolida numa análise da trajetória da luta camponesa brasileira confirmaremos que a história do povo brasileiro revela a história de um povo progressivamente insubmisso.

Então, o trabalhador expropriado do campo de hoje é o escravo de ontem. Pois foi da crise do trabalho escravo que se formou a expropriação camponesa da terra. Demandas cíclicas de um mercado de trabalho, que formou sua força de trabalho a partir de condições objetivas de expansão do capital sobre a terra.

Para Nice Muller o que melhor define a história do camponês no Brasil é a facilidade de partida, pois, segundo a autora,

os sitiantes são responsáveis pelas plantações que cultivam; trabalham direta e pessoalmente, com um ou dois assalariados. Esta relação não exprime a relação do homem com a terra, podendo ele ser proprietário ou não, desde que seja o responsável pelo cultivo. Exprime, isso sim, o trabalho do homem sobre a terra: trabalho independente, economia

doméstica. [...] Outra característica dos sitiantes é sua mobilidade espacial – características que conservam desde os tempos coloniais. [...] A pobreza de seu gênero de vida lhes facilita a partida; a casa de pau-a-pique e de sopapo era facilmente abandonada e reconstruída mais adiante, os pobres utensílios e objetos não eram difíceis de carregar (*apud* PEREIRA de QUEIROZ, 1976, p. 12).

Por tudo isso, o camponês brasileiro é um imigrante, um itinerante. Em muitos casos, carrega consigo uma história de perambulação (posseiros). Os exemplos disso são os camponeses proprietários do sul que já se deslocaram por imensidões de terras para além de Rondônia e Mato Grosso. Esses deslocamentos são ditados pelo avanço do capital sobre a terra. A questão agrária é uma entre outras contradições do capital, talvez a mais pertinente ao nosso caso de submissão.

Frente ao exposto, queremos concluir assinalar mais uma vez que existe um distanciamento criado entre movimento camponês e movimento político que designou um vazio de representação propriamente política dos camponeses. E que não há parâmetros para a abordagem da questão camponesa, na teoria social, na ação política, nem no Estado. Tal questão está entregue a própria sorte, nas mãos apenas da violência do capitalismo.

ENFIM, O DESLANCHE DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL

Segundo fontes do período histórico, a ordem do Estado novo era nacionalizar os trabalhadores, isto é, vincular os postos de trabalhos às pessoas que tinham condições de sustentar a burocracia de ser um cidadão. Para isso, naturalmente era necessário dispor de documentos pessoais, coisa que índios e camponeses pobres não tinham acesso. No caso do índio, com o agravante das questões tutelares tínhamos a política do SPI⁶¹.

Mas, não só sob o terreno conceitual e acadêmico a invisibilidade da história dos não-assalariados é marcante. Há outra característica que cerceia a política dos movimentos do campo. No campo tático, os partidos políticos e o Estado têm decisivo envolvimento na consideração não-política, alienada pelo caos religioso e violência, pintando um quadro de situação amorfa dos movimentos do campo, incluindo os indígenas.

⁶¹ A política do SPI é um fenômeno bastante assistido nas Ciências Sociais. Dispensamos aqui comentários sobre essa política, por repudiarmos esse episódio.

Porventura, a intervenção propicia o surgimento de atores novos e instala uma camada de classe média, em geral militares que já faziam parte do círculo político, mas ainda não dotava de prestígio enquanto classe na composição da sua dirigência.

Ainda a respeito do surgimento de outros intérpretes da elite política indagamos quem foram os atores que de fato entraram em cena.

Vejamos a informação a seguir:

Com a ditadura militar, protestantes tiveram acesso, pela primeira vez na história do Brasil, a funções do poder Executivo ou tiveram presença em posições importantes na estrutura de poder: Jeremias Fontes, presbítero da Igreja Presbiteriana de Niterói, tornou-se governador de Estado do Rio de Janeiro. Em Pernambuco, Eraldo Gueiros tornou-se governador, pessoa de tradicional família protestante ligada à justiça militar. Em São Paulo, [...] assumiu o governo Laudo Natel, do Bradesco – Banco Brasileiro de Descontos (presbiteriano Amador Aguiar). Com ele, tornaram-se secretários de estados os presbiterianos Oswaldo Muller e Esther de Figueiredo Ferraz, ligados à Universidade Mackenzie, presbiteriana. [...] Uma figura tenebrosa da ditadura, o general Humberto de Souza Melo, comandante do Segundo Exército, sediado em São Paulo, era membro da Igreja Batista da Vila Mariana (SP). Finalmente, o luterano (do grupo conservador que apoiou a ditadura) General Ernesto Geisel tornou-se presidente da República (MARTINS, 1989, p. 39-40).

Essa é infelizmente o germe da formação do que conhecemos hoje como bancada evangélica⁶².

Enquanto não há personalidade política, ou jurídica que represente os interesses da classe subalterna. No entanto, os ruralistas e latifundiários possuem todo o aparelho do Estado (sociedade política e sociedade civil) em seu favor.

Os dados da representação política divulgados pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) apontam que, dos 549 parlamentares (513 deputados e 81

⁶² Quem acompanha a movimentação do Senado hoje (2015), saberá reconhecer esse grupo polêmico. Costuma-se dizer somos representados hoje no senado pela bancada do boi, da bíblia e da bala. Entre os projetos de ataque as classes populares encontra-se a PEC-215 – projeto que tramita na Câmara dos Deputados com o objetivo de transferir do Poder Executivo para o Congresso as competências para demarcar terras indígenas, titular terras de quilombos e criar unidades de conservação, PEC das domésticas, que curiosamente casada com o Projeto de Lei 4.330 da Terceirização, e a Proposta de Emenda à Constituição que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos.

senadores) eleitos em 2010, 273 são empresários, 160 compõem a bancada ruralista, 69 são donos de grandes meios de comunicação, 66 representam a bancada evangélica e apenas 91 podem ser considerados representantes dos trabalhadores, da bancada sindical (JORNAL DA CONTAG, 08/2014)

É importante observar que a classe subalterna não participa do pacto social brasileiro, e nem político. Pois, aquele que poderia ter sido um dia, o indício de democratização da sociedade brasileira foi, na verdade, sinal de uma nova face do autoritarismo.

Apesar da industrialização que foi implantada a partir de 1937 ter sido um momento de crescimento da classe operária e crescimento das cidades, os sindicatos legalizados e cooptados pelo Estado sindicalista não podiam representar a tradição política da classe trabalhadora em sua essência.

Na ditadura, o Estado autoritário que assumiu a modernização incluiu um projeto de reforma agrária, mas contra as oligarquias, e nunca em favor do povo, “o que isso representava era assumir o moderno e autoritário contra o agrário e oligárquico”⁶³. Uma vez que o oligarquismo localista e agrário reforçavam as forças arcaicas da política de dominação clientelista.

Já a classe subalterna tinha um outro percurso: buscar uma base própria de legitimidade coletiva, porque, longe de cultural e romântico, o seu confronto era político e violentamente feroz. Sua fonte de motivação, não estava na disputa por cargos no governo, estava era na sobrevivência da “massa de excluídos, posseiros, trabalhadores rurais”, índios, expulsos da terra pela (e para) a grande propriedade.

Sendo transformados em trabalhadores “migrantes, moradores pobres das periferias, quase sempre de origem rural”⁶⁴. E muitas vezes nordestina.

A reforma agrária que o governo militar defendia identificava-se com as exigências que o governo americano fazia dos governos latino-americanos, para atenuar as tensões sociais e evitar a revolução. Um instrumento de modernização que levava ao campo as

⁶³ Martins, 1989.

⁶⁴ Idem, p. 20

empresas rurais. Essa proposta condenava a agricultura familiar praticada por grande número de pequenos lavradores no país.

A onda emancipacionista chegou pela motivação conservadora do pacto que envolveu partidos e setores da *classe média ilustrada* (estudantes, religiosas, padres, bispos, militares de esquerda, intelectuais) que se envolviam na ação libertadora desde fora do mundo rural e subalterno. Desse modo, as ligas camponesas se desdobraram em sindicatos instituindo uma tutela sobre essa camada. Pois, alinhando essa energia revolucionária ao reformismo das classes de salvadores que, assim como o capitalismo, acreditava no desenvolvimento e na centralização em torno do Estado, ignorando o descompasso entre a possibilidade e a realidade.

Já em 1956, esclarece Martins (1989), a noção de progresso era apresentada ao espaço rural “na declaração dos bispos do Nordeste, esta já era uma declaração desenvolvimentista, uma indicação de diagnósticos econômicos e soluções que foi produto de uma reunião mista, envolvendo bispos, técnicos do governo e militares” (MARTINS, 1989, p. 37).

Uma clara evidência de apresentação da fórmula de composição das frentes políticas que configura o pacto político e social brasileiro até hoje. Feito entre setores da elite, representando o afastamento político das energias populares do ambiente centralizado e conservador da política da sociedade civil que se expressa no Estado a sua forma política mais perfeita.

Os anos cinquenta anunciam para os trabalhadores rurais o que se poderia chamar de tutela esclarecida, iluminística, pois a igualdade jurídica, a representação política, são realidades que numa sociedade como a nossa constituem *privilégios* e não *direitos* (MARTINS, 1989).

A disputa de interesses que leva optar por uma visão reformista da história e atenuar o impacto das lutas sociais em vista de participar desse pacto foi a escolha preferencial dos movimentos sociais que optaram por militar na abertura política para a sociedade civil. Não por seu conteúdo latente, mas para garantir um mecanismo de seleção que é feita pelos grupos de intelectuais que se dedicaram em capturar a linguagem política da classe subalterna e traduzi-la na forma fetichizada dos segmentos sociais que colaboram na construção democrática.

Por sua vez, essa construção democrática foi a construção de uma hegemonia de classe, de base progressista e seletiva.

Não podemos deixar de assinalar aqui o apontamento pertinente de Monal, dizendo que,

a pluralidade e da multiplicidade, trata de manter os subalternos desagregados e incapazes da união de propósitos e coesão activa, conduz à falta de projectos e à renúncia de acções políticas efectivas que permitam superar o seu carácter subalterno e a sua marginalidade política, completamente fora do sujeito social (MONAL, 2006, p. 1).

Por isso, a tese da inclusão da classe camponesa no sistema de trabalho é um dos maiores equívocos da teoria da emancipação, pois versa que a “maciça entrada dos trabalhadores rurais no moderno mundo capitalista, basicamente no mundo da igualdade jurídica e dos direitos civis”, não assegurou sua inclusão no pacto político. Esses foram incorporados enquanto subordinados ao protagonismo movimentos sociais urbanos e de classe média. Agrupamentos intelectuais, sobretudo, de estudantes, militares de esquerda, religiosos.

Pois, o mundo do trabalho subalterno é o mundo da expansão do capitalismo. Onde coexiste modelo moderno e arcaico de exploração de mais-valia. O capitalismo produz relações não capitalistas para melhor se aproveitar do lucro. O produto direto disso é o trabalho subalterno, semi-escravo.

Nas áreas que a grande propriedade se expandiu, expandiu-se pela expulsão dos pequenos agricultores e não por sua inclusão ou por sua reinclusão através do assalariamento (MARTINS, 1989, p.19).

É importante relatar que a classe subalterna no Brasil, assim como nos outros lugares do mundo, não é nem nunca foi uma classe submissa. Muito pelo contrário, regulação e todo cuidado se aplica, pelo espectro que a massa trabalhadora impõe ao regime da circulação e expansão do capital.

No Brasil, os subalternos e pobres do campo, vinham (e continuaram percorrendo esta trajetória, assim como poderemos perceber mais adiante) consolidando um projeto, que mesmo difuso era motivo de grande ameaça às oligarquias políticas que também se formavam

em terreno nacional. A história nos conta que ao lado da história das elites, correram em paralelo vigorosas erupções populares de forte iniciativa de classes inspirada por um sentimento campesino e insubmisso.

É a partir dessa Lei que passa figurar a cidadania nos textos oficiais da nação, pois é acompanhada desta consolidação da classe trabalhadora que teremos os primeiros desenhos dos direitos e deveres de um membro da população brasileira. Com especial atenção à criação do direito de organização dessa classe. Nascem assim, os sindicatos nacionais.

O sindicato nacional é mais uma das formas *sui generis* de organização social no país. Enquanto as sociedades metropolitanas constituíram seus sindicatos baseados na luta e no poder popular dos trabalhadores por conquistas de direitos sobre o trabalho frente às empresas usurpadoras da mais-valia. O sindicato, no Brasil, surgiu da iniciativa do Estado, o Estado autoritário, centralizador. Assim como a categoria legitimadora da cidadania brasileira, o trabalho.

Esta, porém, não é uma característica isolada da associação popular no país. Essa é na verdade a regra do associativismo dos grupos locais e o regulamento da formação de classe no Brasil. Pois, desde a formação do Estado nacional esse é uma característica *sui generis* da nossa cultura política, outra singularidade marcante, é que esta regra tem capitaneado para o Estado e pelo Estado todas as iniciativas de ações coletivas que tenta surgir.

Mudaram as relações de trabalho, mudaram também as condições de propriedade, o sindicalismo de Estado e a classe militar empresarial, esses foram os atores que de fato entraram em cena.

Todavia, é importante pontuar que essa não se configura numa mera exclusão política, mas a história de tais acontecimentos aponta para mecanismos econômicos, sociais e políticos que formulam um conjunto de dispositivos de submissão de sujeitos não ocidentalizados, diga-se, não reprodutores da moral capitalista e não sectários do desenvolvimento da produção de um mercado global de consumo.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Rosemeire. Aliança terra-capital em Mato Grosso do Sul. **Universidade Federal do Mato Grosso do Sul**, 2009.
- BALANDIER, Georges. **Antropologia Política**. São Paulo, SP: Difel, 1969.
- CRUZ, Fabiane Medina da. **Perfil das Mulheres que participaram da construção do Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres**. Campo Grande: Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres; Novembro de 2001. Convenio 115/2010 SPM/BR.
- DANTAS, André. Estado, Reforma Sanitária Brasileira e Democracia participativa: as intenções e os gestos. Rio de Janeiro: **Seminário Internacional: Poder Popular na América Latina**, 2014 (Mimeo).
- FARIAS, Marisa Lombas de. Acampamento América Rodrigues da Silva: esperanças e desilusões na memória dos caminhantes que lutam pela terra. In: PEREIRA, Veronica Aparecida; MENEGAT, Alzira Salete. **Movimentos sociais em redes de diálogos: assentamentos rurais, educação e direitos humanos**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2013.
- GRAMSCI, ANTONIO; BORDIGA, AMADEO. **Conselhos de fabrica**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GRAMSCI, Antonio; COUTINHO, Carlos Nelson. **Escritos políticos: 1921-1926**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Vol. 2.
- _____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Vol. 5.
- _____. **Cadernos do Cárcere: Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Vol. 3.
- _____. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- JANUZZI, P. M. **Revista do Serviço Público Brasília** 56 (2): 137-160 Abr/Jun 2005.
- MAGRINI, Flávia Mello. **Conferências de políticas para as mulheres: potencialidades e limites participativos**. São Carlos: UFSCar, 2012. 119 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política).
- MANNHEIM, Karl. O Pensamento Conservador, 1976. In: MARTINS, José de Souza. **Introdução Crítica a Sociologia Rural**. São Paulo, SP: Hucitec, 1981.
- MARTINS, Jose de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil: As Lutas Sociais no Campo e seu Lugar no Processo Político**. 2. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 1983.
- MARTINS, Jose de Souza. **Caminhada no Chão da Noite: Emancipação Política e Libertação nos Movimento Sociais no Campo**. São Paulo, SP: Hucitec, 1989.
- MONAL, Isabel. Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos. In: odiario.info [mídia digital *on-line*], publicado em 2006-11-16 07:29:00.
- MENEGAT, Alzira. In: MENEGAT, Alzira & PEREIRA, Verônica Aparecida. (Org.). **Movimentos sociais em rede de diálogos: assentamentos rurais, educação e direitos humanos**. 1 ed. Dourados/MS: Editora da UFGD, 2013/2013
- OLIVEIRA, G. M.. Mulheres Plurais, Identidades diversas. Notas antropológicas sobre a participação de três grupos de mulheres na capacitação sobre o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher em Mato Grosso do Sul.. In: **V Seminário Internacional América Platina, 2014**, Dourados/MS.

- PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999.
- PAULILO, Maria Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas/ Universidade Federal de Santa Catarina**, v.12, n.1, p. 229-252, 2004.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Campesinato Brasileiro: Ensaio sobre Civilização e Grupos Rústicos no Brasil**. 2. Petrópolis: Vozes, 1976.
- RAMIRO, Patrícia Alves. O estigma de assentados rurais: a difícil trajetória de sem terra a cidadãos. In: Alzira Salete MENEGAT; Verônica Aparecida PEREIRA. (Org.). **Movimentos sociais em rede de diálogos: assentamentos rurais, educação e direitos humanos**. 1ed.Dourados/MS: Editora da UFGD, 2013, v. , p. 43-60.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classe: mito e realidade**. Petropolis, RJ: Vozes, 1976.
- _____, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.
- _____, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero e Patriarcado: A necessidade da violência. In: CASTILLO-MARTÍN, Marcia & OLIVEIRA, Sueli. (Orgs). **Marcadas a Ferro: Violência contra a Mulher, uma visão disciplinar**. Brasil: SPM, 2005.
- SIMIONATTO, Ivete. O Social e o Político no pensamento de Gramsci. In: AGIO, Alberto (Org.). **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Editora UNESP, 1998
- SCOTT, Joan W. O Enigma da Igualdade. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 2005.
- SPIVAK, Gayatri C. Quem reivindica alteridade? In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- SPIVAK, G. C. **Crítica de la razón postcolonial**. Hacia una historia del presente evanescente. Madrid: Akal, 2010a.
- _____. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010b.
- REIS, Claudio. Antonio Gramsci e a Antropologia. 36º Encontro Anual da ANPOCS: 2012
- RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: Notas sobre a economia política do sexo. Edição S.O.S Corpo. Recife: Março de 1993.
- VIEZZER, Moema. O problema não está na Mulher. São Paulo: Cortez, 1989.

LISTA DE FONTES UTILIZADAS E CONSULTADAS

- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. **Orientações Estratégicas para Institucionalização da Temática de Gênero nos Órgãos Governamentais**. S/D. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (Manual).
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. **Orientações Estratégicas para Institucionalização da Temática de Gênero nos Órgãos Governamentais**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2011.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Sítio Oficial do Observatório de Gênero**. Disponível em: www.observatoriodegenero.gov.br. Acessado em: 27/11/2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sítio Oficial do Conselho Nacional de Saúde. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br>. Acessado em: 27/11/2014.

CADERNO CONFLITO NO CAMPO – Brasil 2012. Goiânia: **Comissão Pastoral da Terra**, 2013. Disponível em: www.cptnacional.org.br. Acessado em 15/07/2014.

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Jornal da Contag: edição 114** - 01/08/2014. Disponíveis em: www.Contag.org.br. Acessado em 01/08/2014.

RELATÓRIO COMITÊ ESTADUAL EM DEFESA DA LEI MARIA DA PENHA. **CPMI da violência contra a mulher em mato grosso do sul**. Campo Grande, 13 de Novembro de 2012. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/sscepi/doc%20vcm%20311.pdf>. Acessado em: 22/03/2014.

MATO GROSSO DO SUL. RESOLUÇÃO/SEGOV/MS/Nº 78, DE 30 DE JUNHO DE 2011. Aprova o regimento interno da III Conferência Estadual de Política para as Mulheres. **Diário Oficial**, Campo Grande, MS, Sexta-feira, 01 de Julho de 2011. **Ano XXXIII n. 7.980**, p. 08-10.

MATO GROSSO DO SUL. Relatório da III conferência estadual de políticas para as mulheres de mato grosso do sul. **Diário Oficial**, Campo Grande, MS, Sexta-feira, 11 de Novembro de 2011. **Ano XXXIII n. 8.067**, p. 08- 12.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradoria da República do Mato Grosso do Sul. Notícias: **Índice de homicídios em aldeias de Dourados é 800% maior que média nacional**. Disponível em: <http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2011/04/mpf-ms-indice-de-homicidios-em-aldeias-de-dourados-e-800-maior-que-media-nacional-1>. Acessado em: 28/03/2014.

GOVERNO DE ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. SEMAC. **Caderno Geoambiental das Regiões de Planejamento do MS**. Edição: 2011. Disponível em: <http://www.semac.ms.gov.br/index.php?inside=1&tp=3&show=5775> - acessado em 10/08/2013.

LISTA DE FONTES DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

ADELMAN, Miriam. **A Voz e a Escuta** – Encontros e Desencontros entre a Teoria Feminista e a Sociologia Contemporânea. Curitiba: Blucher, 2009.

ALVAREZ, Sônia E.; *et alli*. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. Florianópolis: **Revista Estudos Feministas**, 2003.

_____. Um outro mundo (também feminista) é possível: construindo espaços transnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos. Florianópolis: **Revista Estudos Feministas**, 2003.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS (AMB). **Políticas Públicas para a Igualdade: Balanço de 2003 a 2010 e desafios para o presente**. Brasília: CFÊMEA, 2011.

CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, feminismo e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, 2000, p. 98-108.

CISNE ÁLVARO, Mirla. Feminismo, luta de classes e consciência feminista no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social).

CISNE, M.; GURGEL, T. Feminismo, Estado e Políticas Públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres, in: **SER Social**, Vol. 10, n. 22, 2008, p. 69- 96.

- CHAMBOULEYRON, Ingrid Cyfer. **A tensão entre modernidade e pós-modernidade na crítica à exclusão no feminismo**. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- CORRÊA, Mariza. “Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal” In: **Cadernos Pagu**. N.16, 2001.
- COSTA, Ana Alice. El movimiento feminista en Brasil: dinámicas de una intervención política. **Anuário de Hojas de Warmi nº 16**, 2011.
- CURADO, Jacy Corrêa; AUAD, Daniela. **Gênero e políticas públicas: a construção de uma experiência de formação**. Campo Grande, MS: UCDB, 2008.
- CYFER, Ingrid . Liberalismo e Feminismo: igualdade de gênero em Carole Pateman e Martha Nussbaum. **Revista de Sociologia e Política** (UFPR. Impresso), v. 18, p. 36, 2010.
- FIORI, Gecira Di. O que muda e o que permanece no movimento feminista. IN__**Anais do segundo seminário nacional Movimentos sociais, Participação e Democracia**.
- GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. In: VI Seminário Lutas e Resistência. Londrina, 2010.
- GOMES, Ana Maria. Movimentos Sociais de Mulheres: um caminho para a mudança. In: CURADO, Jacy Corrêa; AUAD, Daniela. **Gênero e políticas públicas: a construção de uma experiência de formação**. Campo Grande, MS: UCDB, 2008
- GONÇALVES, Renata. O feminismo marxista de Heleieth Saffioti. **Lutas Sociais**, n. 27, p. 119-131, 2011.
- GROSSI, Miriam; HEILBORN, Maria Luiza e RIAL, Carmen. **Entrevista com Joan Wallach Scott**. In: Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, VOL6. N.1/98, pp. 114- 124.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, 2000, p. 89-97.
- NAVAZ, Liliana Suárez; HERNÁNDEZ CASTILLO, Rosalva Aída. **Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes**. S/D.
- NICODEMOS, Barbara Jandaia de Brito; CURADO, J. C.. O Movimento Popular de Mulheres na construção de políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulher. In: Jacy Curado; Daniela Auad.. (Org.). **Gênero e Políticas Públicas: a construção de uma experiência de formação**. Campo Grande: Editora UCDB, 2008.
- PRÁ, J. R. Cidadania e capital social de gênero na América Latina. In: BAQUERO, M. **Capital social, desenvolvimento sustentável e democracia na América Latina**. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2007.
- RANGEL, Patrícia Duarte. **Movimentos feministas e direitos políticos das mulheres: Argentina e Brasil**. Brasília: UNB, 2012. Tese (Doutorado em Ciência Política).
- SILVA, Cleide Bezerra da; CARBONESI, Maria Anastácia Ribeiro Maia. A mulher no contexto das políticas públicas nacionais. Trabalho apresentado no Pré-Evento **Mulheres Chefes de Família: crescimento, diversidade e políticas**. Ouro Preto/MG: Novembro de 2002.
- VUORISALO-TIITINEN, Sarri et al. **¿Feminismo indígena?: Un análisis crítico del discurso sobre los textos de la mujer en el movimiento zapatista 1994-2009**. 2011. Tese de Doutorado.